



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL:

Uma análise das experiências de jovens na Rede de
Jovens do Nordeste/PB

ADAILSON REGIS DE OLIVEIRA

JOÃO PESSOA/PB
2016

ADAILSON REGIS DE OLIVEIRA

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL:

Uma análise das experiências de jovens na Rede de
Jovens do Nordeste/PB

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação
em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.
Linha de Pesquisa: Cultura e Sociabilidades

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Tereza Correia da Nóbrega
Queiroz

JOÃO PESSOA/PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA

O48p

Oliveira, Adailson Regis de.

A participação política juvenil: uma análise das experiências de jovens na Rede de Jovens do Nordeste-PB / Adailson Regis de Oliveira.- João Pessoa, 2016.

123f.:il.-

Orientadora: Teresa Correia da Nóbrega Queiroz
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHL

1. Sociologia.
2. Políticas Públicas- jovens.
3. Juventude-participação política.
4. Rede de Jovens do Nordeste Juventude.I. Título.

UFPB/BC

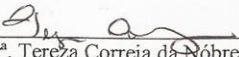
CDU: 316(043)

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL:
Uma análise das experiências de jovens na Rede de Jovens do Nordeste/PB,

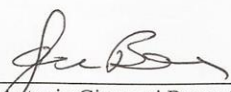
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: 30/11/2016

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª. Tereza Correia da Nóbrega Queiroz.
PPGS/UFPB (Orientador)


Profº Dr. Marco Aurélio Paz Tella.
PPGA/UFPB (Examinador Externo)


Profº Dr. Antonio Giovanni Boaes Gonçalves.
PPGS/UFPB (Examinador Interno)

Dedico a todos os jovens de todos os tempos.

AGRADECIMENTOS

A todos os professores que contribuíram para minha formação;

A minha família, que sempre esteve ao meu lado em todos os momentos;

Aos meus amigos, em especial aqueles que colaboram de alguma forma neste trabalho;

A professora Tereza que aceitou o desafio de ser minha orientadora;

Aos companheiros de militância que contribuíram na minha formação;

A banca convidada para esta defesa;

A minha companheira Gracila pelos 10 anos de convivência e pela paciência nesse momento em que nós estamos vivendo.

A Pastoral da Juventude do Meio Popular, sem sua contribuição não tenho dúvida não seria o militante que hoje sou, os compromissos assumidos ao longo da minha trajetória, forma forjados na vivência com muitos jovens que assim como Eu acreditam em um mundo melhor.

A ASTEIAS, Associação que fruto de um sonho coletivo, por ter me feito poder contribuir com essa rapaziada.

A todos e todas sem os quais não conseguiria ser quem sou.

*Eu acredito é na rapaziada
Que segue em frente e segura o rojão
Eu ponho fé é na fé da moçada
Que não foge da fera, enfrenta o leão.*

(Gonzaguinha)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação política de jovens que integram ou integraram a Rede de Jovens do Nordeste. Trata-se de discutir uma das formas de participação política da juventude, que se expressa, sobretudo pela articulação em redes e pela abertura para a atuação em organismos governamentais. A pesquisa, de natureza qualitativa, é feita a partir de relatos dos próprios jovens, no sentido de apreender como atribuem significado a suas experiências como atores políticos, sejam nas práticas organizativas e de mobilização sejam como representantes da Rede em organismos governamentais. O período analisado é de 2005 a 2011, quando a Rede é mais atuante no Nordeste e foram entrevistados jovens que participaram em diferentes momentos da história da Rede. As análises das falas dialogam com o conceito de juventude, entendido como uma categoria mutável que é significada também pelos próprios jovens, a partir de suas experiências na família, no trabalho, na escola, na igreja e na política. A participação política é entendida num sentido ampliado envolvendo práticas organizativas, de ação direta e de mediação, bem como a elaboração de representações sobre o significado da democracia, da participação e da cidadania. Os resultados mostram não só a contribuição da Rede, como espaço de inserção e participação política de uma parcela da juventude, mas de formação humana baseado em novos laços de solidariedade na construção de uma nova cultura política.

Palavras chave: Rede de Jovens do Nordeste, Juventudes e participação política.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the political participation of young people who are part of or integrate the Northeast Youth Network. It is a question of discussing one of the forms of political participation of youth, which is expressed mainly by networking and opening up to government agencies. The research, of a qualitative nature, is based on reports from the youth themselves, in order to understand how they attribute meaning to their experiences as political actors, whether in organizational and mobilization practices or as representatives of the Network in governmental bodies. The period analyzed is from 2005 to 2011, when the Network is more active in the Northeast and young people were interviewed who participated in different moments of the Network's history. The analysis of the speech talks with the concept of youth, understood as a changeable category that is also signified by young people themselves, from their experiences in the family, work, school, church and politics. Political participation is understood in an expanded sense involving organizational practices, direct action and mediation, as well as the elaboration of representations about the meaning of democracy, participation and citizenship. The results show not only the contribution of the Network, but also a space of insertion and political participation of a part of the youth, but of human formation based on new bonds of solidarity in the construction of a new political culture.

Key words: Northeast Youth Network, Youths and political participation.

QUADRO

QUADRO01.....	69
---------------	----

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida

AMAZONA – Associação de Prevenção a AIDS

ASTEIAS- Associação de Trabalho em Educação, Intervenção e Ações Solidárias

CÁRITAS – entidade ligada a igreja católica que trabalha na defesa dos Direitos Humanos

Ceb's- Comunidades eclesiais de Base

CEJUP – Conselho Estadual de Juventude da Paraíba

CENTRAC- Centro de Ação Cultural

CONJUVE – Conselho nacional de Juventude

DEM - Democratas

DST – Doenças sexualmente transmissíveis

EQUIP- Escola de Formação Quilombo dos Palmares

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

JOBT - Jovens organizadas buscando a transformação

LGBT- Lésbicas ,gays , bissexuais e transexuais e transgêneros

MAC – Movimento de Adolescente e Crianças

ME – Movimento estudantil

OJIP – Organização dos jovens indígenas Potiguaras

OP – Orçamento Participativo

OPCA – Orçamento participativo Criança e Adolescente

PB – Paraíba

PE- Pernambuco

PEC – Projeto de emenda constitucional

PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular

PMDB – partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNPS –Política Nacional de Participação Social

PPA – Plano Pluri Anual

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PT- Partido dos Trabalhadores

RJNE- Rede de Jovens do Nordeste

RN- Rio Grande do Norte

SEDUP- Serviço de Educação Popular

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	JUVENTUDE’S EM DEBATE	29
2.1	A QUESTÃO DA MORATÓRIA	31
2.1.1	A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL	35
2.2	REPENSANDO CONCEITOS	39
3	DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E JUVENTUDE’S	43
3.1	A SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL	49
3.2	JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PARAÍBA E NO BRASIL	53
3.3	A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NOS ESPAÇOS NÃO INSTITUCIONAIS	60
4	A REDE DE JOVENS NO NORDESTE	64
4.1	DO CONTATO COM A RJNE	71
4.2	DA ORGANIZAÇÃO DA RJNE	74
4.3	PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO /DESARTICULAÇÃO	77
4.3	EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	81
4.5	EXPERIÊNCIAS NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS	84
4.6	PROCESSOS FORMATIVOS	88
4.7	A CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE	92
4.8	RESULTADOS E LIMITES	94
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
	REFERÊNCIAS	102
	APÊNDICE	110
	ANEXOS	111

1. INTRODUÇÃO

A participação da juventude nos processos de participação social e política, não é algo recente na história de nosso país. Apesar de sermos uma democracia relativamente nova, podemos identificar diversos processos em que este segmento da sociedade esteve presente, embora de diferentes formas. Desta forma, procurarei adiante demarcar um pouco alguns momentos que acreditamos ser de relevante importância protagonizada pela juventude enquanto membros da sociedade civil organizada.

Há uma diversidade de movimentos sociais juvenis, ou formas de ação coletiva que se empenham no sentido de garantir a efetivação de direitos e políticas públicas, bem como uma legislação que assegure a continuidade destas políticas. Dentre elas, destacamos, nos últimos tempos, mulheres (jovens feministas), juventude do campo, grupos culturais, jovens religiosos (pastorais de juventude), juventude partidária, sindical e estudantil (ME - Movimento Estudantil), Juventude indígena, juventude negra, quilombola e juventude LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais).

Ao tentar compreender como ocorre o processo de participação da juventude, devemos ter cuidado não só nas constatações conceituais a respeito da mesma, mas é preciso levar em consideração a conjuntura em que essa juventude se encontra. Desta forma, no Brasil temos cerca de 35 milhões de jovens (IBGE, 2010), isso levando em consideração o recorte etário estabelecido pelo governo brasileiro de 15 a 29 anos através da Lei. 12.852/2013, que cria o Estatuto da Juventude, dispondo sobre os direitos dos jovens¹.

Dentre estes direitos, registra-se o reconhecimento de uma diversidade significativa do ponto de vista social, cultural e político.

O Brasil é um país extremamente adensado por uma população majoritariamente urbana, que consigo traz uma série de elementos para pensar a realidade e em especial a dos jovens. Esse modelo de urbanização da sociedade proporciona problemas que são comuns desses espaços, como: a violência, a prostituição, o consumo de entorpecentes, a ausência de oportunidades sejam elas de trabalho, de uma educação de qualidade ou até mesmo de poder viver seu tempo livre de forma saudável.

O fato descrito acima, não significa dizer que é a total situação dos jovens no Brasil, nosso desejo é chamar atenção para o fato de que isso ainda é parte da realidade. Apesar de ter

¹ Ver a Lei 12.852/2013.

ocorrido significativos avanços no sentido de mudança desse quadro, algumas mazelas sociais persistem de modo a desafiar a sociedade na busca por soluções.

É necessário que existam políticas públicas que possibilitem o melhor desenvolvimento dos jovens e que contenham a onda de violência, principalmente a dirigida contra jovens negros da periferia. Outro aspecto, relevante é a necessidade de espaços que visem a emancipação da juventude, que a meu ver, essa emancipação ocorre sim pela via do trabalho, da educação, da cultura, mas principalmente pela política, através da participação política é possível projetar uma perspectiva emancipatória da juventude.

Chego então ao nosso problema, a participação da juventude. Para muitos um tema recorrente, porém não esgotado. Inúmeras são as experiências de participação a serem registradas e refletidas pela Sociologia, não só da juventude, mas de maneira geral. Em nosso caso, estudar a participação política da juventude significa refletir como essa participação ocorre atualmente, que elementos a constituem, quais as trajetórias dessa participação.

Como pensar essa participação em tempos de descrédito das instituições políticas brasileiras? Principalmente quando se pinta certa apatia política por parte dos jovens, mais que um efeito da mídia, dos meios de comunicação de massa em conduzir a sociedade a imaginar que do ponto de vista da participação política a juventude encontra-se em estado de sonolência e não reage diante das situações políticas brasileiras. Ao contrário do que se desenha a juventude brasileira tem dado sinais constantes de permanente presença nos rumos políticos do Brasil, basta nos remetermos à historiografia e encontraremos elementos que confirmam esse aspecto.

Todavia é importante questionar se de fato esses jovens que se apresentam estão realmente sendo autores de sua própria ação? Como se posicionam? Como exercitam a sua participação política? Em que espaços a exercitam? Uma forma bem presente tem sido a participação nos canais institucionais da juventude que apresentam como todo espaço alguns limites, haja vista que não atingem a grande maioria dos jovens, que a meu ver ocorre devido ao pouco interesse dos entes públicos em que haja uma maior presença da sociedade no controle social das políticas públicas.

É a partir dessas reflexões que busquei, desde a graduação, pensar a participação política; em especial da juventude como objeto de meus esforços teóricos. Em uma primeira experiência discuti a “Democratização da Escola por meio do Programa Escola Aberta”, nesse caso analisando a implementação da política pública como forma de ampliação do espaço escolar, outra oportunidade foi na Especialização em Gestão pública municipal, onde refleti as

experiências de participação de conselheiros municipais através do Orçamento Democrático de João Pessoa.

O estudo da participação política me é de extrema importância, visto que, minha trajetória reflete a busca pela construção de espaços de participação política. Aos 14 anos vivenciava a experiência em grêmio estudantil. No mesmo período tive contato com as CEB's – Comunidades Eclesiais de Base e a PJMP – Pastoral da Juventude do Meio Popular, vinculada à Diocese de João Pessoa. Pude ali provar dos resquícios da teologia da libertação, corrente progressista da Igreja Católica, que tem uma compreensão de uma igreja engajada na luta do seu povo.

Na PJMP tive uma forte formação política/ideológica e compreendi ali, que as mudanças só seriam possíveis se fôssemos protagonistas da transformação da realidade. Para a PJMP, nesse momento, o protagonismo foi entendido principalmente como a participação nos canais institucionais do poder público e na construção de políticas públicas para a juventude.

A PJMP proporcionou que outros desejos fossem aflorando, dentre eles, a criação de uma entidade que fosse além da igreja, que pautasse a política pública, mas que não esbarrasse nos dogmas religiosos e assim surgiu a ASTEIAS – Associação de Trabalho em Educação e Ações Solidárias, uma organização não governamental fruto da experiência de 6 (seis) jovens que vislumbraram a necessidade de uma organização que fosse além, que pudesse dialogar com as juventudes no seu sentido mais amplo e que tivesse como foco as políticas públicas de/com/para juventude que andava a ser negligenciada pelo poder público estadual.

A ASTEIAS representou naquele momento a busca por uma autonomia frente à Igreja, as mudanças ocorridas na igreja da Paraíba naquele período não possibilitavam a ampliação da ação da PJMP junto à juventude e por isso a criação da Associação como forma de ampliar nossa contribuição na sociedade.

Como um caminho leva a outro, passei pela experiência de contribuir na gestão de uma política pública de juventude que foi trabalhar como Assessor técnico da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano, a primeira experiência foi no programa de qualificação profissional – Projovem Trabalhador – Juventude Cidadã, política de juventude desenvolvida pelo Governo Federal em parceria com Estados e Municípios, entre os anos de 2009 e 2010, que atendia jovens de 18 a 29 anos que estivessem cursando ou houvessem concluído o Ensino Médio. O Projovem tinha como objetivo qualificar (6.000 seis mil jovens) através dos

curso profissionalizante e inserir 30% deles no mercado de trabalho, aliás, no mundo do trabalho.

Há de se registrar a experiência como Conselheiro Estadual de Juventude, em que pude participar como representante governamental, poder participar de algo que fui parte de sua construção no debate na luta pela implementação foi algo muito significativo, pois ver a política implementada é talvez a maior realização de quem compreende a necessidade de mudar a realidade seja por dentro ou por fora do Estado.

E por último vivenciar a execução do Orçamento Participativo de João Pessoa no ano de 2013 no Governo do Prefeito Luciano Cartaxo até então do (PT), em que pude contribuir com a inovação do instrumento, por meio de mecanismo como o PPA-P Plano Pluri Anual Participativo, OPCA – Orçamento Participativo Criança e Adolescente e OP Online e a realização de dois Congressos de Participação Popular, debatendo a implementação da Política Nacional de Participação social. (PNPS), proposta no final do primeiro, início segundo mandato do Governo Dilma (PT), como instrumento de ampliação da participação popular no início do ano de 2014.²

A contribuição em espaços de gestão pública foi possível devido a minha relação de militância no (PT) Partido dos Trabalhadores, partido ao qual sou filiado desde os anos 2000, espaço que considero também importante do ponto de vista da participação política, nesse caso de cunho partidário que é também uma forma possível de participação política da juventude.

O breve relato de minha trajetória é para dizer que a participação política está presente em meu cotidiano foi o que fez debruçar-me sobre a temática. Sendo assim, minhas intervenções e inquietações profissionais, militante e acadêmica, promoveram o interesse e o investimento no aprofundamento da questão da participação.

Assim escolhi como objeto de estudo a Rede de Jovens no Nordeste/PB. A Rede é uma articulação fundada em 1997 a partir da iniciativa de jovens brasileiros ao retornar de um curso no México, na Escola Latino Americana de Liderança Juvenil por incentivo da Escola de Formação Quilombo do Palmares – Equipe. Nascia como uma proposta de “articulação de entidades e movimentos de juventude do Nordeste”, mas tão logo se formou e tornou-se rede.

Elegi a RJNE como objeto desta pesquisa por acreditar na sua contribuição dada a juventude na Paraíba, mas não só isso. A RJNE apesar de ter seu processo de formação

² Ver Decreto PR, Nº 8.243 de 23 de maio de 2014.

estimulado por meio de uma organização governamental (EQUIP), ela congregou movimentos sociais ao longo de sua história.

A Rede apresenta características diferenciadas uma delas é não ser um projeto com tempo determinado, mas, a mesma assume uma perspectiva de continuidade, ou seja, mesmo com a existência de momentos fortes e fracos ela vem se mantendo no cenário das organizações que trabalham com juventude no Brasil em especial no Nordeste. Haja vista a sua representação no Conselho estadual de juventude da Paraíba, como também no Conselho nacional de juventude mesmo que na suplência.

Outra questão que considero importante é que seu formato organizacional exige uma constante negociação entre parceiros e a abertura para a atuação em órgãos governamentais, o estabelecimento de contatos com outras lógicas que não as do movimento; a exemplo de organismos governamentais atuando na resolução de conflitos que são regidos pela lógica burocrática do Estado.

Segundo sua Carta de princípios, a RJNE nasce com o intuito de ser uma articulação de jovens que não quer ficar limitada ao seu bairro, à própria cidade, ao estado ou a um movimento. De acordo este documento a rede em sua perspectiva inicial era sair do isolamento, estabelecer relações, trocar ideias, experiências, partilhar valores, alimentar esperanças, celebrar utopias, sonhos e conquistas.

A Rede de Jovens do Nordeste - RJNE/PB é uma articulação/organização de juventude formada por organizações, entidades e grupos da região Nordeste; esta se articula em núcleos onde existem 09 representantes, cada estado constituindo um núcleo. Tem sua organização interna baseada num modelo horizontal onde não existe hierarquia, todas as deliberações são coletivas. A RJNE surge em 1998, a partir de uma articulação entre jovens dos estados de PE, PB e RN que ao voltarem da 1ª Escola Latino-americana de Lideranças Juvenis, que aconteceu em novembro de 1997, no México, tiveram a proposta de formar e constituir uma articulação de jovens que discutissem e pautassem a juventude nordestina. (JUNIOR, 2007).

Com o apoio da EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares, dá-se início a uma articulação de jovens, que logo em seguida passa a ser conhecida como RJNE – Rede de Jovens no Nordeste. Assim como afirma (BARBOSA, 2007), a RJNE é composta por entidade das mais diversas temáticas: diversidade sexual, cultura, cidadania, religiosidade, artes plásticas, etnia, políticas públicas e participação política. O autor afirma ainda que a identidade da RJNE é a exatamente essa multiplicidade de faces em que se destaca a condição juvenil.

Na Paraíba RJNE, dá seus primeiros passos ainda em 1998(Hum mil novecentos e noventa e oito), lembro que ao fazer parte da Pastoral da Juventude do Meio Popular, já tínhamos conhecimento da existência de suas atividades, a ocorrência de um jornal informativo que divulgava o início da RJNE. A presença forte da Igreja Católica por meio de grupos mais progressistas ligados a Teologia da libertação e a relação com pessoas ligadas ao Partido dos Trabalhadores também são uma marca desse momento.

No Estado já RJNE da PB esteve articulada em 05 subnúcleos são eles: Litoral, Borborema, Brejo, Cariri e Sertão. Atualmente segundo relatos dos colaboradores da pesquisa a mesma encontra-se articulada em três dos cinco subnúcleos que são Litoral, Brejo e Cariri.

OBJETIVO

O objetivo desta pesquisa é entender como os jovens integrantes da RJNE atribuem significado a sua participação na Rede de Jovens No Nordeste. Que momentos destacam como mais significativos e como avaliam sua participação nesta organização.

Desta forma, procuro (a) analisar de que forma eles caracterizam esse tipo de participação (b) Verificar como os jovens veem a contribuição da RJNE nesse processo de participação política c) Quais os objetivos desta participação e d) Quais os resultados alcançados.

METODOLOGIA

O caminho escolhido para a realização da pesquisa foi à adoção da pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa para (RICHARDSON, 2008) é aquela que tenta compreender características situacionais ou comportamentos apresentados por entrevistados. A escolha pela pesquisa qualitativa ocorre justamente devido a necessidade de um contato mais próximo do objeto, não sendo possível a nosso ver estabelecer esse contato com outro método dificultando assim alcançar nossos objetivos.

Ela permite analisar elementos não só objetivos, mas convicções, subjetividades, que através das diversas técnicas da pesquisa qualitativa são possíveis a nosso ver serem captadas (RICHARDSON, 2008). Assim ao adotar essa perspectiva, somamos à realização do levantamento bibliográfico que o tema em estudo, visando da sustentação as nossas análises.

(MARCONI & LAKATOS, 2010), diz que a pesquisa bibliográfica abrange toda a bibliografia tornada pública pelo tema. Assim a consulta a livros, artigos, dissertações, teses produzidas, a fim de subsidiarem a pesquisa. Adotei também como técnica de pesquisa a aplicação de entrevistas semiestruturadas e o uso de um roteiro auxiliar com questões a serem respondidas pelos participantes da pesquisa. O uso da entrevista como técnica tem como objetivo a obtenção de informações dos entrevistados sobre um determinado assunto.

Severino (2007) ao referir-se a metodologia observa que a técnica da entrevista é muito utilizada a fim de apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam e argumentam. Desta forma, a escolha da entrevista semiestruturada, contribuiu para a construção de um processo de interação entre o pesquisado e o pesquisador. A utilização do roteiro auxiliar foi uma necessidade apresentada pelo campo, uma vez que, devido a dificuldades de agenda, deslocamento, distância geográfica que favorecessem o contato com alguns participantes. As redes sociais foram de fundamental auxílio no processo de comunicação, interação e socialização de informações. Ainda sobre as técnicas utilizadas lançamos mão da análise de documentos, que busca toda forma de registro, sistematização de dados, informações possíveis de serem analisadas.

O universo da pesquisa é o Estado da Paraíba, tendo como limite temporal o período de 2005 a 2011, ressalto que esse limite não é fixo, uma vez que será necessário pinçar elementos de outros períodos que não estes, considerando a necessidade de fazer interfaces com outros momentos. O período escolhido justificasse por ser um momento de intensa atuação da Rede de Jovens do Nordeste no estado, principalmente no debate das políticas públicas de juventude. Nesse espaço temporal a Rede atuou de forma incisiva na organização de grupos juvenis e na difusão da necessidade de se implantar aparelhos institucionais de fomento as políticas públicas de juventude.

Para contribuir com a pesquisa, optei por realizar entrevistas com jovens e não jovens que participaram e participam da rede, em diferentes momentos de sua história, procurando abranger a diversidade de jovens em termos de gênero, raça, credo e orientação sexual.

Ainda neste sentido, procurei ter o cuidado de abranger geograficamente áreas que a RJNE tem, ou já teve algum tipo de atuação, de forma a garantir a uma representação dos seguintes núcleos, Litoral (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita), Brejo (Guarabira e Solânea), Borborema (Campina Grande), e Cariri (Cabaceiras).

Desta forma, entrei em contato com 11 (onze) colaboradores, sendo 6 (seis) homens e 5 (cinco) mulheres, que a meu ver, podem contribuir no exercício de reflexão da experiência vivenciada na Rede de Jovens no Nordeste aqui no Estado.

Além disso, busquei garantir as diferentes experiências de participação política juvenil, que vão além dos espaços geográficos em que se encontram, mas sim em suas áreas de atuação. Entre os/as entrevistados/as vamos ter indivíduos ligados ao movimento LGBT, ao movimento negro (em especial de mulheres negras), ao movimento cultural, a grupos indígenas e a religiões de matriz africana, como também a jovens cristãos.

Estabeleci 11 encontros com possíveis entrevistados previamente contatados e que se dispuseram a participar do trabalho, apresentamos um roteiro prévio com questões relacionadas a origem dos entrevistados: quando entraram na militância e sobre suas experiências de participação política, quando estabeleceram o contato com a Rede de Jovens no Nordeste, que contribuição e resultados eles observaram no contato com a rede e ainda perguntamos sobre qual a noção de participação política que os mesmos tinham a respeito da juventude.

Como forma de conhecer melhor os entrevistados da pesquisa apresentarei abaixo um breve perfil de cada participante. Porém, vou identificá-los de forma genérica de modo que preserve sua identificação.

01- Militante do movimento LGBT, tem 33 anos, é homem de pele clara, se reconhece enquanto identidade gênero como homossexual, Cristão/Católico.

O militante do movimento LGBT, iniciou sua militância nas comunidades eclesiais de base no município de Santa Rita por volta dos 15 anos de idade. De origem popular, cumpriu medida socioeducativa por desentendimento com uma vizinha, passou por cursos de qualificação profissional FUNDAC - Fundação de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente. Teve que conviver com a ausência paterna por um período, por seu pai ter migrado para o Sul em busca de trabalho. Desta forma, começou a trabalhar cedo, sua primeira experiência foi como atendente de uma lanchonete, logo em seguida conseguiu um estágio na CAIXA - Caixa Econômica Federal. Tentou um primeiro vestibular para o curso de história na cidade de Goiana PE, submeteu-se ao processo de transferência para Universidade Federal da Paraíba para o Curso de Serviço Social onde se formou como Assistente Social. Atualmente é Assistente Social do Centro de Referência LGBT, Mestre em Direitos Humanos

pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Suas experiências de participação política são procedentes da vivência com o movimento religioso, principalmente ligado a igreja católica, em especial a Pastoral da Juventude do Meio Popular. O contato com esta pastoral ocorreu no ano de 1998, espaço em que se engajou, onde vivenciou dentre suas experiências o debate sobre as políticas públicas de juventude, no ano de 2005 contribuiu na fundação da ASTEIAS – Associação de Trabalho em Educação, Intervenção e Ações Solidárias. Em 2009 foi Conselheiro Estadual da Juventude como representante do poder público por ter assumido uma função pública na gestão de políticas de juventude na Secretaria de Desenvolvimento Humano no Governo do Estado da Paraíba. Em sua trajetória estabeleceu dois contatos com a Rede de Jovens, o primeiro ainda na PJMP, através do Curso de Lideranças Juvenis no Nordeste Brasileiro desenvolvido em parceria com a EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares.

02- Militante do Movimento Cultural, homem de 29 anos, de pele clara e tem como identidade de gênero de heterossexual, Cristão/católico.

Deu início a sua militância no Bairro onde mora desde a infância na Igreja Católica, junto a congregação dos Pe. (Padres) italianos que, de uma linha progressista, começou com coroinha, participou de várias etapas do processo da vida religiosa, como catecismo, grupos de Crisma, e coordenação do grupo de jovens. Participou do Curso de Realidade Brasileira promovido pela Consulta Popular, momento em que se envolveu com os debates do Plebiscito contra a ALCA, aliança de grande comércio entre as Américas. No Curso de Realidade Brasileira teve contato com outros movimentos como MST, CPT, Movimento de Mulheres e Juventude. Suas influências políticas estão marcadas também na família, o pai já havia sido vereador, um de seus irmãos já tinha inserção em movimentos também da igreja. Seu contato com a igreja foi além dos aspectos religiosos, através da igreja se envolveu no debate sobre Cultura de Paz e políticas públicas. Militante do movimento cultural participou do movimento Artístico Cultural do Alto do Matheus e atua no **Coletivo Mulinga** também ligado a cultura. Foi presidente do Conselho Estadual de Juventude representando a sociedade civil. Contribuiu no espaço de gestão pública no SEOP - Orçamento Participativo e na SEGAP - Secretaria de Gestão, articulação política e acompanhamento governamental da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Atualmente é estudante de Mestrado em Sociologia.

03 - Militante do Movimento Negro - Mulher, tem como identidade de gênero heterossexual, tem 26 anos, ligada a religião de Matriz africana e Negra.

Moradora da região metropolitana de João Pessoa, militante do Movimento Negro suas primeiras experiências de vivência em grupo foram na Igreja Católica, não que fosse um desejo seu, mas acompanhava sua avó as reuniões da Legião Maria, porém não se identificava com aquele espaço. Sofreu com a perda de seu pai ainda jovem, tendo sua mãe que assumir o papel de “chefe” de família. Uma experiência registrada pela militante é que o contato com outras experiências além de grupos ligados a Igreja Católica a exemplo da ONG AMAZONA - Associação de Prevenção a Aids, possibilitou a partir de então o contato com outros espaços, movimentos sociais em especial ligados ao Movimento Negro. Logo se envolveu no fórum de juventude negra na Paraíba, participou do Conselho Estadual de Juventude como representante da sociedade civil. Seu contato com a RJNE ocorreu através do **FOJUNE-PB** - Fórum de Juventude Negra que viu na Rede uma forma de ampliar sua atuação no Estado da Paraíba. Atualmente é formada em Comunicação Social pela UFPB, atua na Assessoria a Ong's e órgãos públicos, e é Conselheira Nacional de Juventude representando a Sociedade civil no segmento do FONAJUNE - Fórum Nacional da Juventude Negra.

04- O militante do movimento juvenil - Jovem tem 20 anos, estudante de pedagogia Cristão católico, tem como identidade de gênero homossexual, de pele parda.

Começou sua vida militante na comunidade no bairro em que reside, seu envolvimento se deu através de Freiras que exerciam o trabalho pastoral em sua comunidade. Logo envolveu-se ainda adolescente no MAC – (Movimento de Adolescente e Crianças) sendo este espaço de construção de sua formação. Também de origem popular teve contato com a Rede de Jovens através do Projeto atores³ e do (SEDUP - Serviço de Educação popular) que estabeleceu parcerias com a RJNE e aí começou a participar. Atualmente é Conselheiro estadual de Juventude representado a sociedade civil no segmento redes e fóruns.

³ O Projeto Atores - Articulação de Organizações em Educação e Economia Solidária é composto por cinco organizações: Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT), Instituto Cidades/ Projeto Beira da Linha, Serviço de Educação Popular (Sedup) e Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário (Sintricom), e pelos grupos de jovens de sete municípios: Candeias, em João Pessoa; Sapé; Bayeux; Guarabira; Pilões; Araçagi. Tem como objetivo estimular a participação social dos jovens, a criatividade através de atividades de arte-educação e de empreendedorismo baseado no conceito de economia solidária

05- O militante da região agreste – é Homem, de pele parda, heterossexual, tem 34 anos, Licenciado em Ciências Agrárias. Cristão-católico.

Começa a sua militância em 1997 / 98 em um grupo de jovens da Pastoral da Juventude do Meio popular em Campina Grande na comunidade de Campo de Angola no distrito de São José da Mata, o grupo era conduzido e puxado por irmãs (Freiras) Dominicanas e que segundo o entrevistado provocavam a participar, apesar de nunca se ter tido experiência de trabalho com jovens elas provocam a participar desse trabalho que começou com um grupo de jovens de nome JOBT – Jovens Organizadas Buscando a Transformação. Reflete que *“ao pensar a comunidade, a se enxergar como sujeito transformador não só do que tá fora mas do que tá dentro se reconhecer como jovem pobre negro, de periferia mas que tinha potencial para fazer algumas coisa que tava além do que tava ali”*, afirma que chegou a coordenação diocesana da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular), depois passou para a coordenação das pastorais sociais e a Comissão Regional CR, em 2000/ 2001 foi convidado pelo **CENTRAC**- Centro de Ação Cultural a fazer um curso de participação cidadã e Orçamento público e nesse curso conhece algumas pessoas da Rede de jovens que estava surgindo nesse período, pessoas ligadas a **EQUIP (Escola de Formação Quilombo dos Palmares)**, ao PT – Partido dos Trabalhadores e *“ai a gente foi se envolvendo de forma distante com a Rede, quem de fato ia de frente era a irmã Ana era quem conduzia o processo , quando foi em 2002 foi nesse momento que conheci a Rede em âmbito estadual”*. O militante ocupou o espaço de conselheiro nacional de Juventude e vivenciou a experiência de contribuir na Gestão pública através do Orçamento Democrático Estadual, atualmente é gestor de um programa de desenvolvimento rural sustentável no Governo da Paraíba.

06- Militante do movimento negro (b) - mulher 34 anos, heterossexual, formada em Psicologia, casada e adepta do Candomblé.

Sua atuação nos movimentos sociais iniciou-se na **Cáritas Arquidiocesana da Paraíba**, no ano de 1999, atuando no Programa de Prevenção e Atenção as Pessoas Vivendo e convivendo com HIV/Aids, onde teve a oportunidade de compor equipe multidisciplinar, realizando atividades de prevenção as DST/Aids, posteriormente direcionou sua atuação para as relações de gênero e economia solidária, acompanhando o grupo de mulheres soropositivos, as Cidadãs PositHIVas. Nessa trajetória também integrou o Movimento Negro Organizado da Paraíba, Articulação de Juventude

Negra da Paraíba, Fórum Nacional de Juventude Negra, Rede Jovens do Nordeste e Rede de Educadores Populares – Núcleo Paraíba. Além disso, é membro fundadora do Centro de Valorização das Tradições Afro-brasileiras – Ilê Axé D'Oxossi e do Centro de Cidadania, Ação e Interação Solidária.

07- Nossa entrevistada é mulher, mãe, tem 34 anos, negra, heterossexual, de origem popular e Pedagoga.

Começou sua vida de participação em espaços coletivos a partir de Grupos de jovens em comunidades de igreja em 1996 a 1998, Grupo de Cross em 1995 a 98, Cultura e Arte do Bairro Alto do Mateus de 2000 a 2005 e Grupo Imburana como dançarina de 2008 a 2012, Sementes da Jurema de 2012 á 2015. Conheceu a Rede de Jovens do Nordeste em 2002, em Recife, em um encontro de Formação sobre Políticas Publicas de Juventude, participou do Encontro pelo Projeto Beira da Linha, na época que era educadora. No retorno a João Pessoa, foi convidada pelo coletivo de Campina Grande a compor a Rede e ajudar na articulação do Litoral.

08- Nossa oitava entrevistada a é jovem indígena da região da Baía da Traição, que iniciou sua militância através do processo de organização da sua Aldeia fomentada pela Funai – Fundação nacional do índio.

Participante de uma entidade chamada OJIP – Organização dos Jovens Indígenas Potiguaras, entidade que atua no apoio e organização de adolescentes e jovens indígenas. Seu contato com a Rede de Jovens no Nordeste ocorreu por meio de Seminários sobre juventude e políticas públicas, realizado pela ASTEIAS- Associação de Trabalho em Educação Intervenção e Ações Solidárias, na Baía da Traição no ano de 2009, atualmente é estudante de Ecologia na UFPB e atua na organização do povo indígena em especial da juventude da região onde mora.

09 –Nossanona entrevistada é jovem, mãe de dois filhos, cristã/ evangélica , tem 29 anos, e Negra.

Iniciou sua militância através da Associação Juventude em Ação no bairro do Timbó em João Pessoa por meio de atividades ligadas a economia solidária através da produção de

materiais de limpeza para ajudar na renda das atividades da Associação e também a um projeto de rádio comunitária desenvolvido em parceria com a ONG AMAZONA - Associação de Prevenção a AIDS. Seu contato com a Rede de Jovens do Nordeste foi através da AJA (Associação Juventude em Ação) a partir do Curso sobre Conselhos Municipais de Juventude desenvolvido pela ASTEIAS em parceria com a RJNE. Atualmente é evangélica e não participa mais de movimentos sociais.

10 – Nosso décimo colaborador iniciou sua militância na Igreja Católica, homem, tem pele clara e não definiu orientação sexual.

Morador do Brejo paraibano, mais precisamente da cidade de Solânea, onde sempre esteve em contato com movimentos sociais, formado em geografia. Sua principal bandeira de luta é a juventude, militou desde cedo na Pastoral da Juventude do Meio Popular na Diocese de Guarabira - PB, espaço em que passou por diversas etapas desde o grupo de jovens as coordenações diocesanas, regionais e atualmente nacional. Seu contato com a RJNE ocorreu através da participação da Pastoral da Juventude do Meio Popular nas atividades desenvolvidas pela Rede.

11 - Nosso décimo primeiro entrevistado é homem

Heterossexual, tem 30 anos, estudante de medicina veterinária, iniciou suas atividades através de um grupo produtivo em sua cidade natal, teve contato com a Rede de Jovens através da realização dos festivais de juventude realizados pela RJNE, atualmente acompanha a Pastoral da Juventude Rural na Paraíba.

É necessário advertir que a minha experiência construída ao longo dos anos serviu de inspiração na construção deste trabalho, mesmo não sendo meu objetivo realizar um memorial, ou até mesmo refletir sobre minha prática. Porém não vou me furtar de utilizar a vivência como fonte de pesquisa e reflexão, por isso, usarei sim a experiência acumulada em minha atuação militante, mesmo como cito abaixo em uma tentativa de manter a distância necessária para o exercício da construção sociológica.

A proximidade com o objeto tem representado não uma dificuldade metodológica, mas a possibilidade de refletir e exercitar o fazer sociológico, mesmo sendo consciente da

necessidade de distanciar-me para poder realizar as análises necessárias, assim como defende as Ciências sociais.

Uma das mais tradicionais premissas das Ciências Sociais é a necessidade de uma distância mínima que garanta ao investigador condições de objetividade em seu trabalho. Afirma-se ser preciso que o pesquisador veja com olhos imparciais a realidade, evitando envolvimento que possam obscurecer ou deformar seus julgamentos e conclusões (VELHO, 1978, p.123).

O pensamento de Gilberto Velho vale ressaltar aquilo que expus anteriormente, devemos estabelecer um limite nesse processo de interação, mesmo considerando o pensamento de (FLICK, 2005) em que observa que os aspectos subjetivos do pesquisador e do que está em pesquisa constituem um elemento importante no processo de reflexão e na constituição de documentos para pesquisa.

Bourdieu (1996) ao tratar de trabalhos que adotam a história de vida como instrumento de pesquisa, mas precisamente da relação estabelecida entre o pesquisador e o objeto na construção de suas narrativas. Diz que a busca por dar sentido aos fatos narrados são motivados pela tentativa de dar razão ao que se está sendo dito pelo entrevistado.

Afirma que a narrativa autobiográfica inspira-se sempre, ao menos em parte na preocupação de atribuir sentido, de encontrar a razão, de descobrir uma lógica e ao mesmo tempo uma retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas do desenvolvimento necessário. (BOURDIEU, 75, 1996)

Assim como uma representação oficial de sua vida o entrevistado pode apresentar uma versão que muitas vezes limite elementos de sua história, isso considerando o espaço de socialização de sua história. Além disso, a relação objetiva entre entrevistador e o entrevistado, bem como a capacidade de se auto definir do entrevistado.

Por isso é importante que se o pesquisador tenha cuidado na construção das análises, pois a entrevista como fonte de coleta da história de vida proporciona uma possível trajetória de indivíduos.

ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A dissertação está estruturada em três seções: Inicialmente faço uma discussão sobre as concepções acerca do que se entende por juventude. Apresento as diferentes perspectivas sobre o que se entende por juventude como forma de ajudar na compreensão deste trabalho, uma vez que os diferentes entendimentos possibilitam uma melhor leitura da realidade.

Ainda nesta seção abordo duas questões que considero primordiais: A primeira questão está relacionada à moratória social da juventude. Este elemento é importante para pensar o momento de intersecção entre a juventude e a vida adulta, o que caracteriza esse processo de transição e buscar perceber que a moratória ocorra de maneira diferente para cada jovem, e que para alguns, possa ser que nem ocorra.

A segunda questão é a categorização social da juventude, em que o leitor poderá ter contato com seu processo de construção, o mesmo verá que ao pensar a juventude é necessário refletir a partir de uma realidade sociocultural e que essa categorização produzida no seio de grupos sociais, que dão sentido a uma série de comportamentos atribuídos aos jovens.

Em seguida busco dialogar a respeito de conceitos como Democracia e Participação, assumindo uma perspectiva da democracia participativa, procurando fazer a interlocução entre os conceitos de Participação, Cidadania e Sociedade Civil. Ainda nesta seção faço uma breve contextualização sobre as políticas de juventude no Brasil e na Paraíba, essa contextualização é importante para situar o leitor sobre o cenário.

Na última seção procuro apresentar a Rede de Jovens do Nordeste e sua organização na Paraíba a partir dos interlocutores da pesquisa. Nesta seção o objetivo é analisar os significados atribuídos pelos entrevistados da pesquisa a sua experiência vivenciada na RJNE.

A seguir darei início a discussão a respeito do que Sociologia tem produzido sobre o que juventude, se existe, ou a juventude é apenas uma palavra.

2. JUVENTUDE'S, EM DEBATE

No capítulo que segue busco fazer uma apresentação de conceitos a respeito do que se entende por Juventude, sobre a existência ou não de uma moratória da juventude e suas implicações. Procuro fazer uma breve referência de aproximação do conceito de Protagonismo Juvenil e Participação. Por fim discuto a categorização Social da Juventude.

O debate em torno da juventude não é recente naquilo que concerne à sociologia, se olharmos de forma mais ampliada, vamos perceber que não só a sociologia, mas as Ciências Humanas e Sociais já voltaram suas preocupações para o tema.

O intuito de pensar essa seção é de tentar dar conta de algumas discussões que visam perceber qual o entendimento que se tem a respeito dos jovens, isto é, das “juventudes”. Desta forma, para compreender qual o significado deste conceito, temos que sublinhar a amplitude do mesmo, uma vez que não se trata apenas de uma perspectiva geracional, fisiológica e temporal, mas de um conceito construído social e culturalmente, ou seja, farei uma apresentação de como, de forma breve, se define a juventude com a perspectiva de compreender a atuação dos jovens que irei pesquisar.

“A juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação, sempre em choque e negociação”. (Juventude e Sociedade, 2004). É partindo desse pressuposto que muitos estudos caminham na direção de tomar a juventude como sendo uma fase, um momento de transição entre a infância e a vida adulta.

Certa fase da vida, quando já se saiu da infância e da dependência, e ainda não se entrou na fase marcada pelas exigências do casamento da paternidade, da produção, desenha um espaço livre para a busca do próprio caminho e a contestação sistemática do que até hoje funcionou. (RIBEIRO, 2004, p. 24).

A este respeito, entende-se que a juventude em seu sentido mais comum, refere-se a um período da vida em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo (Abramo, 1994). Desta forma, uma série de mudanças psicológicas e sociais ocorrem quando o jovem abandona sua infância para processar a vida adulta.

A autora, ao tecer considerações sobre a juventude na contemporaneidade, relata que atualmente os jovens estão em foco, uma vez que ocorre uma busca pelo “estado de ser jovem”. Esse crescimento da atenção dada a este momento é presente nos meios de comunicação de massa, como também pela academia. Este último ao contrário do primeiro destina seu olhar a analisar que fenômeno social é esse e como ele se insere na sociedade.

Assim as análises a respeito da juventude, ocorreram de forma clássica em dois sentidos, vejamos quais são:

O primeiro, o funcionalista, assentava-se no paradigma da integração social e em categorias explicativas como função e disfunção social. Neste, as rebeldias juvenis eram (e são) tidas como «disfunções», sendo a rebeldia mais característica a «delinquência». O segundo, o modelo da moratória social, assentava-se em paradigmas reformistas e desenvolvimentistas de transformação social, com forte tendência de considerar as rebeldias juvenis como um impulso à transformação social e tomando como rebeldia mais marcante o «radicalismo». (GROPPO, 2010, p, 13)

Estes dois horizontes nos ajudam na compreensão do por que a juventude ser tratada pela ótica do problema social. A noção de ameaça à ordem social, assumida pela perspectiva funcionalista, atenta para o fato de um possível desvio dos jovens em relação ao seu caminho ou a integração.

Essa preocupação sobre a socialização dos jovens em sociedade, principalmente naquilo que tange a seu desenvolvimento, está relacionado ao medo que as disfunções ocorridas em relação à juventude destoem do projeto dominante coletivo de sociedade, comprometendo assim à ordem e as normas sociais estabelecidas.

A concepção de juventude na sociologia, genericamente difundida como noção social é profundamente baseada no conceito pelo qual a sociologia funcionalista a constitui como categoria de análise: como um momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam sua integração e se tornam membros da sociedade. (ABRAMO. 1997, p, 29).

A este processo de transição e integração que veremos a seguir é o que a literatura denomina de moratória, momento de passagem em que os jovens entram na vida adulta ou como a autora cita acima se tornam parte da sociedade. Assumindo assim novas responsabilidades e possibilidades, se colocando como indivíduos participes neste processo de socialização, assim tomando uma nova configuração na vida social, mas esse tempo não é igual para todos é o que veremos a seguir.

2.1 A QUESTÃO DA MORATÓRIA

Como disse o paradigma que inspirou muitos estudos foi o da moratória social da juventude. Este baseado em uma perspectiva mais desenvolvimentista tem a compreensão de que a essa “energia” como diz (RIBEIRO, 2004) e não rebeldia como os funcionalistas denotavam, fosse algo que impulsionassem a transformação social e a juventude fosse esse motor de mudança.

Nesse mesmo caminho (GROPPO, 2009, p. 40) ao discutir a moratória social, cita a contribuição do sociólogo Alemão Karl Mannheim (1893-1947), o qual entendia que a juventude era considerada como força social a se mobilizar em prol da defesa da democracia (é claro, ele pensa, sobretudo, nos jovens das classes médias). Para Groppo (2009), o autor prenunciava aquilo que chamamos de protagonismo juvenil, tão falado entre as organizações não governamentais que têm como público adolescentes e jovens, assumidos também por muitos governos e organismos internacionais.

O termo protagonismo traz consigo uma carga cheia de significados, seja do ponto de vista pedagógico, social ou político. Assim, se levarmos em conta o debate que existe em torno do uso do termo protagonismo envolto ao sistema de ensino, vamos ver que a concepção estabelecida busca associar o envolvimento dos estudantes no cotidiano escolar, principalmente os adolescentes e jovens, muito embora a ideia de protagonismo ultrapasse o sistema escolar e esteja relacionado a atuação na comunidade, bairro e na cidade.

Apesar da ideia de participação de jovens no espaço escolar não ser um elemento novo, uma vez que a participação de alunos na gestão da escola, por meio dos grêmios estudantis datam da década de 60 e dos conselhos escolares, que preveem o envolvimento dos alunos e de suas famílias na direção da escola, remontam, em alguns estados da federação, aos anos 80 do século passado, (FERRETI et.al, 2004). A noção empreendida de envolvimento de

adolescentes e jovens denominada protagonismo associa uma perspectiva da chamada “cidadania moderna” em que jovens são chamados a desenvolver ações em sua maioria voluntárias como forma associada a uma noção de resiliência, ou seja, que busque superar as adversidades por meio de suas experiências, suavizando assim os efeitos do sistema capitalista.

Novaes (2012) apresenta que durante os anos 90 do século passado ONGs, Igrejas e outros organismos focaram no desenvolvimento de projetos sociais que visassem o envolvimento de jovens e adolescentes, principalmente sob os que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, que tinham como objetivo de “ressocializar” esses jovens, porém segundo a autora, existiu uma série de críticas a esse processo, uma vez que estes projetos foram de certa forma acusados de fazerem o papel do Estado.

A noção de protagonismo seja desenvolvida no espaço escolar, seja nos projetos sociais, difere do que estamos apresentando sob a ótica de participação política de jovens. Não quero dizer que esta forma de envolvimento não configure uma maneira de participar; porém, a noção de participação que acreditamos é do envolvimento dos jovens em todos os espaços, na formação de grupos de bairros, que desenvolvam ações culturais, sociais, políticas e que se envolvam na associação de moradores, no grupo de teatro, no conselho de políticas públicas, no partido político, ou em qualquer espaço que considere importante. Assim, não é a noção de ator principal como lembra (FERRETI et.al,2004), mas defendo a noção de participação que visa uma ação conjunta, mais ligada a democracia ao envolvimento social coletivo e não individual como deixa transparecer a noção de protagonismo juvenil.

Retomando, lembramos que a moratória social é compreendida como um momento de intersecção entre o mundo dos jovens e o mundo adulto; isto é, um espaço em que os jovens teriam a possibilidade de vivenciar sua juventude, sem as restrições e limites da vida adulta, momento de passagem, de aprendizado para não dizer domesticação. Vejamos:

O paradigma da moratória social, em que o direito à juventude se tornava algo dúbio. É que neste modelo, ao mesmo tempo em que se concediam proteção e condições especiais condizentes com as dificuldades e características supostamente inerentes aos indivíduos neste momento de suas vidas, tornava-se a juventude um momento de separação, de exclusão da participação plena na vida social e na cidadania. Neste sentido, tentava-se há um tempo explicar e “adestrar” o radicalismo e a boemia. (GROPPO, 2009, p,42-42)

Esse paradigma não era concebido da mesma forma para todos, pois nos países ditos não desenvolvidos ou subdesenvolvidos, a moratória assumia a compreensão diferenciada. A tese da moratória juvenil, para alguns teóricos significou postergação da participação juvenil na sociedade, contendo de certo modo, possíveis intervenções que os jovens pudessem realizar, ou seja, quanto mais tempo retardo a participação, menos possibilidade de intervenção da juventude tenho.

Até hoje quando se fala em juventude, ou na inserção de jovens na sociedade, em espaços de decisão, deliberação, sempre se coloca em xeque a maturidade dos jovens para poder conduzir determinada situação. Quantas vezes fui chamado de: “*Aquele menino!?*”, se exclamava, indagando, como pode um jovem naquele espaço?

Na verdade, a juventude é diferente para cada jovem, cada um terá vivências totalmente distintas, não sendo possível formatar isso. Claro que as condições sociais, econômicas e culturais, de gênero, classes, influenciam, mas o indivíduo é único.

Ainda sobre a questão da moratória é preciso frisar a contribuição de (BOURDIEU,1983) quando se refere a juventude, em específico a questão última. Como disse a pouco, os tempos são diferentes para cada juventude, assim a noção de moratória também o é. É preciso lembrar que quando tratamos da moratória juvenil, deve-se chamar atenção para o fato de que a mesma termina em momentos diferentes umas para as outras, isto é, para muitos jovens essa perspectiva não existe. Principalmente quando comparamos diversas juventudes, ou duas juventudes como podemos ver abaixo.

Seria preciso pelo menos analisar as diferenças entre as juventudes, ou, para encurtar, entre as duas juventudes. Por exemplo, poderíamos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, o orçamento do tempo, etc., dos "jovens" que já trabalham e dos adolescentes da mesma idade (biológica) que são estudantes: de um lado, as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar; do outro, as facilidades de uma economia de assistidos quase-lúdica, fundada na subvenção, com alimentação e moradia e preços baixos, entradas para teatro e cinema a preço reduzido, etc. (BOURDIEU, 1983, p.2)

Assim, como se fossem em dois mundos. As “duas juventudes” apresentadas por Bourdieu (1983), significa que para alguns, o tempo livre existe, é possível viver as diversas possibilidades deste momento da vida, são experiências distintas de viver a juventude

enquanto um jovem que tem uma família que possibilita a ele uma certa condição de existência, outras lutam pela sobrevivência.

Como o autor mesmo cita o caso de jovem de família Burguesa e outro de Operários, as condições de existências dos dois é completamente diferente, enquanto um, a moratória da responsabilidade está presente, no outro a mesma chega a nem existir, um filho de operário já nasce com a responsabilidade batendo a sua porta.

Apesar desta juventude ser marcada por grandes diferenças do ponto de vista econômico e social, não se pode deixar de lembrar que a mesma apresenta elementos comuns que as aproxima, tais como: estilos musicais, formas de falar, andar, vestir-se, devido ao processo de globalização da juventude, ou seja, definindo práticas culturais e suas trajetórias.

Uma marca disso é o florescimento de movimentos ligados a juventude que foram se espalhando no mundo formando uma cultura transnacional desde os anos 60 do século passado, podemos citar o movimento Hippie; o movimento de contracultura, o movimento pelos direitos civis dos negros nos EUA, o famoso lema Sexo, Drogas e Rock'nRoll, no Brasil o Tropicalismo, foram movimentos que influenciaram o comportamento da juventude, interferindo nos hábitos e costumes.

Num caso, temos um universo da adolescência, no sentido verdadeiro, isto é, da irresponsabilidade provisória: estes jovens estão numa espécie de no man'sland social, são adultos para algumas coisas, são crianças para outras, jogam nos dois campos. É por isto que muitos adolescentes burgueses sonham em prolongar a adolescência: é o complexo de Frédéric de Éducation Sentimentale que eterniza a adolescência. Assim, as "duas juventudes" não apresentam outra coisa que dois pólos, dois extremos de um espaço de possibilidades oferecidas aos "jovens" (BOURDIEU, 1983, p.3)

Primeiro porque a vivência do indivíduo enquanto sujeito é totalmente distinta, apesar da literatura tratar de um sujeito coletivo “o jovem”, não se pode pensar que algumas questões precisam ser percebidas, por exemplo: o Jovem burguês citado pelo autor pode até pensar em prolongar a sua adolescência, ou como ele diz, seu período de irresponsabilidade, haja vista que a sua condição social lhe permite isso

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dadas, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. Se comparássemos os jovens das diferentes frações da classe dominante, por exemplo, todos os alunos que entram na École Normale, na ENA, etc., no

mesmo ano, veríamos que estes "jovens" possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos se encontrarem do pólo do poder. (BOURDIEU, 1983, p. 2)

Nesse ponto é preciso ter em mente que o fator biológico é preponderante para definir se uma pessoa é velha ou não, pode parecer simplista, mas a idade, o relógio cronológico é comum a todos. Podemos considerar que o conceito de ser jovem é construído socialmente, mas não se pode dizer que uma pessoa de meia idade se apresente como alguém que possa ter os mesmos comportamentos de alguém que seja socialmente considerado jovem, mesmo que nada o impeça de ter ou realizar algo, mas a sociedade o faz. Infelizmente parece preconceito, mas não, os limites são impostos através de normas e condutas sociais, estabelecidas no cotidiano das pessoas.

Como dissemos anteriormente definir um conceito a respeito do que se entende por juventude é de difícil tarefa, principalmente por existirem vários pontos de partida para essa discussão, além das diferenças de classe é necessário levar em consideração elementos como: orientação sexual, gênero, religiosidades; nos cabendo, tentar dialogar com os mesmos no sentido de estabelecer aproximações com a realidade.

2.1.1 A JUVENTUDE COMO CATEGORIA SOCIAL

Como vimos é possível pensar a juventude sobre vários aspectos, assim percebemos que os sentidos dados à juventude se diferenciam conforme a realidade em que estão inseridas. É admissível dizer que um dos elementos que caracterizam essa juventude é a pluralidade, pois as realidades são distintas, ocasionando uma forte diversidade.

Mas não só o fato de ser plural nos ensinaria a sublinhar a necessidade de compreender os jovens enquanto categoria social. Mas condições socioeconômicas e o processo de desigualdade existente na sociedade. Por isso, olhar a juventude levando em consideração não só fator etário / geracional; mas, sociocultural é compreender que esta categoria é forjada no seio da sociedade e por isso a importância de demarcá-la. Além disso, é

uma categoria produzida por diferentes atores, pelos próprios jovens, mas que é recortada em diferentes frações; sejam elas de classe, gênero, orientação sexual, raça/etnia etc.

Desta forma, GROPPPO (2000) ao definir a juventude como categoria social apresenta a Juventude como uma representação sociocultural fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios jovens, para significar uma série de comportamentos a ela atribuídos na sociedade. Apesar de haver questionamentos a respeito dessa categorização, por acreditar que a mesma assume um caráter ideológico, ou até mesmo não ser chave para compreender a realidade.

No entanto, é difícil imaginar uma sociedade que tenha uma representação juvenil, e não leve em consideração aquilo produzido pelos jovens, suas manifestações construções sociais e construções simbólicas. Assim compreender a juventude é sim um elemento importante para refletir a realidade, de modo que sua contribuição social através da cultura, das políticas não institucionais e/ou institucionais e da organização social.

No Brasil, mais precisamente nas duas últimas décadas, o interesse pela temática da juventude tem reaparecido. Registra-se a atuação de organizações não-governamentais, entidades governamentais, pesquisadores e acadêmicos têm dispensado uma maior atenção aos dilemas enfrentados pelos jovens. Dentre os temas em discussão, está principalmente a implementação de políticas públicas voltadas para os jovens.

O registro inicial dos estudos sobre juventude no Brasil demarca a década de 60, com a contribuição de FORACCHI (1965), que em seus estudos sobre os jovens estudantes procurou desenvolver estudos sobre a categoria social dos estudantes, que elementos construíram seus comportamentos, tornando evidente a busca por possíveis trajetórias que a juventude possa tomar, além de buscar entender o comportamento dos jovens em contextos históricos específicos.

Mais recentemente no Brasil, as preocupações em relação a juventude ocorrem no sentido da implantação de política públicas voltadas aos jovens, a atenção voltada a juventude assume uma conotação da juventude tida como problema, em que os jovens são um problema social, devido a considerarem esse período de efervescência e rebeldia, fugindo das normas sociais. Assim as políticas voltadas para a juventude nesse período, mais precisamente em 1995 no governo (FHC) tinham como objetivo conter o problema social da juventude.

Primeiro com o reconhecimento de que essa categoria juventude apresenta questões específicas (violência, mortalidade, desemprego) e a partir daí há necessidade de ações do Estado brasileiro para contornar esses problemas. Mais recentemente vamos ter a discussão

em torno do estabelecimento dos jovens como Sujeitos de Direitos e a importância de os jovens serem também ativos na formulação e execução das políticas públicas.

De qualquer modo, mesmo que não se possa falar na esfera federal de políticas estratégicas orientadas para os jovens brasileiros, algumas propostas foram executadas, sobretudo com base na ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingem a juventude, transformada, em algumas situações, num problema para a sociedade. (SPOSITO E & CARRANO, 2003, p.21)

Não que anterior a isso não se tenha registro de política de juventude, uma vez que a criação da escola, do sistema escolar é considerada uma ação voltada para essa categoria. No entanto, quando refiro-me a intervenção governamental que registro a partir do governo de FHC (1995), devido ter a partir desse período uma série de políticas que visassem o envolvimento deste público em ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro, podemos citar por exemplo o programa “Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano”, política voltada para adolescentes e jovens de 14 a 17 anos e 11 meses que atendia através da política nacional da Assistência Social, integrada a política de transferência de renda. Essa política visava o fortalecimento dos vínculos escolares e o oferecimento de atividades no contra turno escolar e uma bolsa de R\$65,00 (sessenta e cinco reais) por mês.

O programa Agente Jovem tinha como objetivo desenvolver a interação e integração dos jovens, a inserção e reinserção dos jovens no ensino regular, além da realização de trabalhos comunitários e o fortalecimento de vínculos familiares (BRAILS,2016).

Assim SPOSITO&CARRANO (2003) ao realizar um balanço sobre as políticas de juventude, observa que é necessário avaliar as políticas públicas anteriores de modo a não incidir, nos mesmos erros cometidos pelas políticas em curso. Além disso, os autores identificam que na história da América Latina a evolução da política de juventude ocorreu principalmente para resolver e / ou controlar problemas sociais existentes, tendo como foco o processo de inserção no mundo do trabalho através da qualificação de mão de obra inicialmente, em seguida a inserção de mecanismo de controle social e o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direito⁴.

A este respeito, o debate sobre o reconhecimento do jovem como sujeito de direito é fortemente evidenciado por organismos da sociedade civil e que até bem recentemente a única

⁴ A este respeito ver, “Juventude e políticas públicas no Brasil”, (Sposito&Carrano , 2003) In, Rev. Brasileira de Educação.

legislação que tratava do cuidado com a juventude era o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente no atendimento a adolescente de 12 a 18 anos. Vejamos:

Por outro lado, é no âmbito da concepção ampliada de direitos que algum setor da sociedade brasileira tem se voltado para a discussão da situação dos adolescentes e dos jovens, cuja a expressão maior reside no – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA- Lei Federal Nº 8.069), promulgado em 13 de julho de 1990. **(SPOSITO & CARRANO, p.19 2003).**

Ao considerar o caráter etário das políticas de juventude levando em consideração o (ECA), observou-se que grande parte da população juvenil ficaria descoberta da proteção do Estatuto.

O fator de temporalidade é outro importante ponto de observação, uma vez que existem vários nortes ou pontos de partida para se considerar a juventude. Para a (UNESCO,2004) a juventude vai de 15 aos 24 anos, já o governo brasileiro compreende a juventude num período de 15 aos 29. Essas duas perspectivas entram em conflito, com outro marco regulatório que é o Estatuto da Criança e do Adolescente, que demarca a adolescência e a juventude dos 12 aos 18 anos, o que ocorre na verdade é uma superposição, pois as duas concepções vão além do limite definido pelo ECA.

É preciso ter em mente que as noções assumidas tanto por organismos internacionais como pelo governo brasileiro, partem de uma realidade específica, no caso do Brasil, que ocorre a partir de fatores históricos culturais e sociais e respondem a uma demanda apresentada pelo movimento juvenil, em que além de estabelecer um processo de reconhecimento da categoria juventude, ela amplia o campo do sistema de proteção de direitos até outrora limitado aos 18 anos pelo (ECA)

Lembro que a ampliação da faixa etária do que se considera ser jovem, diz respeito também com disseminação de culturas juvenis, de ampliação do processo escolar, desemprego juvenil.

Muitas são as definições como já mencionei aqui anteriormente, umas caminham no sentido cronológico da idade, outras assumem um caráter mais diversificado do ponto de vista cultural, entrando encena outros elementos como comportamentos e práticas que levam em consideração a diversidade das juventudes em seus mais diversos aspectos de gênero, etnia, condição social e religiosa.

2.2 REPENSANDO OS CONCEITOS

Nesse percurso inicial foi possível perceber que a juventude enquanto problema sociológico concerne diversos significados, envolvendo desde o aspecto biológico até a construção social. Assim, (PAIS, 1999), nos diz que primeiro a Categoria de Juventude é um conceito socialmente manipulado por se tratar de um grupo específico envolto a interesses e por isso é tomado como uma cultura juvenil.

Aqui já podemos inferir que a definição da juventude é resultante de interesses, que vão além de uma categorização, mas o atendimento de uma cultura, de perspectivas diferenciadas e que a própria Sociologia vem tratando de maneira distinta, pois as concepções sobre a juventude não conseguem se afinar nesse sentido, enquanto para uns, essa cultura está definida, isto é, faz parte daquele contexto da fase da vida, na perspectiva geracional, ou seja, tudo que ocorre faz parte daquele momento.

Por outro lado, há quem defina a juventude como vimos, que é uma construção social envolta por diversos fatores. Desta forma, assume um caráter mais dinâmico, menos dado, em que seu desenho ocorre a partir das relações sociais estabelecidas.

O que ocorre são disputas de poder entre jovens e velhos sobre os limites da juventude. Isso acontece entre os grupos juvenis que também disputam o que é ser jovem e o seu limite etário com suas implicações nas políticas públicas:

A sociologia da juventude, ela própria, tem vacilado, como veremos, entre duas tendências:

- a) Numa delas, a juventude é tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada “fase da vida”, prevalecendo a busca dos aspectos mais uniformes e homogêneos que caracterizariam essa fase da vida— aspectos que fariam parte de uma «cultura juvenil», específica, portanto, de uma geração definida em termos etários;
- b) Noutra tendência, contudo, a juventude é tomada como um conjunto social necessariamente diversificado, perfilando-se diferentes culturas juvenis, em função de diferentes pertenças de classe, diferentes situações económicas, diferentes parcelas de poder, diferentes interesses, diferentes oportunidades ocupacionais, etc. Neste outro sentido, seria, de facto, um abuso de linguagem subsumir sob o mesmo conceito de juventude universos sociais que não têm entre si praticamente nada de comum. (PAIS, 1990, p. 140).

Nesse caso, não acredito que se trata de vacilar, mas assumir concepções diferentes e que talvez se encontrem; pois não posso crer que a construção social da juventude não interfira na perspectiva geracional, uma vez que a mesma está inserida no contexto social em que a juventude se encontra.

Não significa também negar a questão geracional, mas lembrar de que a sociedade é dinâmica e as coisas se modificam ao longo dos tempos e o que os aspectos puramente geracional e/ou fisiológico não dão conta das interações sociais, dos conflitos, das preocupações cotidianas, para além do processo de maturação biológica dos indivíduos e suas consequências como a chegada da velhice. Convém lembrar que a juventude passa por diversas questões que a ela são atribuídas e que não necessariamente é uma questão específica só dos Jovens ou da juventude, vejamos:

Histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como uma fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais”. Se os jovens não se esforçam por contornar esses “problemas”, correm mesmo riscos de serem apelidados de “irresponsáveis” ou “desinteressados”. Um adulto é “responsável” diz-se porque responde a um conjunto determinado de responsabilidades: de tipo ocupacional (trabalho fixo e remunerado); conjugal ou familiar (encargos com filhos, por exemplo) ou habitacional (despesas de habitação e aprovisionamento). A partir do momento em que vão contraindo estas responsabilidades, os jovens vão adquirindo o estatuto de adultos. (PAIS, 1990, p.141).

Os problemas dos jovens não são apenas problemas dos jovens, as condições de sobrevivências dos indivíduos mais jovens acabam por lhe render rótulos, como o de sem reponsabilidade. Porém, existem elementos que não favorecem a entrada no mercado de trabalho: a crise econômica/política evidenciada no Brasil possibilitou o crescimento do desemprego que atinge toda a população, em sua maioria os jovens, muitos que estão em busca do primeiro emprego, acabam esbarrando na ausência de oportunidades. Pude vivenciar de forma mais próxima ao trabalhar em um projeto denominado PROJOVEM TRABALHADOR – JUVENTUDE CIDADÃ – que visava a qualificação de 6000 (seis mil) jovens que tinha como meta inserir 30% dos jovens “qualificados” no mercado de trabalho.

É preciso lembrar que ao passar por um processo de qualificação profissional, não se estabelece a garantia de inserção no mercado de trabalho, uma vez que as empresas precisam ter a capacidade de absorver essa mão de obra, do contrário não é possível a empregabilidade. Na experiência vivenciada, os elementos que dificultaram essa inserção foram: a falta de

incentivo às empresas, a condição de inexperiência dos candidatos e muitas vezes a distorção vocacional do mercado local, conforme o pensamento de Moraes, et. al. (2010).

Muitas vezes a saída é a criação de cooperativas, associações produtivas, mas que em sua maioria não obtém êxito devido à falta de experiência na administração dos arranjos produtivos.

Outro elemento que Pais,(1990) destaca é a constituição familiar, não sei bem se esse elemento é demarcador do momento de passagem do jovem para uma determinada “adulter”, visto que, os padrões são outros, não acredito que seja possível afirmar que a maioria dos jovens tenha como objetivo esse fim. Afinal os padrões de família não mais condizem com a perspectiva heteronormativa de família, o padrão homem/ mulher não é mais a única alternativa possível. Assim novas escolhas são assumidas como podemos evidenciar abaixo:

Por outro lado, a “cultura juvenil” requer um espaço social próprio. As carências e dificuldades nos domínios da habitação, do emprego e da vida afetivo-sexual podem converter-se numa fonte aguda de conflitos e problemas. A emancipação dos jovens, que tradicionalmente tem culminado com a constituição de um “lar” próprio, habitualmente precedida pela obtenção de emprego, encontra-se, nesta perspectiva, cada vez mais bloqueada. No caso de os jovens prolongarem os laços de dependência familiar, cultivando, ao mesmo tempo, um universo cultural distinto do da família de origem, essa convivência, forçadamente prolongada, pode traduzir-se por conflitos familiares de alguma intensidade. Aliás, as dificuldades de constituição de um “lar”, em idades socialmente consideradas como as mais apropriadas, faz que alguns jovens rejeitem — em alguns casos, não sem a contrariedade da família — o modelo tradicional de casamento e optem por relações pré-matrimoniais ou «uniões livres», ou, ainda, adiram ao aborto, às relações precárias, ao divórcio e às chamadas variantes da vida sexual. (PAIS, 1990,p.142).

Não que deixou de existir o formato tradicional de família, ela existe, está aí, bem presente defendido por grupos geralmente de conotação religiosa com um discurso fundamentalista da família cristã. O que o autor cita acima, acredito eu, como variantes da vida sexual, seja orientações sexuais diferentes da heterossexual, e que o que ele denomina de relações precárias seja relações afetivo conjugais sem laços fixos.

Mas quero crer que tenha sido uma forma de expressão diferenciada e não o estabelecimento de um determinado julgamento de valor frente a outras formas de relação afetivas entre os seres humanos. O que me parece é que ele afirma que não existe mais uma linearidade nas trajetórias de vida.

Apesar de ter preferência em relação a quem defende a juventude como um elemento construído socialmente, não acredito que seja possível descartar a corrente geracional, todavia acredito que do ponto de vista de uma cultura juvenil à corrente sócio cultural consegue dar mais respostas as inquietações deste segmento chamado juventude ou juventudes, pois de fato não podemos falar de uma só diante de tantas possíveis definições.

Os jovens ligados à Rede de Jovens no Nordeste são oriundos de grupos populares, em sua maioria do espaço urbano, porém com uma representação rural significativa. Encontram-se nos mais diversos segmentos da sociedade, como movimentos negro, movimentos culturais, religiosos, ONGs, grupos de bairros, grupos de mulheres e LGBTs.

Não diferente de outros tantos jovens, em sua maioria vivenciaram a necessidade de trabalhar cedo de dividir o tempo entre o estudo e o trabalho, como também passar pela experiência precoce de paternidade / maternidade alguns ainda na adolescência. O interesse pela participação política é talvez o elemento mais comum em suas experiências individuais, pois, a maioria começou a participar através de vivências da igreja católica principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de base (CEBs), fruto de ações da CELAM (1968), Conferência do Conselho Episcopal Latino Americano, que mudou os rumos da Igreja, que pensou uma nova forma de pensar o cristianismo, posicionando-se contra as injustiças sociais.

É necessário ressaltar que a Igreja Católica teve um forte papel na organização e formação de grupos, fazendo surgir assim diversos movimentos sociais na década de 80/90 do século passado (SADER, 1988).

Deixo claro que, o que registro como sendo experiências de CEBs, não é a mesma vivida nas décadas de 70/80/90, do século passado, mas resquícios de grupos ainda inspirados na Teologia da Libertação, em uma igreja encarnada do povo. A exemplo da Comissão Pastoral da Terra, Pastoral da Juventude do Meio Popular, Pastoral da Juventude Rural, Pastorais sociais como um todo.

Na seção a seguir , procurarei dialogar com os conceitos de Democracia , participação, cidadania e Juventudes. O entendimento dessas questões são fundamentais para pensar a participação política a partir da Rede de Jovens no Nordeste.

3. DEMOCRACIA, PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E JUVENITUDE'S.

Nos dias de hoje falar em participação política e relacioná-la à juventude parece ser algo contraditório, principalmente quando temos uma presença forte de um sentimento de descontentamento com a política por parte da juventude. Para além desse discurso, estar descontente não significa não querer participar, mas pensar em formas alternativas de participação.

Desta forma, é importante salientar que nosso sistema político é baseado principalmente na representação dos indivíduos e grupos por meio de pessoas eleitas para este fim. Haja vista, que a experiência de democracia direta no Brasil só foi testada em instrumentos de menor escala como, audiências públicas, orçamentos participativos. Há também instrumentos como plebiscitos, referendos que são canais de democracia direta como forma de ouvir a população a respeito de determinado tema.

Pensar a noção de participação é sempre um desafio, principalmente quando se trata da participação política, pois a mesma é diferenciada, requer bastante cuidado no seu trato, pois a participação política a que me refiro tem um lado, uma perspectiva de mundo, em que as pessoas busquem uma sociedade mais justa para todos.

Considerar que o cidadão ao se encaminhar para votação em um processo eleitoral, ele esteja participando, verdade está, no entanto, até que ponto esta participação é consciente? Ou a mesma está condicionada por uma obrigatoriedade legal? Assim, muitas pessoas se dizem participantes, ou exercerem sua cidadania de forma plena. A este respeito, Gonh (2010) diz que “a participação cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania que não se restringe ao direito ao voto, mas constrói o direito à vida do ser humano como um todo”. De toda forma, nunca é demais lembrar que existem diferentes níveis de participação, uma delas é através de mecanismos de representação e práticas eleitorais, porém é uma perspectiva com muitos limites

Mas claro, vale ressaltar que a participação pode ocorrer de diversas formas, por mecanismos que não apenas o sufrágio universal. Neste sentido, (TEIXEIRA, 2001), apresenta que para pensar a respeito da noção de participação, precisa-se não limitar-se a noção do voto é necessário ter em conta o poder político, e como esta influência nas relações construídas e nos interesses dos indivíduos principalmente naquilo que refere-se aos seus

desejos, naquilo que supõe a construção de suas identidades enquanto sujeitos que tem direitos e também obrigações.

Além disso, o autor argumenta que a participação vive sob a existência de dicotomias, configurando entre “participação direta, indireta, institucionalizada ou movimentalista”. Não se trata apenas de separar quem está no espaço institucional ou não, mas perceber aquilo que as diferencia, como é o caso da participação movimentalista que traz consigo uma noção de solidariedade, que se contrapõe a outras lógicas de participação, que seguem a lógica da competição e da racionalidade.

Assim o autor aponta para a questão da participação cidadã como um desafio a política contemporânea. Para o autor a participação cidadã não ocorre apenas nos espaços institucionais, porém, mantém relações com outros organismos sociais. Acrescenta que a sua noção de participação difere das noções de participação social e comunitária e da participação popular, afirma que sua noção é mais ampla e que ao adotá-la procura contemplar os aspectos de como se colocar ou tomar partido sobre algo, seja em associações, grupos que estariam no campo da pluralidade. O outro aspecto seria a cidadania, buscando os ideais de universalidade, igualdade de direitos, e responsabilidades do ponto de vista cívico.

A participação para acontecer depende de condições específicas, que ora sendo possíveis, e a articulação de diversos canais de mediação podem gerar aquilo o autor chama de cidadania ativa, ocorrendo uma redefinição do que se chama participação.

Neste sentido, a cidadania assume uma nova conotação em que os indivíduos são chamados a assumir novas práticas, pois: “Só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços, para fazer valer os direitos do cidadão.”(MANZINI-COVRE, 1991).

Podemos ainda considerar que essa participação está diretamente condicionada a espaços do nosso cotidiano, a exemplo da escola, do trabalho, de associações de moradores, partidos políticos e sindicatos como podemos ver abaixo,

O homem participa nos grupos primários, como família, o grupo de amizade ou de vizinhança e participa também em grupos secundários como associações profissionais, sindicatos, empresas. Participa ainda dos grupos terciários, como partidos políticos e movimentos de classe. (BORDENAVE 1994, p. 23).

Considerando que a participação possa ocorrer em diversos espaços como vimos acima, e que a noção de participação apresentada por (TEIXEIRA, 2001) supõe uma

participação cidadã. Não compreendo em seu argumento a diferença que existe entre as demais formas de participação, em especial a política e a exposta pelo autor, uma vez que a participação política não se limita ao espaço institucional ou só a movimentalista. Sendo que, aquilo que o autor argumenta como participação cidadão está inserida no contexto da participação política.

A relação que a Cidadania estabelece com a participação está centrada naquilo que podemos chamar de cidadania política, ou seja, os direitos políticos. Sendo a cidadania tomada a partir da concepção estabelecida no século XX, do processo de direitos civis, sociais e políticos que um determinado indivíduo possa ter. (GOHN, 2008). Assim a meu ver a participação política e os direitos políticos dialogam no sentido de que os direitos políticos supostamente garantem a possibilidade de envolvimento do indivíduo no processo de organização política, levando o mesmo a se inserir em associações, partidos políticos, movimentos sociais, ou qualquer outra forma de organização política.

Apesar da existência de todo um aparato legal construído ao longo da história que garanta a existência dos direitos constitutores da cidadania, a história demonstra que direitos adquiridos vêm sofrendo baixas. Ao longo da caminhada nos movimentos sociais sempre ouvi, direito adquirido não se mexe, não é o que estamos vivenciando no Brasil atualmente, com o fortalecimento da política neoliberal e das reduções de investimento nas políticas sociais.

Demo (1993) nos diz que, a participação é “um processo, no sentido legítimo do termo, infindável, em constante vir-à-ser, sempre se fazendo. Assim, a participação é em essência autopromoção e existe quanto conquista processual. ”. Este processo não é simples e nem haverá pessoas para solicitar que se participe, pois, é do interesse de muitos que a ausência de participação dos cidadãos e cidadãs seja algo que não tenha fim.

Assim, a participação social é resultado das relações entre atores distintos no sentido de aperfeiçoar a relação Estado e Sociedade civil (Dagnino, 2003). Assim, participar é antes de tudo, buscar intervir e não assistir, isto é, não ser mais um expectador de um filme que alguém determina que o mesmo o assista. (Dallari, 1999), diz que a participação política não é só o ato de votar, mas toda ação humana que vise influenciar mudanças na sociedade.

Ainda sobre participação e seus efeitos (PATEMAN, 1992) ao tratar do pensamento de Rousseau, nos diz que sua teoria política está baseada na participação individual de cada cidadão, no processo político de tomada de decisões. Segundo ela a participação dos indivíduos vai além das questões institucionais, mas a participação desenvolve uma ação

psicológica e pedagógica sobre o indivíduo, estabelecendo assim um processo de interação entre as instituições e os indivíduos ensinando-os a se interessar por questões comuns. A autora deixa claro que a teoria de Rousseau antecede a democracia moderna, porém acredita ser possível entender a função da participação no Estado Democrático a partir de seu pensamento.

A autora afirma que segundo o pensamento de Rousseau o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetiva nas assembleias em que as decisões são tomadas. Tendo como resultado o estabelecimento da vontade de todos de modo igual, protegendo assim o direito e os interesses individuais. Para que isso ocorresse seria necessário que apenas indivíduos participassem e não grupos, pois temia que a vontade dos grupos prevalecesse.

Em sua análise sobre o sistema de participação de Rousseau, afirma que ele define que a participação acontece no momento da tomada de decisões, e que a mesma se constitui um modo de proteger os interesses individuais. Mas é claro que não só isso, mas que a função maior da participação é a Educação. Pois para o mesmo, a participação leva a responsabilização do indivíduo sobre suas decisões, seu envolvimento com os interesses coletivos. Outro elemento exposto pela autora é que a participação valoriza o indivíduo em sua liberdade, um segundo aspecto é que, a participação promove a integração entre os cidadãos.

De fato, a participação possibilita que os indivíduos assumam suas responsabilidades, em um sistema democrático, a participação é sim condutora de um processo de integração, pois é a relação de convívio em que os indivíduos interagem e definem suas prioridades, garantindo o respeito às individualidades. Sobre a responsabilidade na democracia no caso brasileiro os indivíduos tornam-se coo-responsáveis pelas ações dos nossos representantes, uma vez que os escolhemos para nos representar. Na democracia participativa e direta, mesmo em experiências como de orçamento participativo, existe uma reponsabilidade na escolha, porém na execução e acompanhamento ainda persiste a representação.

[...] as democracias representativas que conhecemos são democracias nas quais por representante entende-se uma pessoa que tem duas características bem estabelecidas: a) na medida em que goza da confiança do corpo eleitoral uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável; b) não é responsável diretamente perante seus eleitores exatamente porque convocado a tutelar os interesses

gerais da sociedade civil e não os interesses desta ou daquela categoria. (BOBBIO, 1986.p.36).

A citação acima expõe algo que é cotidianamente vivenciado por milhares de pessoas, uma vez ocorrida uma eleição e eleito o representante, o mesmo exerce o interesse coletivo e não individual, ocasionando um sentimento de vazio naqueles que buscam ser representados pelo eleito, numa busca de proximidade de seus ideais. No Brasil, não é bem assim, na maioria das vezes os representantes não agem em função dos interesses dos que o elegeram, nem dos interesses coletivos, mas de seus próprios interesses.

Ainda assim, a democracia representativa é hoje um regime que tem se solidificado no mundo ocidental e expandido suas influências para outros continentes, expressão da possibilidade da participação do povo em tomar suas próprias decisões, em contraponto a regimes totalitários vivenciados no mundo.

Dizemos, então, que uma sociedade é democrática quando institui algo mais profundo, que é condição do próprio regime político, ou seja, quando instituir direitos e que essa instituição é uma criação social, de tal maneira que a atividade democrática social realiza-se como luta social e, politicamente, como um contra poder social que determina, dirige, controla, limita e modifica a ação estatal e o poder dos governantes. (CHAUI. 2005.p.25)

A afirmação feita pela autora, a nosso ver, chama atenção para um aspecto importante da democracia, a capacidade de transformação da sociedade através da luta social e política, que age de forma a monitorar a ação estatal, no sentido de garantir os direitos dos cidadãos presentes no regime.

Todavia, a democracia representativa tem apresentado sinais de não mais dar respostas à sociedade quanto à eficácia de sua execução, quanto na garantia da efetivação dos direitos dos cidadãos envolvidos e também quanto à sua incorruptibilidade, são muitos os efeitos da corrupção sobre a democracia, por isso, talvez tantos questionamentos sobre o regime. Outro elemento que não posso deixar de citar é a distância estabelecida entre a categoria “povo” e seus representantes políticos, distância esta que tem se somado a todas as outras insatisfações e questionamentos já citados, além do desequilíbrio resultante do poder econômico no processo eleitoral.

Atualmente não se pode deixar de frisar que um elemento que influencia de maneira bem incisiva o jogo do processo democrático é o capital financeiro. A compra de votos tem se configurado como o grande ganhador de eleições, sendo este um elemento provocador de desequilíbrio das instituições democráticas.

Neste contexto, surge outra experiência democrática que é a democracia participativa. Segundo SELL (2006, p. 93), podemos entender como “um conjunto de experiências e mecanismos que tem como finalidade estimular a participação direta dos cidadãos na vida política através de canais de discussão e decisão”.

A democracia participativa é uma tentativa de reaproximar a população dos espaços de poder e decisão de uma gestão, seja ela no âmbito local ou não. No Brasil temos várias experiências de democracia participativa. Até mesmo antes da adoção de experiências participativas na sua forma de gestão, os movimentos sociais, já experimentavam, aliás, executavam em sua forma de se organizar o princípio da participação.

Mais recentemente, desde 2002 no Brasil, um processo importante tem ocorrido, que são as conferências de políticas públicas. Apesar de não ser um instrumento novo pois segundo (FARIA, et.al, 2012) *As Conferências de Políticas Públicas* foram criadas no governo Vargas, pela Lei no 378, de 13 de Janeiro de 1937, com o objetivo de facilitar o conhecimento do Governo Federal acerca das atividades relativas à saúde e de orientá-lo na execução dos serviços locais de saúde. Atualmente as conferências têm entrado na agenda do Estado Brasileiro, de maneira mais intensa como meio de ouvir a população sobre as políticas que devem produzidas para atender suas demandas, do aprimoramento das políticas públicas, em diversas áreas como: saúde, educação, assistência social, criança e adolescente, segurança alimentar, trabalho, segurança pública, juventude, mulheres, populações tradicionais, LGBT, idosos e transparência pública.

Neste sentido, os processos de participação implantados no Brasil, criam uma nova arena de debate e participação política de forma mais local e que se propõem a ser espaço de construção coletiva dos cidadãos, oportuniza ainda o acompanhamento das decisões sobre as ações governamentais e o destino do orçamento público.

Mesmo assim, diante dessas inovações presentes hoje no Brasil, o formato de representação ainda é forte em nosso sistema político, muitas vezes impondo limites a participação dos cidadãos, que dirá da juventude que muitas vezes é desconsiderada nos processos de decisão, ou no julgamento de sua capacidade em realizar, assumir determinadas funções.

3.1 A SOCIEDADE CIVIL E PARTICIPAÇÃO NO BRASIL

Para podermos dar continuidade a essa discussão, se faz necessário que compreendamos aqui de que sociedade civil estou falando, uma vez que esse conceito admite diversas interpretações.

Bobbio (1987) diz que atualmente o termo sociedade civil é usado para definir a relação de oposição Sociedade civil/Estado, o autor aponta que é necessário refletir antes de estabelecer seu significado, uma vez que o mesmo é empregado de forma negativa como sendo a esfera das relações sociais sem regulação estatal. A concepção de Estado estaria baseada na ideia de agente de coação, detentor do poder.

No curso da teoria social, vamos encontrar as mais diversas contribuições sobre o tema, nos escritos de Marx, Hegel, Gramsci, podemos ver que para Marx a sociedade Civil é o conjunto das relações constitutivas de base material, já para Gramsci a Sociedade Civil está relacionada aos aparatos ideológicos, que buscam exercer a hegemonia, para Hegel a sociedade civil é identificada como um momento que precede a formação do Estado jurídico – administrativo.

Avritzer (1994) ao dialogar sobre a relação sociedade civil e democratização, apresenta o aparecimento de uma terceira arena que proporcionaria uma defesa contra a burocratização das relações sociais. O autor remete a duas teorias para pensar em diferenciação social na sociedade, um deles é Habermas, com a teoria da Ação comunicativa, capaz de compreender o processo de racionalização do ocidente. E outra são as teorias da sociedade civil, baseadas no surgimento dos novos movimentos sociais.

A teoria habermasiana da sociedade parte do suposto que, na modernidade ocidental, ocorreu um processo primário de diferenciação das estruturas da racionalidade, que dissociou o processo de complexificação dos processos de racionalização comunicativa das estruturas do mundo da vida. (AVRITZER, 1994, p. 29)

A compreensão de Habermas é que na sociedade moderna existem dois aspectos diferentes que a estruturam, sendo um “a lógica estratégica do mercado e do Estado, o outro fator seria a racionalidade comunicativa, que ensejaria a disputa social, que o autor define segundo Habermas como sendo o principal embate da sociedade contemporânea”. Habermas

afirma que existe uma tensão entre Estado e mercado, de um lado e as estruturas interativas do mundo da vida por outro. Desta forma, o aparecimento da democracia seria possível por que os movimentos sociais, que representam essa estrutura interativa a fundam. Para ele, democracia passaria então a ter caráter normativo, sendo um aspecto institucionalizado da racionalidade comunicativa.

Avritzer (1994) apresenta que segundo o pensamento de Habermas o processo de racionalização, traz consigo a visão do espaço de disputa do mundo da vida que exigiria a tomada de decisões sobre o local legítimo dessa disputa, o “fórum político”, bem como atores capazes de lutar contra a colonização do mundo da vida.

Os movimentos sociais constituiriam os atores que reagem à reificação e burocratização dos domínios de ação estruturados comunicativamente. Eles defendem a restauração das formas de solidariedade postas em risco pela racionalização sistêmica. Neste sentido, eles disputam tanto com o estado de bem-estar social quanto com grandes corporações capitalistas a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização e reprodução da cultura e formação de identidades e solidariedades. (AVRITZER, 1994, p.30).

Arato& Cohen (1994), ao analisar a teoria Habermas propõem uma nova perspectiva sobre a noção de sociedade civil, uma vez que para os mesmos Habermas não apresentaria uma teoria definida sobre o tema, mas que a partir da separação entre mundo da vida e a lógica sistêmica seria possível fazer um análise das dinâmicas sociais, localizando assim onde se encontra a sociedade civil.

O conceito de mundo da vida Habermasiano, de mundo da vida possui duas dimensões distintas que, uma vez diferenciadas e esclarecidas, nos permitem apontar o lugar exato da sociedade civil no mundo global. Por um lado, o mundo da vida se refere a um reservatório de tradições implicitamente conhecidas e pressupostos automáticos que estão imersos na linguagem e na cultura e utilizados pelos indivíduos na sua vida cotidiana. (ARATO & COHEN. 1994, p.153).

Acrescenta ainda que o mundo da vida tem três aspectos que o estruturam, sendo estes: a cultura, a sociedade e a personalidade; que envolvem “ações comunicativas de transmissão da cultura, socialização e integração”. É neste ponto que os autores localizam a

sociedade civil. Pois acreditam que na sociedade ocorrem instituições capazes de realizar esse processo de disseminação de suas culturas, através de estruturas jurídicas que organizam seus princípios, compreendo assim como sociedade civil aquilo que assegura por meio das instituições uma série de direitos e que os diferenciam da esfera do aspecto econômico, bem como do Estado.

Segundo Gonh (2008) o conceito de sociedade civil, como dissemos já admitiu várias concepções, no Brasil, a autora afirma que o mesmo sofreu e sofre reformulações ao passo que as modificações políticas conjunturais ocorrem em nosso país. A autora afirma que o termo sociedade civil virou um termo “comum” no vocabulário político.

Na linguagem política corrente ele se tornou sinônimo de participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar. Este fato significou a construção de um outro referencial para o imaginário político nacional, fundado na crença que a sociedade civil deveria se mobilizar para modificar o status quo no plano estatal dominado pelos militares no plano e por um regime não democrático, (GONH, 2008, p.70).

Foi neste cenário que segundo a autora práticas coletivas foram sendo construídas de modo a reivindicar melhorias para a população, frente ao regime em vigor. A partir de então diversos atores passaram a figurar no cenário político apresentado novas pautas, baseadas em temas plurais, assumindo outra perspectiva enquanto ação coletiva.

Neste período diversos atores entraram em cena, destacando-se os movimentos sociais populares urbanos reivindicatórios de bens e serviços públicos e por terra e moradia, assim como parcelas dos então chamados novos movimentos sociais, em luta pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos etc. (GONH, 2008, p.72).

Já se tornou clássico falar que a participação política no Brasil, iniciou-se com o processo de redemocratização; ou como dizem, com a reabertura democrática. Não que não existissem movimentos políticos e sociais, muito pelo contrário, afinal só foi possível a reabertura democrática devido à intensa participação política existente no Brasil. Todavia, a respeito da criação de mecanismos de participação institucionalizados diversos autores mencionam o fato da Constituição Federal de 1988, ter possibilitado essa abertura.

O marco formal desse processo é a Constituição de 1988, que consagrou o princípio de participação da sociedade civil. As principais forças envolvidas nesse processo compartilham um projeto democratizante e participativo, construído desde os anos oitenta ao redor da expansão da cidadania e do aprofundamento da democracia (DAGNINO, 2004, p.95).

É importante frisar que a participação política nunca deixou de existir, mesmo com a repressão da ditadura, ocorreram ações de diversos atores durante este período, no sentido de contestar a ordem vigente. Todavia apontamos aqui a ausência de espaços institucionais de participação como temos hoje. O aprofundamento da democracia só seria possível se esse projeto de participação pudesse ser disseminado no país, mesmo com a CF 88, o Brasil viveu momentos em que o Estado se eximiu desse processo, reduzindo a participação dos cidadãos, no sentido contrário, diversos movimentos sociais, procuraram introduzir experiências participativas.

Essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade. Entre os espaços implementados durante esse período destacam-se os Conselhos Gestores de Políticas Públicas, instituídos por lei, e os Orçamentos Participativos, que, a partir da experiência pioneira de Porto Alegre, foram implementados em cerca de cem cidades brasileiras, a maioria governadas por partidos de esquerda, principalmente o Partido dos Trabalhadores (PT). (DAGNINO, 2004, p.96).

Assim, o embate pela ampliação dos canais de participação institucional foi sendo produzidos, na constante disputa com o Estado, digo representação nas esferas do governo através das organizações sociais. (TATAGIBA, 2005) aponta que os movimentos sociais foram fundamentais na consolidação da arquitetura participativa em várias áreas das políticas públicas.

Refiro-me aqui tanto aos diversos mecanismos de participação direta e semidireta instituídos pela Constituição de 1988, como complemento à democracia representativa, como às diversas outras conquistas que foram sendo regulamentadas nos anos seguintes, a partir da pressão dos movimentos, como o Sistema Único de Saúde (SUS), a Lei Orgânica da

Assistência Social (LOAS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Estatuto da Cidade, etc., todas com importantes mecanismos de consulta e deliberação voltados à incidência da sociedade sobre as políticas públicas. (TATAGIBA, 2005 p.1).

É nesse contexto que a sociedade civil brasileira conviveu durante as últimas décadas, num constante embate com o Estado na construção das políticas públicas, porém como a autora ressaltou, o momento é outro, as conquistas obtidas ao longo do tempo exigem desta sociedade civil, uma ressignificação de suas práticas, outrora baseadas na participação não institucional, sendo necessário reaprender a participar, são novos códigos, novas regras, participar por dentro do Estado exige muito mais.

No caso da juventude não seria diferente, a presença dos jovens no cenário político, das pautas reivindicatórias é bem presente no contexto histórico de nosso país, é o que veremos mais adiante.

3.2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PARAÍBA E NO BRASIL

Na Paraíba o registro do desenvolvimento de políticas públicas de juventude remete a execução de programas sociais desenvolvidos pelo governo federal em parceria com os entes federativos. Destacam-se principalmente os programas na área da Assistência social a exemplo do Projeto Agente de Jovem de Desenvolvimento Social e Humano em meados de 2000, na área do trabalho, que alcançassem os jovens. Tínhamos as políticas de qualificação profissional, a exemplo das ações executadas pelo Sistema “S”.

Com a mudança no projeto político de governança no Brasil, essas políticas foram recebendo uma nova configuração, surgindo assim programas como Juventude cidadã na área do trabalho: Juventude cidadã; meu primeiro emprego; minha primeira terra e Pronera jovem, Saberes da terra, voltado para a juventude do campo. Na Educação registramos o Programa Escola Aberta, que amplia o tempo Pedagógico da escola e incluem os alunos da escola e da comunidade noutro processo de interação social. (OLIVEIRA, 2009), (SANTOS, 2007). Na política voltada para o esporte, sublinho a criação do Programa Segundo Tempo, que visa democratizar a prática da cultura do esporte. Além disso, temos a implantação do programa Bolsa Atleta como política de incentivo a atletas de alto rendimento, como também a descoberta de novos talentos. (BRASIL, 2006).

No ano de 2005, o Governo LULA, inicia a implantação do PROJOVEM, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens, que tinha como objetivo superar os desafios e, visando reconhecer os direitos peculiares da juventude, surge o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem. Este programa é o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos criado em 2005, integrante da PNAS (Política Nacional da Assistência Social), que após reformulação e ampliação do projeto, passou a abranger a população com idade de 15 a 29 anos, por meio das subdivisões do programa: Projovem Adolescente, Projovem Urbano, Projovem Trabalhador e Projovem Campo.

A existência dessas políticas vem acompanhada de um processo anterior que é a criação de uma política nacional de juventude, através da criação de um grupo de trabalho interministerial que buscasse não só criar políticas, mas que as integrassem e pudessem ampliar seu alcance.

Sendo assim, as políticas públicas para a juventude se consolidam como um novo elemento voltado para os jovens a partir de fevereiro de 2005, na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, desenhando uma Política Nacional de Juventude, sendo instituída inicialmente por força de Medida Provisória nº 238 de 01 de fevereiro de 2005, passando posteriormente à Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005. Nesse mesmo ato foram criados o Conselho Nacional da Juventude, a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) 4, sendo a Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.557 de 05 de outubro (ARAÚJO, p.10, 2012),

As políticas de Juventude criadas durante o Governo Lula são uma provocação/inspiração para outros entes federativos. A necessidade de políticas públicas voltadas para a juventude é importante desde que aliadas no combate à violência e ao extermínio de jovens. Outro elemento que é importante destacar é a criação das conferências de políticas públicas que, são de certa forma um avanço no fomento a participação política de Jovens em todo o Brasil. Registra-se a existência de 3 (três) conferências executadas entre o governo Lula e Dilma, com os temas: “1ª Levante sua Bandeira; 2ª Conquistar direitos e desenvolver o Brasil; 3ª As várias formas de Mudar o Brasil”.

O processo de conferências é importante, porém apresentou limites na execução das propostas apresentadas pelos jovens. Todavia, mais que a necessidade de execução das propostas as conferências de políticas públicas significaram um avanço importante na relação entre o poder público e a sociedade, em nosso caso, aos jovens.

Na Paraíba as iniciativas de políticas públicas de juventude são escassas, para além das políticas pactuadas com o Governo Federal, não se pode afirmar a existência de ações dos governos locais focado nos jovens paraibanos. No entanto, podemos destacar na esfera da edilidade mirim, especificamente na Prefeitura Municipal de João Pessoa durante o governo do então prefeito Ricardo Coutinho atual Governador do Estado, foi o Programa Ciranda Curricular, que desenvolvia atividades semelhantes às ações do Programa Escola Aberta, outra iniciativa foi a implantação do Bolsa Universitária.

Ainda a nível municipal temos a criação da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação, temos também o estabelecimento pela prefeitura de João Pessoa do Conselho Municipal de Juventude no ano de 2009⁵. No restante do Estado da Paraíba, são poucos ou quase inexistentes, registros de políticas ou organismos voltados que não a replicação das políticas do governo federal.

Ainda assim, registro a existência da Secretaria de juventude da cidade de Patos atualmente, porém outras cidades como Pombal e Campina Grande, já incluíram em suas estruturas a nomenclatura associada à cultura ou ao esporte, mas nesse ano de 2016, já não faz mais parte de suas composições. Nos demais municípios o que existem são iniciativas fomentadas pela sociedade civil de estabelecimento de conselhos de juventude, porém esbarram muitas vezes na falta de sensibilidade dos gestores.

Já em nível de Governo Estadual, temos a implantação também das ações desenvolvidas pelo governo Federal, a criação da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, enquanto organismo de fomento da política de juventude. Outro instrumento implantado foi O Conselho Estadual de Juventude, inicialmente de caráter consultivo, já em 2016 ocorre uma modificação em seu texto por meio da propositura da Dep. Estadual Estela Bezerra (PSB), transformando o conselho antes consultivo em deliberativo⁶.

Enquanto política pública temos a criação do Bolsa Atleta Estadual ainda em 2006 e em 2010 o Bolsa Universidade, além da execução do Projovem Urbano. O que se pode perceber é que as políticas públicas de juventude apesar de terem seu período forte com temática, em uma tentativa de entrar na agenda pública como prioridade, não funcionou como deveria. Apesar das iniciativas a nível federal os estados e municípios apenas replicaram, não criaram nada que pudesse ser tido como iniciativas que partissem de sua realidade.

Abaixo descrevo um pouco do processo da implementação do Conselho estadual de Juventude aqui na Paraíba. A partir do ano 2000, teve início uma série de atividades

⁵ Ver Lei 11.820 de 11 de dezembro de 2009.

⁶ Lei 10. 654 de 18 de março de 2016.

capitaneadas pela Igreja Católica como seções especiais na Assembleia Legislativa, seminários de análise de conjuntura e oficinas com objetivo de discutir o tema da implementação do Conselho Estadual da Juventude da Paraíba. O Setor juventude da Arquidiocese da Paraíba, Pastoral de Juventude do Meio Popular (PJMP), Pastoral da Juventude Estudantil (PJE) e a Pastoral da Juventude (PJ específica) realizaram projetos apoiados por agências financiadoras no sentido de discutir políticas públicas para a juventude. Vejamos:

O processo histórico das políticas públicas de juventude na Paraíba, tem destaque no período 2000 a 2003, por iniciativa do Setor Juventude da Arquidiocese da Paraíba junto com os grupos de jovens ligados as paróquias, a Pastoral de Juventude do Meio Popular e a Pastoral de Juventude Estudantil. As discussões e estudos sobre os conceitos de políticas públicas foram movidas pelos seguintes questionamentos: porque a juventude tem políticas públicas específicas? O Estado Brasileiro nos reconhece como sujeitos de direito? Somos quantos jovens? Onde moramos? Como vivemos? Motivados/as por estas inquietações foi elaborada uma pesquisa com os/as jovens ligados/as a grupos de jovens católicos. E, em seguida na Semana da Cidadania de 2003 foi realizado um intercâmbio com jovens do campo e da cidade para vivenciar e observar como vivem as juventudes nestas duas realidades e como poderíamos identificar os problemas vivenciados igualmente e os específicos. Concomitantemente, a Câmara dos Deputados Federais, instalou a Comissão Especial de Estudos sobre Políticas Públicas para Juventude. Neste momento impulsionado pelo cenário nacional é criado no âmbito Estadual da Paraíba a Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer, cuja ações eram focadas no esporte e lazer. (Apostilha Do Curso de Conselhos Municipais de Juventude, 2009, P.17).

Como a realidade é dinâmica, já havia em curso em outro plano, movimentos como Rede de jovens, movimentos negros, Hip hop, movimento cultural dentre outros, que buscam intensificar o debate sobre a juventude em especial sobre as políticas de juventude. No campo institucional a criação de organismos governamentais foi de certa forma dando a tônica desse novo período.

Apesar de representar um avanço na construção da política de juventude, o Conselho Estadual da Juventude da Paraíba, tem inicialmente um caráter consultivo. Aqui faço um parêntese para contar uma história. (O Conselho Estadual da Juventude só foi implantando dois anos após sua criação, efeito de uma forte ação das juventudes organizadas na Paraíba, (ASTEIAS) – (Associação de Trabalho em Educação, Intervenção e Ações Solidárias), RJNE e Setor Juventude da Arquidiocese e PJMP, junto ao Ministério Público Estadual).

Aqui a Rede de Jovens no Nordeste passa a capitanear as ações referentes a juventude, assume a Presidência do Conselho e consegue compor a grande maioria das cadeiras do conselho com jovens participantes da Rede de Jovens no Nordeste.

Em nível Nacional a realidade não foi diferente, por força de pressão popular e da luta empreendida por organizações que durante anos dispensaram atenção para a temática da juventude e da mudança política no país, ocorre no Brasil a acentuação do debate acerca da juventude, a partir de 2002. Como já disse anteriormente, uma série de ações no sentido de ampliar as discussões sobre diversos segmentos sociais na busca de possibilitar a construção de políticas públicas para os mesmos, não sendo diferente a juventude estava diretamente inserida neste contexto.

No Brasil de forma geral principalmente com a mudança de postura política no país ocorreu uma série de ações no sentido de ampliar as discussões sobre diversos segmentos sociais na busca de possibilitar a construção de políticas públicas para os mesmos, não sendo diferente a juventude estava diretamente inserida neste contexto.

Isso não significa que antes disso, não tenha havido alguma forma de atenção do Estado para com a juventude, porém com enfoques que não atendiam as necessidades da juventude, uma vez que as ações desenvolvidas eram segundo Spósito&Carrano (2003) ações desarticuladas e as superposição e projetos com objetivos, clientela e área geográfica de atuação comuns, exprimem a frágil institucionalidade das políticas de juventude até o período. As diferenças de concepções, longe de significarem a pluralidade dos que dialogam, revelavam a incomunicabilidades no interior da máquina administrativa.

A partir do ano 2000, inicia-se um processo de estudo acerca da formação de políticas públicas para a juventude, inicialmente através da Câmara dos Deputados Federal, e logo em seguida através da Casa civil da Presidência da República. Cria-se a (SNJ) Secretaria Nacional de Juventude e o (CONJUVE) Conselho Nacional de Juventude (2005), entidade representativa do segmento juvenil⁷.

O marco regulatório da juventude, ou seja, o marco legal da juventude brasileira, esteve em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, composto pela (PEC) Projeto de Emenda constitucional, Estatuto da Juventude e o (PNJ) Plano Nacional da

⁷A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) foi criada por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer um diagnóstico da juventude brasileira. Sob a coordenação da Secretária-geral da Presidência da República, o Grupo, que reuniu representantes de 19 Ministérios, recomendou a criação da Secretaria, do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), instituídos em 30 de junho de 2005 pela Lei 11.129.

Juventude. Esses três documentos fundamentam a política nacional de juventude, propondo-se a contribuir como o processo de emancipação juvenil em nosso país.

Assim com essa mudança de postura uma série de ações, estudos, debates, aconteceram no sentido de criar uma série de ações voltadas para a juventude segue abaixo uma linha do tempo que conta um pouco dessa história.⁸

Para fins do nosso estudo vamos chamar a atenção para alguns fatos nessa linha do tempo, um deles é a Conferência Nacional de Juventude promovida pela Câmara Federal em 2004, da então comissão especial de destinada a acompanhar proposta de políticas públicas para a juventude. A partir de então, organizações juvenis, diversos movimentos, instituições passaram a dialogar sobre isto.

Em 2008 foi realizada a 1ª Conferência nacional de Juventude, com o tema “Levante sua Bandeira”, esta foi promovida pelo poder executivo, momento de coleta das impressões da juventude sobre como o poder executivo deveria direcionar, ou seja, formatar as suas ações de modo a atender a juventude brasileira levando em consideração as suas especificidades regionais.

Isso é fundamental para que o poder público possa gerar as oportunidades para garantir o que é direito da juventude: direito de estudar; de trabalhar; de fazer o que gosta, de morar e se locomover na cidade e expressar sua cultura, de não sofrer violência nem discriminação de qualquer tipo. (BRASIL, 2008.p.3)

⁸**2005** – Lançamento do Projovem ;**2007** – Lançamento do Projovem Integrado; **2007** – Brasil sedia 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no RJ; **2008** – 1ª Conferência Nacional de Juventude ; **2008** – 1º Pacto pela Juventude; **2008** – Brasil sedia 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul; **2009** – Brasil sedia 2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude; **2010** – Brasil assume Presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ; **2010** – 2º Pacto pela Juventude ;**2010** – Aprovada a PEC da Juventude ; **2010** – Ano Internacional da Juventude; **2010** – Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe; **2010** – 1ª Conferência Mundial de Juventude realizada no México; **2010** – 1ª Mostra do Projovem Urbano; **2010** – Brasil passa a integrar a OIJ; **2010** – Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude; **2011** – Encontro de Alto Nível da ONU sobre a Juventude em Nova Iorque; **2011** – Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal; **2011** – 2ª Conferência Nacional de Juventude; **2013** – Lançamento do Participatório; **2013** – Lançamento do Plano Juventude Viva; **2013** – Sanção do Estatuto da Juventude pela presidenta Dilma Rousseff; **2013** – Lançamento do Programa Estação Juventude; **2013** – Lançamento do Plano Juventude Viva;**2013** – VI Bienal de Jovens Criadores da CPLP; **2013** – Criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude; **2015** – o fim da Secretaria Nacional da Juventude.; **2015** – III- Conferência nacional de Juventude; **2013** – Sanção do Estatuto da Juventude pela presidenta Dilma Rousseff;**2013** – Lançamento do Programa Estação Juventude **2013** – Criação do Comitê Interministerial da Política de Juventude ;**2015** – o fim da Secretaria Nacional da Juventude; **2015** – III- Conferência Nacional de Juventude

Esse foi o início da construção de uma perspectiva sobre o que a juventude quer e do que se entende por ela, vale ressaltar que antes disso, o instituto de cidadania em 2004 realizou uma grande pesquisa no Brasil de modo a realizar um diagnóstico sobre a juventude brasileira, Intitulada “Projeto Juventude”; além do diagnóstico, tinha como objetivo sugerir ações ao poder público que servisse de orientação na formulação de políticas públicas.

Com isso queremos dizer que existiu na época ações institucionais do ponto de vista governamental como também não institucionais, quando nos referimos às organizações sociais. Da Conferência de 2004, um aspecto dentre tantos outros foi levantado que era a criação do Estatuto da Juventude, assim como existe um ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, foi proposto que também se estabelecesse um marco regulatório juvenil.

Para isso seria necessário mexer na constituição brasileira, com a criação de uma PEC – Projeto de emenda constitucional, reconhecendo o jovem como sujeito de direitos,

A PEC da Juventude foi aprovada em 2010, no mesmo ano foi lançado o segundo Pacto pela Juventude Brasileira⁹, como forma de difundir e fortalecer as proposições da Conferência nacional de Juventude também ocorrida no mesmo ano a aprovação da PEC. O significado dessas ações é que agora como sujeitos reconhecidos constitucionalmente, as ações governamentais, devem observar também os jovens na hora das definições de suas políticas.

Além disso, a partir de então começou, um amplo debate acerca do Estatuto da Juventude, que antes carecia da mudança legal, do reconhecimento institucional presente na constituição, agora o debate passa ao que versará um estatuto, qual a cobertura do mesmo em relação a juventude. Um elemento importante a ser destacado na necessidade de um amparo legal é que o estatuto da Criança e do Adolescente Lei 8.069/90, estabelece a cobertura de direitos dos 12 aos 18 anos de idade, ou seja, um jovem adolescente, ficando descoberto uma etapa da vida da juventude¹⁰.

Mas afinal qual a compreensão de juventude do governo brasileiro? Qual o limite da juventude no Brasil? Segundo a proposta do Estatuto Nacional da Juventude é o entendimento que a juventude é compreendida entre os 15 aos 29 anos. Aprovado em 2013 o Estatuto da

⁹O Pacto pela Juventude é uma proposição das organizações da sociedade civil que compõem o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), para que os governos federal, estaduais e municipais e parlamentares destes três níveis se comprometam com as políticas públicas de juventude, em suas ações e programas, e postulantes aos cargos eletivos para que incorporem, em suas plataformas eleitorais, as demandas da juventude brasileira.

¹⁰ Ver lei 8.069/90

juventude funciona ao nosso ver como uma Lei que complementar ao ECA – de modo a dar garantias aos jovens naquilo que o Estatuto da Criança e do Adolescente for omissor.

O Estatuto¹¹ também trata dos princípios norteadores da política de juventude através do Estado, tais como: autonomia, participação social e política, o respeito das diferenças, a diversidade, o incentivo a solidariedade e ao diálogo entre as gerações. Com a aprovação do Estatuto, as políticas antes de governo passaram a ser de Estado.

Além disso, o Estatuto deixa claro que é necessária a participação dos jovens nos processos de decisão quanto à formulação, execução e avaliação da política de juventude, vejamos: “Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude” (Estatuto da Juventude, 2013).

O direito a vez e voz estabelecido no Estatuto da Juventude pode significar um avanço naquilo que concerne à formulação de políticas públicas, principalmente em um segmento tratado com uma perspectiva de tutela anteriormente praticada, passando de uma lógica da política construída “de” e “para”, a uma que significa construída “com” a juventude, é claro que o Estado não perderá seu papel de fomentador das políticas públicas, porém agora o elemento da participação da juventude nessa construção poderá ser um fator significativo nesse fomento.

3.3 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA JUVENTUDE NOS ESPAÇOS NÃO INSTITUCIONAIS

Antes de iniciar é preciso lembrar que a participação política em seu sentido amplo significa a atuação dos indivíduos que buscam influenciar em nas relações de poder existentes na sociedade, pode se dar através do associativismo, de movimentos sociais, ou através de instrumentos de participação institucionais.¹²

A participação da juventude nos processos de mudança social, não é algo recente na história de nosso país. Apesar de sermos uma democracia relativamente nova podemos

¹¹ Ver lei 12.582 de 5 de agosto de 2013. – Estatuto da Juventude.

¹² O termo participação, tomado em sentido estrito, poderia ser reservado, finalmente, para situações em que o indivíduo contribui direta ou indiretamente para uma decisão política (BOBBIO, MATEURUCCI, GIANFRANCO p. 888,1998).

identificar diversos processos em que este segmento da sociedade esteve presente. Desta forma procuraremos adiante demarcar um pouco alguns momentos que acreditamos ser de relevante importância da juventude enquanto membros da sociedade civil organizada.

Os registros do envolvimento de jovens no processo políticos datam do período abolicionista ainda no Século XIX, marcado principalmente pela atuação contra a escravidão. Outro movimento que se deve destacar é o movimento Tenentista (1916), e a Semana de Arte moderna (1922). (RABAT, 2002).

Na década de 30 temos a fundação da União nacional dos Estudantes (1938), e até 1950 a presença da juventude em movimentos sociais, ocorreu principalmente nos movimentos integralistas e movimentos estudantis a exemplo da UNE.

Durante os anos 60 a juventude foi marcada pela forte presença no sentido de questionar valores da sociedade. Segundo Souza (1999, p.34) “O engajamento político e cultural dos jovens da década de 60 foi uma experiência algo incontestável e reveladora da possibilidade de seu compromisso social”.

O movimento estudantil deixa seu caráter institucional e assume uma perspectiva revolucionária, neste instante adquire o papel de porta voz dos que sofrem com o subdesenvolvimento, isto é, a massa proletária urbana e os trabalhadores do campo. Os estudantes colocavam-se na defesa das liberdades democráticas, na resistência ao golpe, somando-se a isso pautas como, “pobreza, baixos salários, políticas inflacionárias, tendo como âncora de sua ação a cultura popular”.

Entre anos de 60 e 70 nós temos também a forte atuação de jovens ligados a ação católica, JAC, JEC, JOC, JUC, (Juventude operária, universitária, estudantil e agrária católica). (PJMP, 2005).

Com a instalação do regime autoritário no Brasil, ou seja, com o golpe militar de (1964-1985), que através do movimento estudantil foram combativos frente ao regime que se instaurava. A repressão perseguiu de forma constante os movimentos de contestação do regime, de modo que muitas entidades estudantis foram fechadas e as lideranças dos movimentos presos e muitos passaram a atuar na clandestinidade.

A partir do processo de redemocratização do Brasil a juventude, enquanto movimento, veio novamente à tona. Todavia o movimento estudantil, não tinha mais a mesma expressão de outrora, novas configurações se formavam. “Seu ideário parecia desterritorializar-se do espaço tradicional da política para se localizar também em outros espaços, como o dos movimentos populares urbanos.”(SOUZA, 1999, p.52).

Já em 1980 temos o surgimento de outros movimentos que atuavam de forma diferenciada quanto as práticas dos movimentos da época, destaca-se o movimento HIP –Hop, baseado sua luta política em elementos mais culturais.

Um movimento importante que marca a juventude na década de 90, mais especificamente no ano de 1992, o processo de impeachment do então primeiro presidente eleito democraticamente pós-regime autoritário no país. O movimento “Fora Collor” trouxe novamente para o cenário político do país a juventude como participe da construção das mudanças sociais e política.

Em junho de 2013, uma grande massa juvenil começou a se mobilizar e a defender mudanças aqui no Brasil, sob as mais variadas pautas a juventude se colocou na rua para protestar inicialmente contra o aumento das tarifas de ônibus, capitaneado em parte pelo MPL - Movimento passe livre, formados por estudantes em sua maioria reivindicavam o passe livre, devido a desdobramento o movimento tomou corpo e espalhou-se pelo país de forma inesperada e pôs os diversos governantes em xeque.

Também sob a pauta do passe livre, mas agora com pautas diversas, de combate à corrupção os protestos foram sendo cada vez mais constantes requerendo dos governantes uma resposta rápida e consistente as inúmeras pautas ali expostas. Muitos pensaram que reduzir R\$0,20 centavos era o suficiente para acalmar a massa de pessoas em especial jovens que estavam nas ruas a reivindicar.

Hoje quase três anos se passaram e novamente temos protestos, ocupações, reivindicações, no caso de São Paulo os estudantes resistem a uma tentativa de fechamento de escolas, ou de segundo o discurso oficial “reordenamento” das unidades escolares, em seguida temos o desvio da merenda das escolas e esse foi o estopim para mais invasões e cobranças frente ao governo do Estado de São Paulo.

No cenário nacional, a disputa entre o projeto de governo defendido pelo campo democrático e popular encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores e do outro lado pelos partidos de oposição como PSDB, DEM e o partido do Vice-presidente da república do PMDB, outrora aliado do Governo, além do movimento Brasil Livre financiado por esses partidos.

O que nos faz registrar esse processo é que a grande maioria dos militantes não eram jovens, estudantes operários, trabalhadores que têm protestado de forma constante contra as injustiças e a desigualdade social ainda existente no país. Segundo (CASTELLS, 2013) as

políticas de neodesenvolvimento e redistributivas não foram capazes de conter as insatisfações expostos nas ruas.

Para além da repressão desencadeada sobre o movimento, a voz oficial do governo brasileiro, manifestou aquilo que nenhum outro líder político fez. O governo da então Presidenta Dilma Rousseff, se colocou à disposição o movimento de rua para ouvir as reivindicações, de adotar medidas que pudessem responder as indagações dos movimentos, infelizmente propostas como o plebiscito da reforma política esbarraram na ausência de vontade política dos parlamentares.

Hoje, depois da deposição da Presidenta da República, estão ocorrendo a retirada de direitos sociais, cortes, mudanças no sistema educacional, estão em curso capitaneadas pelo governo do momento e por sua base aliada. E mais uma vez a juventude se levanta, dessa vez os secundaristas têm ocupados escolas contra o corte de investimentos em saúde, educação e assistência social. Além disso diversos movimentos sociais lutam contra a PEC 241 ou 55 hoje no Senado, que estabelece o corte de gastos nas áreas já citadas.

A juventude que para muitos estava apática apolítica, tem mostrado que não está. É presença forte, é vanguarda na luta pela manutenção dos direitos sociais.

Abaixo buscarei apresentar a Rede de Jovens no Nordeste, meu intuito é inicialmente fazer um relato sobre seu formato geral, e emseguida a partir das falas dos entrevistados , analisar como os jovens da rede significam suas experiência na mesma.

4. A REDE DE JOVENS NO NORDESTE

Nesta seção procurarei realizar um olhar sobre elementos que são marcadores da prática da Rede de Jovens no Nordeste (RJNE), o caminho que escolhemos para identificar esses aspectos foi o contato com membros e ex-membros da RJNE e refletir a partir dos significados atribuídos pelos jovens as suas práticas na vivência com a Rede de Jovens no Nordeste.

Antes de nos debruçarmos sobre a contribuição dada a este trabalho pelos colaboradores da pesquisa faremos um breve relato de como a Rede de Jovens no Nordeste surge, um pouco de sua organização e composição para contribuir na compreensão do objeto em questão. Para isto, farei uso de minha memória por também ter vivenciado diversos momentos da Rede na Paraíba com também em materiais sistematizados pela RJNE, “Vivi e Conte: **Experiências da Rede de Jovens no Nordeste**”, da “**Cartilha sobre Conselhos Municipais de Juventude**” produzida pela ASTEIAS/RJNE e claro pela fala dos entrevistados.

A Rede de Jovens do Nordeste - RJNE/PB é uma articulação/organização de juventude formada por organizações, entidades e grupos da região nordeste, está se articula em núcleos onde existem 09 representantes, cada estado constituindo um núcleo. Tem sua organização interna baseada num modelo horizontal onde não existe hierarquia, todas as deliberações são coletivas.

A RJNE surge em 1998, a partir de uma articulação entre jovens dos estados de PE, PB e RN que ao voltarem da 1ª escola Latino-americana, de Lideranças Juvenis, que aconteceu em novembro de 1997, no México, tiveram a proposta de formar e constituir uma articulação de jovens que discutisse e pautasse a juventude nordestina.

Desta forma a RJNE da PB esteve articulada em 05 subnúcleos Litoral, Borborema, Brejo, Cariri e Sertão. Atualmente a Rede encontra-se com três núcleos articulados que é o Brejo, a Borborema e o Litoral. Esses subnúcleos são compostos por organizações juvenis ou grupos não institucionalizados, ONGs que trabalhem com a temática, entidades parceiras que contribuam com o fortalecimento desses grupos.

Neste sentido, é importante ressaltar que o surgimento da RJNE, se deu também pelo incentivo da EQUIP - Escola de Formação Quilombo dos Palmares, que através de projetos junto a organismos internacionais possibilitou o processo de articulação nos nove estados do

Nordeste. Atualmente na Paraíba a Rede passa por um processo de enfraquecimento de suas ações, constando apenas articulação nas regiões do Brejo, Borborema e Litoral.

A Rede de jovens no Nordeste / PB, desde seu início realizou três festivais de juventude, este tipo de ação segundo os registros tem uma função educativa' que através de atividades culturais buscam mobilizar a juventude através das expressões de sua diversidade. Com o objetivo de criar um espaço de interação, participação e formação política e cultural. (CENTRAC, 2009).

A Rede também promoveu cursos sobre participação política, participação cidadã, conselhos de políticas públicas, campanhas a favor do voto consciente, contra o Extermínio da juventude negra, Intercâmbios entre jovens do campo e da cidade, além de estar presente em conferências e conselhos de políticas públicas. Outro elemento a ser considerado é que, por se tratar de uma rede, as ações tomam um alcance muito maior, não ficam no espaço físico de realização.

Neste momento vou procurar observar aquilo que a RJNE denomina de “metodologia de trabalho com jovens”. O entendimento estabelecido pela Rede é que sua atuação metodológica está baseada nos princípios da educação popular e que a mesma configura um modo de agir junto às classes populares que se encontram a margem da sociedade, excluídos, vítimas de opressões e discriminações.

Contudo, tem como processo metodológico a educação popular desempenhando um papel de fundamental importância na forma, nos encaminhamentos das ações e perspectivas aonde quer chegar, ampliando as vozes juvenis na formação política desses jovens, despertando o potencial que há em cada um e assim contribuindo na afirmação dos mesmos como sujeitos políticos, jovens capazes de transformar a sua realidade. (RJNE, 2008, p.10).

Aqui o que ocorre é a adoção da educação popular como uma opção política, buscando estimular a formação de sujeitos políticos, capazes de assumirem suas lutas pela transformação da sociedade. Foi adotada por parte da Igreja Católica em suas ações pastorais desde a década de 60. Também, por acreditarem que essa perspectiva possibilita melhor disseminação das ideias e da condução das ações da Rede. O caráter formativo da rede é um de seus principais pontos de atuação, sendo possível constatar isso nas atividades desenvolvidas, tendo como prioridade a realização de seminários, festivais, encontros, ou seja,

atividades coletivas que ao ver de seus participantes é na troca de experiências em Rede através de rodas de diálogo, do teatro, da música, da dança, da poesia, de debates feitos nos guetos, nas praças, enfim, nas diversas formas de organização.

É nessa construção coletiva que a Rede acredita despertar o que ela denomina de consciência crítica na juventude, no intuito de transformarem sua realidade. A construção de uma ética política de ler o mundo, no processo de emancipação dos indivíduos. A este respeito Gohn (2008) nos diz que essa emancipação, só é real e proativa se for construída no seu cotidiano. Ou seja, a prática cotidiana é que determina o nível de emancipação produzidas pelas ações dos movimentos sociais.

Além do aspecto formativo, a Rede desenvolve ações de mobilização a exemplo de campanhas de participação política de combate à corrupção, pela efetivação das PPJ'S, políticas públicas de juventude. O que ocorre na verdade é uma articulação de duas perspectivas: a formação e a mobilização, como é possível evidenciar na fala a seguir:

“A rede tem dois aspectos. A ação em rede é uma ação formativa, isso é muito bacana por que você aprende fazendo, e ação em si de formação tem uma característica de tá, envolvendo a participação e educação popular envolvendo e abrindo os caminhos para outros.”(MILITANTEI).

Resultado dessa opção de fortalecer os aspectos formativos, a Rede de Jovens no Nordeste/PB em parceria com a ONG – ASTEIAS lançou em 2010, a cartilha “ Conselhos Municipais de Juventude” que buscou a construção de material metodológico para subsidiar as ações interventivas da juventude paraibana (MACEDO&MORAIS, 2010). A produção desse material adotou uma metodologia participativa em que se estabeleceram a formação de 04 grupos responsáveis pela produção de um capítulo cada. Ressalto que o material é o gesto concreto do final do Curso sobre Conselhos municipais de juventude, ocorrido em 2009.

Estratégias como produção de documentos, cartilhas, livros, cartas, manifestos, são uma forma de disseminar uma cultura política diferente, uma prática política que busque envolver mais seus partícipes na construção de um novo projeto de sociedade.

A articulação da teoria e prática tem como diz a própria rede um sentido estratégico, o de possibilitar a aprendizagem na prática dos jovens que dela participam.

GOHN (2008) afirma que só é possível estabelecer um processo de autonomia quando os indivíduos estabelecem um campo ético político de respeito ao outro, quando aceitam as

diferenças e o sentido único dos outros. Sob este aspecto a Rede concebe que isso ocorre através da dialética entre articular a teoria e a prática atualizando a cada momento o conhecimento, as possibilidades e limites. Esse exercício ocorre devido ao papel ético-político e a ação educativa que, sobretudo articula no plano da objetividade e subjetividade [...] (RJNE, 2007, p.14).

É no processo de reconhecimento, enquanto sujeito, que este “projeto ético-político se forja”, é no encontro de suas identidades e no aceitar as diferenças que os jovens se colocam no mundo como sujeitos em processo de mudança constante, frente sua realidade, adquirindo possibilidades de transformá-la.

A metodologia utilizada pela Rede possibilita uma maior interação entre os jovens, assumindo um caráter mais intimista, onde os jovens podem se expressar, expor suas ideias, sentimentos percepções. Essa perspectiva garante que todos possam ser ouvidos e valorizados.

A RJNE tem como objetivos:

- Fortalecer o movimento juvenil através das suas organizações.
- Contribuir para sua maior organização juvenil proporcionando espaços de formação e conscientização, dando ênfase ao protagonismo juvenil.
- Proporcionar relações de parcerias entre as organizações e movimentos juvenis que possibilitem a intervenção qualificada no âmbito das “Políticas públicas de/para/com a juventude”.
- Sistematizar e socializar informações, conhecimentos e experiências a partir das práticas das organizações – membros. (CARTA DE PRINCÍPIOS DA RJNE/PB, 2010)

Sua atuação é baseada no fortalecimento dos segmentos juvenis, principalmente através de espaços formativos que possibilitem a disseminação do conhecimento, tornando-se assim instrumentos para que os jovens possam intervir na formulação e monitoramento de políticas públicas “de/para/com a juventude”.

A RJNE demarca através de sua missão o campo em que está inserida, estabelecendo que seu diálogo é dentro do campo democrático e popular, atuando na cidade e no campo, sempre tendo como norte a luta contra qualquer preconceito de gênero/raça/etnia ou religião. É o Protagonismo Juvenil definido pela RJNE como sendo:

O “ator” não é individual, mas se trata de uma ação coletiva de afirmação da identidade juvenil, baseada nos princípios do respeito à diversidade, da

valorização das várias expressões juvenis, da busca pela cidadania, uma ação que quer mudanças sociais e culturais (JUNIOR, 2007, p, 9)

Apesar de, o autor abaixo, ressaltar a formação de redes juvenis por grupos dispersos, no caso da RJNE, existe uma organização forte estabelecida, são grupos que nesse caso não estão dispersos, mas organismos que já têm uma vida política estabelecida que agora se encontrem em um novo formato de Rede para ampliar ainda mais seu raio de atuação. Vejamos:

Movimentos juvenis tomam forma de uma rede de diferentes grupos, dispersos, fragmentados imersos na vida diária. Elas são um laboratório no qual novos modelos culturais, formas de relacionamento, pontos de vista alternativo são testados e colocados em prática. (MELUCCI, 1997, p.13).

Uma vez que a atuação em Rede permite uma maior circulação, troca, compartilhamento e aprendizado de informações. Além disso, na organização em Rede é possível estabelecer um processo de descentralização e horizontalidade na tomada de decisões. Bem como, sua formação política se dá no marco de um determinado tipo de participação que privilegia a busca de ampliação de espaços institucionais de participação e a demanda por políticas públicas de juventude.

QUADRO 01. EIXOS DE ATUAÇÃO

EIXOS DE ATUAÇÃO	
Participação Política	• Ocupação política do Território da Cidadania; • Curso de formação de “Por que e para que participar? ” • Pensar em participação para melhoria da qualidade de vida da juventude a partir do seu local de inserção; • Remeter a discussão das políticas públicas de juventude à melhoria da qualidade de vidas dos e das jovens; • Ampliar o olhar para outras bandeiras de luta e não só as PPJs; • Pensar em processos de formação mais aprofundados, dando um recorte especial para desmistificar os aspectos pejorativos da “POLÍTICA” e ainda ampliar o olhar sobre a sociedade e pautar modelos societários que possam vir atender os interesses das juventudes; • Inserção em outros espaços e debates políticos; • Participação na articulação do Grito dos Excluídos; • Ampliação das ações mais próximas das comunidades
Articulação	• Garantir uma articulação maior com os municípios que os jovens ainda não têm conhecimento dos processos coletivos; • Ter a sensibilidade para com os novos e novas integrantes da RJNE – PB para lhes conjunturar quanto a correlação de forças internas da RJNE; • Assinatura de todas as entidades na carta de compromisso com os gestores; • Assinatura da carta de princípios da RJNE – PB por todas as entidades
Captação de recursos	• Comissão de elaboração de projetos, com perfil mais “profissionalizante”, e de caráter permanente; • Garantir o envio de projetos Lançando Redes para entidades, tais como FASE, CESE, e Fundo de Apoio as organizações Juvenis. • Fundo Brasil de Direitos Humanos; • Estabelecer prazos para elaboração dos projetos; • Pensar em curso de capacitação sobre elaboração de projetos, com ênfase na execução do projeto

Fonte: Relatório de indicativo para Encontro de planejamento 2010. Não disponho da localização e data exata em que ocorreu essa atividade, uma vez que esse material estava presente em uma série de documentos digitais que me foi repassado, por um dos entrevistados.

Acima destacamos os principais eixos de atuação da Rede de Jovens no Nordeste aqui na Paraíba. Mesmo tendo uma coerência em relação ao contexto do Nordeste brasileiro é passível de modificações conforme a realidade.

Nesses três eixos citados no quadro 01 é possível observar elementos importantes no seu formato e organização, a tentativa de sustentabilidade através de projetos financeiros, uma prática de muitas organizações no Brasil, principalmente na década de 90, por ONGs que dispunham de financiamento internacional.

Esse processo de financiamento tem aspectos positivos e negativos, é importante pela possibilidade de executar suas atividades, por obter condições econômicas para isso. No entanto, as agências financiadoras, exigem critérios para financiar, isto é, modelos de atuação, o que faz com que muitas vezes esses organismos tenham que se adequar, formatar sua atuação para poder manter-se.

No eixo de articulação chamo atenção para um elemento que é “carta de compromisso” que deve ser assinada pelas organizações membros da Rede, como forma de se comprometer com os princípios que a RJNE propaga.

Outro aspecto que considero necessário ser destacado na Rede é a participação política, presente nos indicativos do seu planejamento em 2009, a ampliação das pautas da Rede, não só a pauta das PPJs - Políticas Públicas de Juventude, mas outras bandeiras que figuram no universo social, como Gritos dos excluídos, a desmistificação da “POLÍTICA” como sendo algo pejorativo, no sentido de ampliar a participação juvenil, a participação em espaços institucionais de gestão como os Territórios da cidadania¹³, secretarias de governos municipais e estaduais.

Eu lembro bem que no ano de 2010, novas pautas foram sendo inseridas na agenda da RJNE, como disse as PPJs e a relação com a participação institucional é fruto de um momento vivenciado pela Rede. A campanha contra o extermínio da juventude é um exemplo, antes disso outras pautas como as campanhas de participação política, voto consciente e as pautas locais de cada núcleo ligado a RJNE.

A ação da Rede também ocorre no incentivo à juventude ocupar esses espaços como forma de disseminar a construção de políticas públicas que favoreçam a juventude. Quanto a este elemento é importante ter atenção, uma vez que os espaços institucionais exigem, impõe uma postura diferenciada da vivência dos movimentos sociais, ocorrendo conflitos de identidade/representação, as ações coletivas são regidas por lógicas diferentes, ocasionando para quem assume um espaço de gestão situações complexas, sendo necessário conciliar os interesses dos grupos juvenis com o dos governos.

¹³ A este respeito ver <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>

Para execução desse trabalho, foi necessário realizar entrevistas individuais com militantes da causa juvenil, como disse anteriormente, que contribuíram ou contribuem de alguma forma com a Rede de Jovens do Nordeste. Assim estabelecemos contatos com 11 colaboradores, que aceitaram colaborar com nosso trabalho.

O entendimento da necessidade de ouvir esses sujeitos, surgiu da possibilidade de compreender como a RJNE funciona a partir das experiências vivenciadas por seus membros. Primeiro ocorreu a preocupação de dar voz de certo modo a Rede de Jovens através daqueles que por ela passaram, segundo por que não seria possível realizar esta pesquisa sem que a interlocução fosse realizada.

A realização das entrevistas ocorreu em sua maioria no segundo semestre de 2015, devido algumas dificuldades geográficas tivemos que realizar alguns contatos eletrônicos, o uso de e-mail e redes sociais contribuíram no processo de articulação. Os colaboradores da pesquisa são em sua maioria de origem popular, porém, grande parte detentores de curso superior, ou cursando faculdade, trabalhadores/as das áreas de educação, serviço público, terceiro setor, estudantes e uma empreendedora.

Como forma de preservar os sujeitos da pesquisa, preferimos não citar os nomes dos nossos entrevistados, de modo que tratarei por identificar-los através de letras do alfabeto. Além disso, nas falas serão substituídos alguns nomes como forma de preservar as pessoas citadas durante as entrevistas, desta forma utilizarei nomes fictícios com este fim.

Neste sentido, ao iniciar a análise das falas dos entrevistados, procurei separar em algumas seções de modo a ajudar na compreensão dos leitores, as duas primeiras seções têm um caráter mais descritivo do formato organizativo da rede, 4.1) O contato com a RJNE; 4.2) Sua organização; 4.3) Os processos de articulação/desarticulação 4.4) As Experiências na gestão de políticas públicas 4.5) Experiência no conselhos de políticas públicas 4.6) Dos processos de formação 4.7) A concepção de juventude ; 4.8) Resultados e Limites.

4.1 DO CONTATO COM A REDE

As falas abaixo visam possibilitar ao leitor compreender como ocorreu o contato de nossos entrevistados com a Rede de Jovens no Nordeste, abaixo é possível perceber os caminhos trilhados pelos mesmos, ver alguns passos anteriores da chegada na RJNE e como isso os motivou a participar:

A partir da PJMP, que é uma pastoral que pensava sempre a melhoria da condição de vida da população de classe popular e melhorar a sociedade pra repensar as desigualdades, é ...eu consegui participar representando a Pastoral da Rede de Jovens do Nordeste. A Rede de Jovens do Nordeste é uma organização de grupos juvenis que tá distribuído nos nove estados do Nordeste, e aqui na Paraíba eu participei primeiro pela PJMP e num segundo momento, saindo da PJMP, passando por todos os processos formativos eu e outros colegas resolvemos criar uma ONG. chamada ASTEIAS.(MILITANTE, F)

Na verdade, foi 2008, 2009. Que 2008 teve a primeira conferência de juventude e aí quando por exemplo a Vânia vai, 2007 a constituiu como fórum em 2008, quando Vânia vai pra mobilização deste fórum para conferência nacional da juventude ela quem traz este olha pô, embora que em 2008 agente conseguiu como prioridade a juventude negra nas políticas de juventude ela sendo prioridade que a maioria da população, tendo em vista que é mais marginalizada, que tem menos acesso aos direitos básicos de garantia de vida digna da sociedade como um todo então Regininha traz do nacional esta visão, esta leitura pra o local e a partir disto a gente se insere dentro da rede de jovens do nordeste por que também a conferência de juventude serviu pra esta troca de experiência, intercâmbio de ideias né e, no sentido de contribuição mútua por que primeiro a gente tinha um objetivo enquanto fórum ou articulação tinha objetivo que era pautar a juventude negra racionalizar o discurso da juventude por este primas por entende que a juventude negra é a mais marginalizada do contexto que diz respeito a juventude, o que é uma contradição e aí agente precisava aumentar nosso campo de atuação foi uma visão estratégica na verdade e também a região nordeste tinha esta necessidade de pautar esta questão racial dentro da Paraíba (MILITANTE, D)

Em 2000/ 2001 fui convidado pelo CENTRAC- Centro de Ação Cultural a fazer um curso (sobre) participação cidadã e Orçamento público e nesse curso a gente conhece algumas pessoas da Rede de jovens que tava surgindo nesse período, que foi a Eduardo, e Carlos da EQUIP, na verdade era mais ligado ao PT – Partido dos Trabalhadores e aí a gente foi se envolvendo de forma distante com a Rede, quem de fato ia de frente era a irmã Clara, era quem conduzia o processo, quando foi em 2002 teve um encontro, chamado coletivo estadual da Rede de Jovens no Nordeste em João Pessoa. (MILITANTE, I)

[...] eu cheguei através da ASTEIAS por que eu tava no setor da juventude da arquidiocese e debatei tal, sim em 2006 esqueci de falar agente fundou o coletivo cultural do Alto do Matheus, eu era o músico, ainda sou, a gente fez um coletivo artístico cultural lá do bairro principalmente jovem, mas não tinha só jovem a partir deste coletivo a cidade tomou conhecimento foi quando pelo fato de ter proximidade com a PJMP, Setor da juventude da Arquidiocese e com o movimento cultural, aí a ASTEIAS me chamou pra dar umas contribuições na Rede aí eu começo a representar o coletivo na região nordeste é por aí que conheci a Rede. (MILITANTE H).

O contato com a RJNE iniciou, (sou muito ruim com datas) mas recorde de participar das discussões sobre protagonismo juvenil e políticas públicas para a juventude, ainda em 2003/2004, em eventos realizados pela PJMP. O processo de inserção na rede foi se dando de forma muito singular e espontânea, especialmente no processo de realização das conferências de juventude, festivais de juventude. Nesse processo também contribuimos (Articulação de juventude negra, RJNE, movimento negro organizado da Paraíba e outras organizações e movimentos), para criação/instalação do conselho estadual de juventude, onde estive no assento por 1 mandato, representando a juventude de terreiro.(MILITANTE, D).

Conheci a RJNE através de amigos da PJMP, (...) um seminário de jovens do campo e da cidade realizado em Campina Grande, em 2007, onde fomos convidados a participar de um encontro de planejamento da RJNE-PB em Cabaceiras. Nos anos seguintes passei a atuar como articulador do regional brejo da Rede, e participar de reuniões e organizações de eventos como os festivais de juventude estadual e regional, assim como o de planejamento – A Tecelagem. Também participei do EDUPOP, encontros de educação popular realizados pela EQUIP(MILITANTE, B).

A preocupação em chamar atenção na forma que esses sujeitos chegaram a rede de Jovens, como disse anteriormente a Rede é uma organização de organizações, ou de jovens ligados a essas organizações. Nas falas acima podemos perceber que existe uma relação muito forte com entidades não governamentais, ou movimentos religiosos que configuram o processo de articulação da RJNE.

É importante sublinhar que boa parte dos entrevistados chegou à rede através de processos não formais, ou seja, através de convites, encontros, atividades ou por uma organização¹⁴, que no período era responsável no Estado da Paraíba pela articulação e convidava para contribuir na organização.

Isso nos faz pensar que, primeiro a RJNE teve seu processo de articulação através de entidades âncoras, como a EQUIP, ASTEIAS, AJURCC, mandatos de parlamentares principalmente ligados a organizações que são sensíveis a causa juvenil e resolvem fortalecer esse segmento possibilitando a criação de uma Rede.

A rede surge articulada com grupos organizados ligados à Igreja Católica e a algumas vertentes do PT, que estimularam a articulação de movimentos juvenis, sua articulação em rede e o estímulo também para a mobilização dos jovens em torno de políticas públicas de

¹⁴Para o melhor entendimento, a Rede de Jovens no Nordeste surge uma iniciativa de jovens ancorada por uma organização chamada Escola de Formação Quilombo dos Palmares, que através de um projeto social possibilitou a disseminação da ideia de uma Rede de Jovens do Nordeste, esta mesma entidade, conseguiu também articular uma Rede de Educadores populares no Nordeste, ligados que de certa forma deu sustentação ao início da organização da RJNE.

juventude; muita importância foi dada ao processo de formação política e formação de lideranças.

4.2 DA ORGANIZAÇÃO DA RJNE

A rede, aqui na Paraíba ela é organizada por território, né? Tem o território litoral, que são os municípios próximos aqui da região metropolitana e tem alguma linha praieira, né? Então você tinha esse território, tinha o território do brejo, tinha o território da Borborema, que era Campina Grande e as cidades vizinhas e o território do Cariri. Esses quatro territórios, eles tinham uma organização própria, né? Cada território desse tinha reuniões próprias. Tinha uma pessoa chamada articulador. Cada região elegia um articulador. Esse articulador articulava as atividades naquele território e também fazia parte da coordenação estadual que ia pensar as ações pro estado, né? Esse é o modelo da organização. E aí o estado elege um articulador que vai fazer parte da coordenação do Nordeste, da região nordeste. Então o modelo é esse modelo de articulador e tem os membros de articulação daquele território. Geralmente cada instituição vinculada a rede tinha direito a um membro que participava desse grupo, que se chamava coordenação. (MILITANTE, F)

Enfim, eu acho que ela se hierarquizou não que era de hierarquia que ele nasce com este objetivo, de ser ter esta organização hierárquica acho que algumas coisa contribuíram pra hierarquizar, então dentro do decorrer do processo ela se hierarquizou por que personificou a rede sabe no sentido de você, sendo mas específica, a partir do momento que você personifica sempre assim, que você centraliza algumas coisa pra determinada pessoa e foi coletivamente que a gente fez isso não foi algo imposto foi algo que conjuntura em fim a partir do momento que você personifica, centralizar as coisas você tá dando determinação política aquela pessoa você tá dando poder maior do que os dos outros e uma hierarquia um poder de influência de decisão maior que outro é hierarquia. (MILITANTE, D)

[...] a rede tinha uma coordenação executiva que a gente extinguiu, por que era ela meio quem mandava e a proposta de rede não admite isso, e aí criamos comissões com os nove estados, eram nove pessoas, e não uma coordenação que acabava sendo PE/CE por conta das organizações que, por conta da maior estrutura econômica, logística ... esses dois era quem sempre controlava e não podia ser assim...[...] (MILITANTE, I)

Lembrar que todo formato organizacional apresenta limites, seja ele vertical ou horizontal. O que é possível inferir é que a experiência de existência de coordenação não significa que uma organização não possa se democrática. O que ocorre é que mesmo em experiência horizontais, seja necessário um núcleo que encaminhe a deliberação do grupo maior. Tanto que atualmente a RJNE dispões no seu formato organizacional estruturam bem definidas, com papeis e funções. (Ver anexo 01).

O que diferencia o hoje da estrutura anterior, “verticalizada”, é que a experiência vivenciada pelo entrevistado diz respeito a um aspecto que representa uma lógica de que, quem tem mais estrutura é que estabelece o funcionamento das atividades. A mudança para uma estrutura horizontal, não elimina a figura de uma coordenação, mas amplia a condução das decisões dentro da RJNE.

O formato da organização era assim na rede era uma rede de organização de juventude, não era uma rede de pessoas eu representava o coletivo artístico cultural do alto tinha representações de organizações não governamentais, pastorais da juventude de movimentos bem diversos, era a representações de organizações bem diversas formas cada um tinha divisões e sob núcleos né, tinha o núcleo estadual que era do estado inteiro da tinha os núcleos regionais, tinha o núcleo do litoral, da Borborema, o do Brejo e do Cariri e agente sempre tentando articula o do sertão a ideia era que cada núcleo se encontra-se a agenda cotidiana dependia muito das articulações atividade, das bandeiras de luta, da conjuntura, as pautas do movimentos sociais(MILITANTE, H)

Acima o entrevistado, “H”, chama atenção para uma especificidade da rede, que é a característica de ser menos frágil, que outras construídas de forma mais fluida, caracterizando seu aspecto mais sólido, com ramificações, e articulações que possibilitam esse aspecto.

A Rede Jovens do Nordeste organizava-se dentro dos estados por Núcleos. Cada Núcleo organizava suas ações, reuniões e havia com certa frequência momentos integrados, encontros estaduais com pautas comuns, além daqueles momentos onde nos encontrávamos com outros estados, destes recorde mais fortemente dos Festival de Juventude. (MILITANTE, C)

A articulação e funcionamento da rede, sempre teve uma dinâmica muito horizontal, o que permitia de fato o protagonismo da juventude ao longo da sua existência. Infelizmente devido a conjuntura e prioridade dos grupos de base, a rede não conseguiu quadros para garantir sua articulação. (MILITANTE, L)

Ao pensar a organização na RJNE, dou destaque a algumas interpretações, para alguns entrevistados a Rede tem um caráter horizontal onde todos são iguais, todos têm os mesmos deveres e direitos, mas existe registro da existência de coordenação, de comissões e de um processo de hierarquização que questiona essa perspectiva horizontal descrita a pouco. A

organização em núcleos possibilitava uma maior disseminação das ações da Rede, onde cada núcleo podia a partir da conjuntura local produzir suas atividades em consonância com os demais membros.

A hierarquização descrita pela entrevistada “D”, faz pensar num processo de centralização e personificação de lideranças que acabavam de se colocar como lideranças superiores aos demais membros, por deterem o *status* da representação e da “liderança”, contrariando aquilo que a Rede prega, todavia, a Militante “D” adverte para a conjuntura, isto é, do momento que estava sendo vivenciado na RJNE. Nas falas de outros colaboradores o discurso da construção coletiva prevalece por entenderem que se trata de uma rede e não caberia uma estrutura rígida.

O fato descrito pelo **MILITANTE “L”** faz pensar no processo de reprodução, ou seja, de continuidade, de renovação, de como ele mesmo definiu “*de quadros que mantivessem sua articulação de uma alguma forma*”, porém não seria contraditório pensar em renovação de quadros se estamos falando de uma rede de entidades? A renovação seria um processo contínuo, as entidades não deveriam manter-se em rede? Mesmo com a modificação de algumas pessoas que por um motivo ou outro, deixarem de ser aquilo que se entende por juventude.

Isso mostra uma fragilidade no processo de organização, que não garante uma continuidade, renovação de seus “quadros”, que nos faz pensar por se tratar de uma rede de entidades, logicamente se conceberia um processo de renovação a partir das mesmas, mas, não é o que se vê.

Para isso é preciso pensar outras questões, uma delas é que tipo de organizações de fato a compõem, elas dispõem de que estrutura para essa manutenção, essas organizações têm vida contínua, ou não, apenas tem um caráter sazonal, os jovens que delas participam tem necessidades, se apenas se colocam como público ou como de fato “protagonista” no seu cotidiano. Esses elementos devem ser pensados para poder identificar a dificuldade no processo de renovação.

O que percebo é que desde que conheço a RJNE, ela vive ciclos de mobilização e desmobilização. E de fato, os aspectos econômicos e políticos são os grandes fatores que influenciam sobre sua organização. A dependência de projetos financiadores, que nem sempre existem, limitam a sua atuação. A disputa interna fragiliza também a unidade do coletivo, ocasionando separações.

4.3 PROCESSOS DE ARTICULAÇÃO /DESARTICULAÇÃO

Os processos de articulação/desarticulação abaixo descritos compreendem diversos aspectos, dentre eles estão às articulações, por exemplo: com governos em várias esferas e sua influência política, como também outros movimentos sociais. Outro aspecto destacado é como a RJNE de jovens no Nordeste é um importante espaço de articulação para a juventude.

Destaco também a utilização de outros mecanismos de articulação de forma instrumental como mecanismos de comunicação a exemplo da internet. Registrado de forma mais presente em uma das falas como o processo de articulação em rede é significativo e é talvez o elemento forte nessa construção.

Como nem tudo é positivo, as falas abaixo também evidenciam elementos que atrapalham esse processo de organização e articulação da RJNE na Paraíba; dar destaque a isso significa, a meu ver, contribuir na reflexão sobre como situações práticas contribuem para elementos desarticuladores, por exemplo: a influência de elementos externos a Rede, o aspecto financeiro que inviabiliza a execução de atividades, as influências político-partidárias.

É um espaço de articulação importante. Portanto, a ausência de recursos a impede de balançar. Acho que a fase inicial da RJNE teve uma efervescência maior, porque era ligada a uma organização que acreditava no potencial da mesma e fazia um investimento grande na formação e articulação. Contudo, avalio que a dinâmica precisa ser repensada. A caracterização da Juventude da atual conjuntura se modificou. A forma de se organizar já não é mais a mesma e é necessária uma mudança na sua forma de articular-se. (MILITANTE A).

Destaco essa experiência como muito fecunda, creio que em determinados momentos chegou a ser uma das mais articuladas no estado, com núcleos de articulação de entidades no litoral, brejo, Borborema e cariri e até sertão, com redes de e-mail, redes sociais e vínculos de amizades que favoreciam a articulação e bom funcionamento da rede. Porém o financeiro e os envolvimento políticos foram fragilizando a tomada de passos. (MILITANTE B).

Na contribuição acima, como disse no início, percebe-se como esse processo de articulação é importante para estes jovens. Porém, os colaboradores ressaltam a necessidade de uma mudança no processo de articulação, destacando que a juventude mudou e que é preciso acompanhar essa mudança.

A juventude é uma categoria dinâmica, de fato passa por mudanças e não só a RJNE, mas qualquer movimento que envolvam a relação com jovens, precisa refletir sobre suas práticas, se elas ainda refletem os anseios das juventudes. Isso não significa dizer que seus princípios irão mudar, mas forma de dialogar com estes jovens é que precisa ser repensada.

O elemento financeiro é visto como efeito complicador e inibidor de desenvolvimento de continuidade de suas ações; além disso, afirma o entrevistado que o envolvimento político-partidário “fragiliza os passos”. No trecho abaixo vamos ver a continuidade dessa questão em que a Militante “D” afirma que até certo ponto essa relação é positiva, porém chega a um momento que não é mais saudável.

Algumas vezes era positivo, no sentido de facilitar algumas coisas de conseguir por exemplo: articulação com o governo do estado pra contribuir com a realização das nossas atividades né, no que diz respeito ao envolvimento de outros jovens, sabe, no estado mas atrapalhava no sentido de que , na minha visão alguns pensamentos na forma de como conduzir o processo era diferente, tinha gente que era a favor que a juventude partidária tivesse representação dentro da rede de juventude no nordeste, outros dizia que não, por que ia atrapalhar o processo, mas a maioria era partidária de alguma forma, os partidos influenciava ali dentro, mesmo não tendo representação partidária por exemplo o JPT, JSB e UJS né, mesmo não tendo esta representação lá mas estavam lá. Levam as pautas dos seus lugares dos seus partidos pra dentro da rede, era ilusão achar que não tinha representação partidária naquele espaço. E eu acho que assim há um momento quando a gente vai, quando a rede vai assim ,estava no auge, isso estava muito bom, estava tranquilo tinha alguns entraves mas, a partir do momento que a gente não tem recurso sabe e cada um por si e Deus por todos né, ai eu acho que foi desalinhando algumas coisas e ai foi quando a gente não consegue mais financiamento tem que fazer as coisas por conta própria tentando ver isso e aqui e alguns partidos impondo condições sabe pra fazer determinadas coisas isso foi atrapalhando.(MILITANTE D)

Santos, Serafim e Pontual (2008) chamam atenção para o cuidado que movimentos e organismos sociais devem ter na relação com Estado enquanto governo. Apresenta que isso pode ser um complicador na sobrevivência dos movimentos, principalmente quando se refere a autonomia do movimento social.

A possibilidade de interferência nos rumos dos movimentos sociais é um fato recorrente na construção dessa relação entre a sociedade civil e o Estado. Além de correr o risco de perder sua autonomia e legitimidade podendo direcionar, ou querer pautar os caminhos que os mesmos devam seguir. No caso da Rede sublinho a força do aspecto

econômico que mais uma vez aparece sendo uma característica desestabilizadora da Rede, fragilizando suas relações, abrindo espaço para ingerência em seu cotidiano.

Não, na verdade não, a ideia é mobilização, a rede tem característica de mobilização social, ela nasce de movimento social defende a participação do grito dos excluídos, nas caminhadas com a juventude negra, mobilização de características sociais de dentro e principalmente espaços de formação dialoga muito com isso, mas eu acho que por conta dos projetos executados durante este período a rede focou muito com a relação com o Estado, mas, não é o objetivo comum. (MILITANTE, G).

Como disse o colaborador, a rede assume uma característica de mobilização, não centrando apenas na relação direta com o Estado. Digo, nos espaços de participação institucional, e que essa característica ocorre por um fator específico da execução de projetos voltados neste sentido. Além disso, refere-se a um período em que a conjuntura estava voltada para o debate sobre as Políticas Públicas de Juventude, a criação dos conselhos de juventude e outros mecanismos de fomento das políticas públicas.

Ser rede é fazer parte de uma articulação e fazer parte é ser um ponto dessa articulação, um ponto que mobiliza que articula que faz e que se afirmar que enfim, ser rede é isso, é um ponto numa articulação que se identifica que se afirmar, que tá conectado com ideias com pensamento com a política com a ação com intervenção né, mas por que se colocar em rede? Para não estar só, como disse é um ponto articulado, um ponto só não é uma rede, não faz, não mobiliza, não articula e estando em rede você não está só. Não está só enquanto indivíduo, mas não tá só enquanto movimento. (MILITANTE I).

A este respeito Gohn (2010) aponta que no Brasil ocorre a construção de novas articulações, entre as organizações civis, associações, Ong's, com vista a organizar sua ação construindo assim redes sociais, com as mais diversas temáticas. A autora estabelece três grupos de classificação dessas redes, sendo: 1) movimentos ligados a grupos identitários, na luta por direitos; 2) Movimentos por melhores condições de vida, por terra, moradia e alimentação; e 3) Movimentos globalizantes que atuam em redes sociopolíticas através de fóruns, plenárias e etc.

Como a própria autora define essas redes eles se entrecruzam, ou seja, não se luta por terra caso não se tenha identidade, a luta pela terra ou por melhores condições de vida não é localizada, isto é, seu efeito não é apenas local.

A Rede de Jovens no Nordeste apesar de se aproximar mais do primeiro modelo apresentado pela autora, ultrapassa os limites dessa classificação quando, estabelece relações com outros organismos, assumindo pautas e lutas que não necessariamente nasçam a partir de si.

De toda forma, a articulação em rede apresenta também limites como se pode ver abaixo: os limites geográficos, econômicos e até de reprodução, isto é, de renovação de quadros para a sua manutenção, podem dificultar sua atuação e funcionamento, vejamos:

O trabalho da rede é bem assim também aí com a juventude lá temos uma dificuldade por que uma aldeia fica distante uma da outra, e isso dificulta a comunicação, tem dois jovens indígenas que representam aquelas aldeias, são 33 aldeias e cada aldeia tem seus jovens, só muitas vezes não dá para eles participarem. Tem o repasse, mas as vezes a internet não é legal para as pessoas usarem nas aldeias, até o celular é bem complicado e olhe que eu moro mais próximo do município, daí a gente tem essa questão dos jovens a gente junta e faz reuniões gerais com todo mundo e acaba promovendo alguns eventos que é voltado justamente para juventude. (MILITANTE M).

Castells (2013) ao se referir a transformação da sociedade em rede, chama atenção para a composição das redes de movimentos sociais, seja através da internet, seja no espaço urbano é esse movimento que possibilita a eliminação de fronteiras, hierarquias e que não necessita de uma organização vertical para repassar informações. Outra característica que o autor apresenta é que o formato de organização em rede possibilita maior participação, uma vez que não existem fronteiras.

A relação entre o espaço cibernético e o espaço urbano vai desembocar naquilo que o autor vai denominar de autonomia, sendo esta uma forma de questionar a ordem institucional estabelecida.

No caso da Rede de Jovens, o elemento espaço urbano e espaço digital tem sua relação, porém, diferente dos movimentos estudados pelo autor, por terem características conjunturais, a RJNE ela nasce no espaço urbano e rural, ampliando suas ações para outros espaços.

É preciso registrar também que o aspecto da internet é importante, porém não considero no caso da Rede de Jovens um elemento forte, pois os encontros presenciais são ainda uma característica necessária ao seu cotidiano.

De toda forma, a RJNE tem algumas características que se assemelham as que Castells (2013) atribui aos movimentos em redes virtuais, como a horizontalidade, a ampliação da participação; essas características, porém são atravessadas por tensões.

4.4 A EXPERIÊNCIA NA GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Aqui, meu intuito é verificar como os nossos colaboradores refletem sobre suas experiências na gestão pública. Nem todos os colaboradores deste trabalho foram agentes no serviço público ou tiveram algum tipo de experiência no serviço público. Abaixo temos quatro relatos que apresentam suas vivências como gestores, ou de uma determinada política ou que estejam em espaço de decisão na esfera pública.

Acho que sempre foi muito mais difícil, apesar de ter crescido muito, é um espaço onde não desejo mais estar. A compreensão do poder público, sobre a política de juventude ainda não é madura e acredito que ainda é preciso avançar. É necessário compreender o potencial econômico, social e política das juventudes brasileiras. A juventude ainda é vista, para esse poder específico, como um seguimento “transviado” e pouco merece atenção. (MILITANTE, A).

Na fala da colaboradora, o descontentamento em sua passagem como gestora de uma política de juventude, demonstra o quanto existe limites na condução da política de juventude. Remete a isso a incompreensão do Estado, enquanto poder público das possibilidades de investimento na juventude, e ainda, a compreensão de uma juventude que segundo é vista ainda como as primeiras concepções sobre os jovens, ou seja, um problema (GROPPO, 2001).

Na minha trajetória, tive oportunidade de trabalhar também na gestão pública, atuando numa secretaria de estado para polícias de promoção da igualdade racial. Avalio que a experiência foi positiva, no sentido de ter

conseguido vivenciar o outro lado do processo (para além de pensar, executar a ação, política pública). Aqui também identifiquei grande importância a participação na RJNE, pois foi nas suas formações eu pude compreender como funcionam estes espaços, orçamentos públicos (PPA, LOA, LDO...). Contudo, não era nada fácil ser uma gestora jovem, negra, pobre, de candomblé, neste lugar. Ali pude vivenciar o mais forte das relações de poder, do racismo institucional (MILITANTE B).

Trabalho hoje na secretaria do governo de articulação política da prefeitura municipal de João Pessoa, tô como chefe de gabinete, comecei como coordenador de articulação política que é quem faz a relação institucional entre o movimentos sociais e a prefeitura, não só em mediação de conflito mas em relação as institucionalidade e agora tô como chefe de gabinete, e não tenho dúvida que o espaço em que estou certamente resultante da formação que eu tive dentro da rede e os processos que antecedeu a ela, antes tava no orçamento participativo talvez por conta destas características também.(MILITANTE, H)

O entrevistado (H) atribui a sua contribuição nos espaços públicos devido a sua participação junto aos movimentos sociais, que isso é resultante da “formação recebida dentro e fora da rede”. Assim como a entrevistada (B) reflete como positiva a experiência na gestão pública. Atribui as atividades desenvolvidas pela Rede de Jovens no Nordeste, um dos elementos importantes para seu desempenho. Todavia, ressalta um elemento presente nas relações institucionais, que é o racismo e como isso interfere nas relações de poder no espaço público¹⁵.

Na próxima contribuição verificaremos como isso é evidente, devido não se ter um carimbo de uma família influente, ou de uma tradição política, resquícios do coronelismo, fisiologismo e de práticas da política tradicional, a distinção e falta de reconhecimento se sobrepõe a capacidade, qualificação em assumir esses espaços.

Tem que quebrar esse paradigma que não é fácil, as pessoas já olham e tá!!! É você ?! Como se você fosse mais um nesse processo, tem que mostrar as pessoas que são diferentes, eu não deixei de ser o que sou por estar ocupando esse espaço, mas o que eu sou me dá condições suficiente de conduzir esse espaço, o que eu sou, o que fui a minha cor, minha idade não nega minha capacidade, eu não sou diferente por estar ocupando esse espaço de qualquer um seja branco, negro, pobre, do campo da cidade, eu sou uma pessoa que tá lá pra ajudar no processo. Isso é talvez a tarefa que mais incomoda e a partir Daí colocar tudo que a gente viu na caminhada em

¹⁵ Ver **Racismo e antirracismo no Brasil** – Antônio Sérgio Alfredo Guimaraes, Novos estudos, nº43,1995.
O conceito de Racismo Institucional – Laura Cecilia Lopes, COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012.

prática, por exemplo: eu cheguei aqui no processo de escolha das comunidades era por edital. Na minha militância eu aprendi que nem todo mundo tem acesso ao edital, nem todo mundo sabe ler, nem todo mundo sabe escrever um projeto. Então, o que acontecia isso ia ficar na mão dos que sabem ler, tem experiência em projetos e dos técnicos que em sua maioria, são homens brancos e de classe média. Eu disse não isso tá errado, vamos fazer diferente. Fizemos uma ficha que dava pra preencher a mão e quem não soubesse poderia procurar a nossa equipe para que as pessoas escrevessem a comunidade e não o projeto. Você vai escrever uma comunidade que tem uma ideia um pensamento que sabe o que quer, as pessoas escreveram primeiro a comunidade disse o que queriam, “ eu quero criar cabra, ”fazer um roçado.... e a ia comunidade que queria e nós filtramos as ideias que envolvessem mais a coletividade , de um edital que ficava dois meses abertos vinham vinte propostas, quando abrimos dessa formas em dois meses vieram 365 propostas, então as pessoas viram que tem um janela que eu posso participar e eu tenho condições de participar e garantiu que todo mundo podia acessar e não era pela internet , poderia ser, mas a internet não era o único meio íamos até a comunidade ou até a cidade, e anunciávamos e ficávamos aguardando as propostas ou então nas audiências do orçamento democrático que foi nossa principal ferramenta. Se não fosse assim não iam vir, tem projetos que foram elaborados em 2013 que a comunidade nem sabia o que era, depois que mudamos a metodologia, foi diagnostico participativo , elaboração participativa dos projetos e gestão participativo , a partir daí todo mundo vai tá envolvido nas etapas e o Procace vai dando assessoria e ai tentando fazer diferente , a dificuldade que a gente enxerga é mais essa , também de conhecer a máquina pública , por que a gente não conhece , a gente sempre teve do outro lado , sempre jogando pedra na vidraça e quando tenta entender a máquina percebe que é muito lenta , o Estado não gira para o pobre , tá precisando de um poço tem que abri um edital que é um mês para elaborar , mais um mês ou dois meses para poder contratar e morre de sede quem estava precisando de água. A lógica do Estado é muito lenta. Pra gente que vem do movimento que quer tudo na hora, lembro que na época de conselheiro do OP, a gente cobrava que as coisas acontecesse e hoje eu vejo que ...mais é isso sabe a todo instante pra quem participou da experiência da rede de jovens, da PJMP, da experiência dos movimentos juvenis, povo do campo o olhar para gestão pública é bem diferente, olhar para pessoas que estão sendo beneficiadas, o olhar para pessoas que vem ao estabelecimento, a forma de acolher.
(MILITANTE, I)

O entrevistado aponta que é preciso superar esse estigma e fazer diferente, superar as velhas práticas, e afirma que quem passou pela “experiência dos movimentos juvenis” deve fazer diferente, criar alternativas e sobrepor às barreiras que estão postas. Destaca também as dificuldades em gerir a máquina pública, por desconhecer, falta de experiências, por estar sempre do lado de cá, “ser vidraça é diferente de ser pedra”.

O depoimento evidencia a formação de um gestor com uma sensibilidade diferente, capaz de pensar estratégias inovadoras para garantir a participação de outros indivíduos que se encontram fora do circuito de acesso a informações.

4.5 EXPERIÊNCIAS NOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A relação com os conselhos de políticas públicas, em especial de juventude, estabelecida por nossos colaboradores registram de certa forma, a contribuição dada pela Rede de Jovens no Nordeste /PB, na constituição de organismo de políticas públicas de juventude. Seja na articulação/ mobilização, acompanhamento e monitoramento das políticas públicas.

Teixeira (2001), afirma que essa nova institucionalidade resulta na criação de espaços de diálogo entre o Estado e a Sociedade Civil. Apesar de, esta relação ser de certa forma conflituosa, tem significado um avanço no acompanhamento das políticas públicas. Todavia, o autor ressalta que existem limites como a falta de capacitação dos conselheiros, como também o caráter consultivo de alguns instrumentos, refletindo em seu nível de confiabilidade.

Abaixo os entrevistados apresentam suas experiências nos conselhos de políticas públicas:

Acho que primeiramente é importante avaliar nossas contribuições na formulação sobre o que é conselho, esse foi um momento importante. Em seguida teve uma participação grandiosa na formulação da lei do Conselho Municipal de João Pessoa, onde conseguimos fazer uma lei junto com outros vários movimentos de juventude aqui na cidade, deste conselho estive presidente um ano, enquanto gestora anos mais tarde. Depois participamos efetivamente do às luta pela regulamentação e implantação do CEJUP – Conselho estadual – junto ao ministério público da Paraíba, estive recentemente também como vice-presidente na condição de gestora estadual, e nesse espaço contribui com a formação de mais cinco outros conselhos espalhados no estado, Cajazeiras, Matueira, Bananeiras, Solânea e Patos.(MILITANTE A)

Participei da criação do conselho municipal de juventude de Solânea, bem como na sua composição representando a RJNE nele. Tendo fortes influencias os seminários de formação da ASTEIAS, financiada pelo fundo da RJNE, que orientou na construção da cartilha de formação dos conselhos de juventude, servindo como base da reformulação da lei do conselho municipal(MILITANTE B).

Atuei no Conselho Estadual de Juventude durante 1 (um) mandato, representando a Juventude de Terreiro¹⁶. Avalio que este processo foi muito

¹⁶ Movimento de organização de jovens ligados a religião de matriz africana.

importante, pois foi quando criamos as ferramentas necessárias para o funcionamento do CEJUP, a exemplo do Regimento interno e da realização das Conferências de Juventude. Naquele momento conseguiu-se, com a participação da Rede e do CEJUP, mobilizar juventudes de várias localidades, inclusive dialogando sobre a criação de mecanismos de juventude em municípios do interior do Estado. (MILITANTE C).

Nas falas acima nota-se como foi o processo de envolvimento dos jovens ligados a RJNE, na busca pela implantação, dos instrumentos de participação política da juventude via caminhos institucionais, com experiências não só estaduais, como também municipais no caso do município de Solânea, isso demonstra a capilaridade e o alcance da Rede de Jovens, enquanto atuação interiorizada.

Atuei no Conselho Estadual de Juventude e em um comitê de juventude no CONDRAF, representando a Rede, no conselho estadual tivemos muita dificuldade principalmente pelo espaço de onde sou que é o Rural, o conselho nesse período tinha muitas limitações e funcionava com dificuldades, sem de fato pode pautar as PPJs. Já no comitê do CONDRAF além de ser uma discussão a partir da minha realidade Rural) e com uma dinâmica de construção mais estruturada conseguimos dar uma contribuição maior. (MILITANTE, L)

Todavia, os aspectos estruturantes (condições de execução) das políticas públicas, podem dificultar a participação mais efetiva dos jovens, de modo a impossibilitar sua presença. Isso ocorre principalmente quando o/a jovem reside em locais mais distantes dos grandes centros e quando o poder público não garante a infraestrutura necessária para a manutenção desses mecanismos de participação.

Antes de 2004, quando você tinha a discussão sobre política de juventude isso se dava acompanhando e participando de conselhos, né? Então tinha o conselho da merenda nas escolas, os jovens eram, e (...). Convidados a participar desses conselhos nas escolas onde estudavam. Acompanhar o dinheiro da educação, da assistência, da saúde, participar dos conselhos de segurança alimentar. Depois, quando tem a discussão sobre a política juventude de dois mil e quatro pra cá o foco era participar, provocar os municípios a criar os conselhos de juventude, né? A partir das câmaras juvenis municipais, e acompanhar o conselho estadual de juventude, né? Que era uma das funções, e acompanhar os programas, né. Esse acompanhamento dos programas sempre foi muito difícil. Difícil porque

acompanhar programa no Brasil é difícil, quase impossível, né?
(MILITANTE, F).

Foi quase frustrante, mas foi um bom aprendizado, interessante porque eu acompanhei o conselho desde 2005 né quando a lei foi mandada pra assembleia no momento do PSDB mas, era uma lei muito restrita, centralizadora e pouco representativa então, o debate já começou ali, eu nem participava da rede era mas como conselheiro diocesano da juventude representando a paróquia lá do bairro e a lei demorou pra ser aprovada mas aí esse setor da juventude da arquidiocese mais outras organizações conseguiram e incidir modificar um pouco a lei que foi aprovada. Mas a implementação demorou em ser feita a primeira eleição do conselho, a gente teve que entrar com uma ação no ministério público. Depois foi feita a eleição, mas não se fazia reunião, não se mobilizava o governo não garantia estrutura mínima de funcionamento foi esvaziado o conselho parte das cadeiras foram saindo abandonaram o conselho das representações. Há! Posteriormente foi feita uma reposição do conselho, também foi as duras penas fazer o conselho funcionar há a partir da eleição de presidente a gente tinha duas preocupação como conselho estadual eu acho que uma que aí já tava no governo do PMDB, uma era fazer que o Governo do Estado percebe-se que existia um conselho e outra coisa, por exemplo era garantir que o conselho funciona-se posteriormente a primeira coisa por exemplo aprova o regimento interno né do conselho.
(MILITANTE, H)

Aqui, observo alguns limites dos processos participativos e na implementação da política, o desafio não é só criar o instrumento de participação, mas fazê-lo funcionar. As duas experiências citadas acima expressam bem isso, uma vez que o papel do conselho no controle social das políticas públicas é muitas vezes limitado pela ausência de recursos, investimento que garantam a mobilidade, deslocamento, estrutura básica, compromete a o monitoramento e acompanhamento da política públicas.

[...]em 2011 teve uma outra eleição e coloco meu nome e sou eleito vamos ocupar o conselho(CNJ) , foi que tive noção da política nacional de juventude, na verdade o conselho nacional é uma réplica de muitos, com sua diversidade , os blocos partidários isso já me incomodou , porque na hora de definir as comissões por exemplo a comissão de comunicação , lá já tem o PT, PCdoB,... e como é que fica , a ideia era contemplar os partidos e não os movimentos e aí observando isso eu comecei a dizer que isso tava errado e percebi que os movimentos era uma cena por trás da cena e foi aí que me fortaleço dentro do conselho a maioria era filiada ao partido , eu também era ,mas não era por isso que tinha que ficar calado. e começamos a fazer a costura e vimos que tinha maioria que os partidos e nesse caminho a gente começou a ocupar as comissões que ... e além disso conseguimos ter uma pessoa no comitê executivo do conselho e aí toda articulação para conferencia em 2011, e agora quando eles iam discutir qual era a pauta , não onde fica os movimentos , não era mais os partidos que definiam , e

geralmente quem definia quem ia ocupar a presidência do conselho eram os partido e ai nós nos mobilizamos ,... eu lembro que uma pessoa chegou assim e disse assim aqui a gente tem 10 votos e chamou e contou com o meu voto e “ e quem lhe disse que o meu voto é seu , o partido pode ter seus votos , você nem manda na rede nem manda em mim, me levantei da mesa e vi que mais cinco se levantaram também , o caminho ta certo” a gente até então fizemos esse caminho e elegemos Gabriel Medina , ele era ligado e PT e decidimos votar com o fórum nacional de juventude e não num grupo articulado dos partido e como ele tinha transito e a Ong's acabaram vindo conseguimos eleger Medina.(MILITANTE I)

(...) o conselho, lá é outro universo, é outra coisa totalmente diferente do que eu conhecia até hoje. Lá é um espaço que as coisas, das manhas que eu falei né, traquejos políticos, das negociações, das conciliações, das disputas. O conselho é o melhor exemplo de você vê, trata tudo disputa política partidária, concessão, acordos bilaterais tudo isso tá ali tudo do movimento juventude. (...). Nesse sentido, eu vejo que eu consigo notar nitidamente como organizado ou não enquanto movimento, por que ali tá os mais (...) fortalecidos dentro do conselho e quem tá compondo a comissão nacional para conferência para 3º seja como questão política partidária, seja por pertencer como os Maristas pertencer a uma organização que tem uma grana né, seja por ser da mesma tendência do secretário nacional de juventude, seja por uma acordo político e ai e nesse sentido alguns ficam escanteado por exemplo porque a PJ e não PJMP está dentro da comissão nacional PJ tem um histórico não podemos negar isso tem um histórico, mas a PJ sempre esteve no conselho, sempre na comissão nacional sempre esteja nesse espaço embora seja da igreja católica a PJMP tem outra forma de trabalhar e com a juventude negra é uma outra visão de participação e em fim querendo ou não o espaço de conselho é também uma vivencia de certo privilegio pro movimento juventude e contraditório né? Por que você defende a participação social, mas algumas pessoas não querem largar o osso de jeito nenhum, se fala em democracia, mas alguns processos não são democráticos, são acordos políticos partidários né e você que tem formação diferente disso acaba que sofrendo ou você vai junto ou você fica invisível ou faz concessões aqui acolá acordo aqui e acola. (MILITANTE, D)

Nas falas acima são narradas situações muito próximas, que são as relações estabelecidas dentro de um instrumento como Conselho de Política Pública. As relações de poder, os acordos, quem tá mais forte, como se dão os jogos de poder no interior do conselho de juventude, como se dão as disputas, os acordos, as decisões. São elemento que ditam quais grupos incidem na política. No primeiro caso temos um fortalecimento dos movimentos dentro conselho, em que a partir de algumas iniciativas ocorre uma mudança de rumos nas relações políticas estabelecidas.

Já na segunda experiência observa-se um enfraquecimento de alguns movimentos, e como as relações de poder estão baseadas nos aspectos de proximidade, poder econômico ou de uma determinada influência. Mesmo assim as duas contribuições deixam claro que o

espaço do CNJ. É um espaço de negociação da política de juventude, de debate, de tensão e disputa política muito forte.

Um elemento que destaco na fala da militante “D”, é perceber o CNJ, como um espaço de aprendizagem, de construção de um conhecimento e aprendizagem política.

(...) a RJNE teve importância singular na articulação, mobilização e discussão sobre as políticas públicas para juventude e especialmente sobre a criação e fortalecimento dos espaços democráticos, a exemplo das conferências e festivais de juventude e da criação e instalação dos Conselhos de Juventude (estadual e municipais). Consequentemente, a Rede contribuiu para ampliação dos direitos destas juventudes, que compreendeu suas especificidades, fortaleceu e uniu as bandeiras e demandas. A criação de gerências, coordenações de juventude municipais é um reflexo desta atuação também, na ampliação dos direitos dos jovens. (MILITANTE B)

A rede esteve em momentos importantes de construções de conferências, favorecendo a participação dos jovens, assim como na proposição de ações que ampliassem e efetivassem seus direitos. Por estar presente nos conselhos estaduais e na formação política de pessoas que assumiram cargos públicos que poderiam vir ter um outro olhar na gestão de secretarias e programas. A rede ainda por chegar ao conselho nacional tinha ligação direta com a secretaria de juventude e suas ações prioritárias. (MILITANTE I).

4.6 PROCESSOS FORMATIVOS

Os processos formativos abaixo descritos representam como nossos colaboradores percebem os momentos de formação vivenciados na Rede de Jovens no Nordeste e a importância dada por eles para sua atuação cotidiana enquanto militantes.

É possível também verificar a marca da educação popular como prática metodológica, não apenas um discurso, mas uma prática. Mas que um processo educativo se evidencia numa forma de ler o mundo (FREIRE, 2009). Assim, as atividades formativas na verdade configuram a construção de uma ótica diferenciada, com uma lente mais apurada na leitura de mundo.

Passei a compreender a importância do trabalho coletivo e em rede, na formulação de políticas públicas de/para e com a Juventude, bem como a importância da participação efetiva no monitoramento através de conselhos e outros mecanismos. (MILITANTE, A)

Os processos de formação eram bem direcionados, com uma metodologia de educação popular que favorecia a participação mais ampla e democrática, assim como uma fácil interação dos jovens envolvidos, criando assim fortes lações de fraternidade e afetividade. Levando os jovens envolvidos ao empoderamento das estratégias de luta por efetivação das PPJs. Favorecendo a troca de experiências e criação de articulações dos diversos saberes e identidades juvenis em seus campos de atuação. (MILITANTE, B).

Estas formações promoviam o intercambio, a visibilidade e fortalecimento das bandeiras de luta de cada segmento (juventude do campo, juventude de terreiro, juventude negra, juventude indígena, com deficiências...) enfim, era momento de sentarmos e falarmos por nós mesmos! Participei de diversos momentos, dialogando sobre as políticas públicas, programas de governo (agente jovem, Projovem!!!!) ficando velha! (MILITANTE, C)

Para Gonh (2010) os movimentos sociais apresentam em sua composição aspectos educativos, em suas atividades buscam redefinir agendas e suas relações com os espaços públicos, redefinido saberes visando fortalecer seu poder de controle social. As atividades empreendidas pela RJNE, principalmente as de caráter formativo, elas têm um sentido prático, que é a formação para atuação nos diversos espaços de participação da sociedade. Como podemos ver abaixo.

...ela faz o papel de levar para o jovem o conhecimento a forma de intervenção tanto na área política como no meio social, faz com que o jovem seja protagonista de sua própria história através deste mecanismo de participação. (MILITANTE, E)

Era um curso onde a gente mandava uma carta pra equipe, a gente recebia um livro, esse livro a gente estudava, fazia as atividades do coletivo, mandava pra lá as respostas, recebia o segundo livro. Eram cinco livros o módulo, ne, e aí no final desse módulo tinha um encontro de intercâmbio entre os cursistas, né, aí rolou esse programa de intercâmbio, depois disso a rede “Jovens do Nordeste” começou a fazer encontros anuais. Todo ano tinha encontro de formação política. (MILITANTE, F)

(...) com formação da metodologia da educação popular que foi muito interessante pra fortalecer a rede eu acho por que a educação popular participa todo mundo, todo o processo como educando como educador e isso foi muito bom ora eu estava como formador uma hora tava como educando isso muita gente na rede cada um na sua área, os movimentos mulheres faziam uma fala, faz uma palestra um curso, um filme pra forma na área cultural, meio ambiente que era o pessoal do brejo tinha muito esta história do meio ambiente isso meio que todo mundo tinha talvez não tenha passado pelas coordenações mas sempre em algum momento seminário de

algum festival de alguma coisa alguma organização tinha uma oficina pra da tinha uma palestra tinha uma mesa pra organizar, isso ajudou muito(...)
(MILITANTE, G)

*A ação em rede é uma ação formativa, isso é muito bacana porque você aprende fazendo, e ação em si de formação tem uma característica de está, envolvendo a participação e educação popular envolvendo e abrindo os caminhos para outros ...em 2001 teve um 1º seminário no RCETRA, o tema era juventude e políticas públicas, imagine eu estava com 17, não 19 anos, em 2001 você discutir juventude e políticas públicas ... eu percebi que o momento era muito rico tinha o conteúdo , apresentação , que é? , como funciona?,mas você tinha o movimento indígena que tava lá , o movimento Negro , movimento de mulheres, do campo da igreja , LGBT , pra mim que sai da minha comunidade rural com meus preconceitos com minha lógica de vê o mundo né ligado ao movimento de igreja cai no evento com essa diversidade cara é um choque de realidade , que não tem cristão nessa lógica ,que não fique com a cabeça confusa , foi significativo , isso muda a forma de ver o mundo também , você sai de um universo pequeno e passa a enxergar o universo , não tem como explicar.***(MILITANTE, I)**

Baquero&Baquero (2014) apresentam que os processos de formação cidadã voltada para a juventude, configuram um aspecto relevante na formação humana desses indivíduos. A aquisição de habilidades cívicas, pressupõe uma abertura para participação social e política, estabelecendo valores a práticas democráticas. Eventos formativos, festivais, oficinas, seminários, debates, contribuem para a formação de uma nova cultura política baseada em laços de solidariedade e de respeito ao outro. Ampliando horizontes, tornando possível o acesso a novos conhecimentos, a instrumento de leitura e intervenção na sociedade.

...base de conhecimento você se expande, se expande muito e eu tive assim tipo um conhecimento global de pessoas de assuntos políticos, que eu nunca imagina ter ali e sempre tinha, projetos que eu nem sabia que existia, que eu não sabia que existia no país, no estado e que eu podia fazer parte daquele projeto, daquela lei. **(MILITANTE, H)**

Os processos de formação da Rede, a partir da Educação Popular, foi muito importante e contribuiu muito para os processos de organização da juventude do Nordeste. **(MILITANTE, J)**

Gohn (2009) ao tratar a relação entre os movimentos sociais e a educação, apresenta que essa relação não é nova. Que o caráter educativo dos movimentos sociais e políticos, pressupõe pensar uma Educação para além do espaço formal, A autora afirma que esse

aspecto educativo ocorre de várias formas, entre elas, aquilo que ela denomina de dimensões: organização política; da cultura política; espaço temporal.

Na primeira dimensão estaria a concepção do conhecimento dos direitos e deveres dos indivíduos na sociedade, além de compreender como funciona a organização da sociedade, a exemplo de como intervir em determinado programa, como captar recurso, entender como funciona a gestão de um equipamento público.

Na dimensão da cultura política a autora afirma que a atuação cotidiana e o acúmulo de experiência, através das atividades, seminários, debates e oficinas, possibilitam aos indivíduos construir uma leitura de sua realidade. Assim aprende-se a:

Acreditar no poder da fala e das ideias, quando expressas em lugares e ocasiões adequadas. Aprende-se a calar e a se resignar quando a situação é adversa. A criar códigos específicos para solidificar mensagens, tais como músicas, folhetins. Aprende-se a elaborar discursos e práticas segundo os cenários vivenciados. (GOHN, 2009, p.19).

Uma última categoria apresentada pela autora é a dimensão temporal, afirma que o acúmulo dos conhecimentos adquirindo uma certa consciência, que por meio de atividades, contribui para que os indivíduos aprendam a problematizar sua história, levando-os aos reconhecimentos de suas condições de vida e passe a lutar por resistências ao sistema hegemônico assim como mudanças ao mesmo.

Na Rede de Jovens no Nordeste, percebo elementos presentes no pensamento exposto acima. O aspecto organizativo, na verdade de uma organicidade com objetivo em melhorar sua atuação política.

Assim como aspecto da cultura política. As formações desenvolvidas pela RJNE assumem um caráter de formação de uma nova cultura política, como citei anteriormente, a construção de uma cultura política, baseadas em novos laços de solidariedade, participação democrática.

Já a noção de tempo/espaço é um elemento vivenciado de uma forma, a meu ver, diferenciada, uma vez que, por se tratar de jovens o aspecto temporal tem um peso aparentemente maior. Como foi dito aqui neste trabalho o termo juventude carrega um feixe de significados (PAIS, 1990) e por isso é preciso ter certo cuidado.

O tempo do jovem é diferente para o adulto. Se levado em consideração o aspecto cronológico do que é ser jovem, o elemento etário influencia no seu processo de desenvolvimento, responsabilização, nos ritos de passagem que o mesmo pode vir a passar.

Todavia, a dimensão espacial também é um componente que causa uma certa diferenciação, pois a juventude do campo tem outras especificidades, apesar de existir uma globalização da juventude (FEIXA & NILAN, 2003), tanto o meio rural como o meio urbano têm características próprias incidindo assim na vivência dessa juventude.

4.7 A CONCEPÇÃO DE JUVENTUDE

A concepção de juventude é importante ser destacada por se tratar de uma organização de jovens ou que trabalha com um público jovem; seja do campo, quanto da cidade. No início de nosso debate tivemos a preocupação de tentar apresentar alguns conceitos sobre o que é ser jovem, o que demarca essa juventude. No caso da Rede não seria diferente esse entendimento reflete diretamente na sua ação e a compreensão de suas pautas reivindicatórias.

Abaixo vamos poder verificar o quanto esse debate influencia na construção de seu cotidiano, veremos também uma possível distinção do jovem do campo e do jovem urbano, como a noção de tempo é diferente, ocasionando outras leituras sobre a realidade. Porém não só o elemento etário, a concepção de pluralidades das juventudes está também presente, atrelado a um debate de protagonismo juvenil e participação cidadã.

A colaboradora do movimento negro demarca dois olhares, um voltado para a noção de fase da vida, e outra de condição social, ou seja, de uma construção da sociedade, ainda ressaltar a noção de uma moratória juvenil em que a juventude passasse por uma fase de preparação para a vida adulta, como vimos no debate anterior sobre as juventudes.

Na contribuição apresentada pelo militante do movimento cultural, a noção da fase da moratória, se torna mais evidente, além externar a complexidade e fluidez do conceito juventude, ressalta as diferenças vivenciadas entre os jovens do campo e da cidade, também registra um momento em que a Rede de Jovens do Nordeste, coloca em debates a questão etária. De certo modo justifica a noção de 15 a 29 anos, e considera que o debate em torno dessa demarcação veio de uma luta pelo Estatuto da Juventude, representava também uma luta por uma série de políticas de juventude que na época estava em debate.

A demarcação de um espaço cronológico tem um papel fundamental na produção de políticas públicas para determinada categoria ou segmento. Essa marcação possibilita a realização de estudos, pesquisas, debates, que orientam a criação de leis, mecanismos, políticas públicas para um determinado público, como vimos no Brasil no período que compreende a juventude está demarcada entre 15 e 29 anos e que a mesma lei que assegura políticas públicas.

Ela acredita que existem várias juventudes, né? É plural! É ...essa juventude. Essas juventudes elas tão num período de construção da sua autonomia. São sujeitos de direito, né? essa discussão de sujeito de direito vinculado às políticas públicas e de construção da autonomia. Acho que é isso que a rede de jovens defende, né? Defende o protagonismo juvenil, mas não a discussão, que o protagonismo juvenil tem duas discussões, né? Tem a discussão de protagonismo juvenil como os responsáveis para transforma o mundo, essa é uma discussão meio torta, e tem a discussão do protagonismo juvenil aquele que tá na discussão, no palco, no cenário, mas não tá sozinho, né, também tá com os adultos. Tem essa outra discussão. A Rede de Jovens do Nordeste discute o segundo modelo, né? Que aí hoje a galera nem gosta de chamar de protagonismo juvenil, eles gostam de chamar de participação cidadã. (MILITANTE, F)

Primeiro, que assim uma coisa que eu a prendi dentro da rede é que juventude é uma condição social e uma fase da vida que todo e qualquer ser humano vai passar no momento se não morrer antes, em algum momento da vida vai passar por esta fase e esta condição social ela tem necessidade, especificidade serem, que precisam ser atendidas ne que em fim e por exemplo, esta construção da identidade e uma coisa que está muito presente na juventude você começa a enxergar as novas coisas se você não tem minimamente uma orientação como a seu papel político, social dentro da sua sociedade quanto jovem ele precisa tá nítido na sua mente como papel e nesse sentido me fez enxergar primeiro como condição e que esta condição ela necessita de um olhar especial em relação a esta, no processo de transição de formação de identidade onde você vá se preparando pra uma vida adulta onde você tá se preparando pra direcionar seus caminho como você vai ser daqui a 15, 18, 30 anos né, então é um momento crucial em todo e qualquer pessoa onde ela trilha seus caminho e você não tem uma atenção especial com que esta fazer da vida com certeza os caminho que você escolhe nesse período da vida vai afetar diretamente na vida adulta na velhice então e preciso minimamente de orientação. (MILITANTE, D)

[...] na Rede, então na última conferencia considerando as outras representações da rede nesses estados que tava na conferência nacional tinha um diálogo muito grande sobre a juventude rural tanto que na terceira tecelagem que foi no Piauí algumas representações da Rede de organizações da juventude do meio rural defenderam que na carta de princípios da rede fosse modificada a faixa etária da rede que compreendia a juventude de 29 pra 35 anos, mas foi vencida não venceu não. (MILITANTE, H)

Apesar de perceber nas falas o aspecto cronológico, presente na distinção do que se entende por juventude, e da existência de um debate questionando esse limite etário. A perspectiva de assumir “a juventude com uma condição social, a um processo de transição entre a juventude e a vida adulta”.

A ampliação da faixa etária no entendimento sobre qual período determina ser jovem ou não é, ponto de debate, pois a partir do momento que se amplia outros atores se incluem no universo da RJNE, fortalecendo uma perspectiva de atuação, a Rede é um espaço em disputa.

4.8 RESULTADOS E LIMITES

A Rede de Jovens teve como foco durante muito tempo a formulação e implementação de políticas públicas, já expressamos aqui, essa não era sua única pauta, mas com certeza uma das mais fortes. Isso impulsionado por um momento da conjuntura a qual exigia uma atenção maior dessa questão. Logo adiante vamos poder observar que suas ações resultaram na formulação de políticas públicas, na criação de conselhos, leis, programas que atendessem a demanda juvenil.

Além disso, a rede também formou inúmeros gestores públicos, que atualmente ocupam espaços estratégicos de formulação de políticas públicas, além de inúmeros conselheiros/as de políticas públicas que fazem o papel da fiscalização e monitoramento de ações do Estado brasileiro na condução das políticas públicas no país.

Os relatos também mostram que a ação da Rede na Paraíba, ocorreu no acompanhamento da construção e conferências de políticas públicas e na criação dos conselhos de juventude como equipamentos de disseminação da política de juventude. Porém, apesar dos resultados expressos na fala do colaborador da Borborema, percebe-se também uma crítica sobre os avanços nas políticas de juventude. Apesar da criação de conselhos a política em si, avançou-se pouco na implementação dos mesmos, ou de ações dos Estados nas suas esferas estaduais e municipais que não fosse replicação de programas federais voltados a este público.

Eu acho que o que leva a Rede a entrar dentro do Estado é a discussão de efetivamente das políticas de juventude, né? Outra pauta que a rede Jovens do Nordeste defendia, que foi aprovado agora pouco, não tem nenhuma divulgação é o chamado Estatuto da juventude. O estatuto da juventude foi aprovado em dezembro de dois mil e treze e ele é um documento que eu levo pra dar aula dentro dos presídios. E aí não é divulgado, não tem nenhuma divulgação desse negócio, aí quando a Rede Jovens do Nordeste vai defender que é papel do Estado criar políticas públicas pra estes jovens que devem ser reconhecidos pelo estado ela começa a fortalecer esse modelo de conselho. Eu acho que ela entrou pela proposta que tinha se proporcionado no começo que era a discussão da bandeira de luta, né? (MILITANTE, F)

Os resultados fazem parte de um conjunto social em que a Rede de jovens está inserida, a aprovação do Estatuto da Juventude, da PEC e a disseminação de uma cultura política em que se reconhece os jovens como sujeitos de direitos, configuram, nestes cenários como resultados não só da atuação da RJNE, mas que teve sim sua contribuição.

Os resultados são bem significativo, primeiro a gente conseguiu pautar juventude nos governos em âmbito estadual, mesmo frágil, mas todo mundo fala em juventude, seja em governo estadual, municipal, enfim, a história do plano nacional de juventude que tá em processo de elaboração, o estatuto da juventude que ninguém imagina que ia ser aprovado, a PEC que considerava o jovem como sujeito prioritário, isso não nasceu em outro canto, nasceu no nordeste, depois é que o sul e sudeste foi incorporando a partir do Instituto Polís e era outra ONG que não lembro Ação educativa e a EQUIP aqui. O movimento estudantil não tava nem aí pra isso, que era o movimento que articulava em âmbito nacional e quando o nordeste chegou apresentando isso aí todo mundo gostou e vamos incorporar aí veio Rede Sou de atitude, REJUMA, Redes e juventude e veio as universidades e até então não tinha muita gente pensando em juventude porque juventude era uma invenção o conceito de juventude era uma invenção e não sei se você viu aí a história de Bourdieu e aí hoje juventude tá consolidada, mesmo porque é visível tá enfraquecido, a pauta do extermínio da juventude negra, vem de um debate de uma galera que ocupou os espaços no Ceará a gente tem David Barros coordenador de Juventude, Camila Silveira, Secretária da coordenadoria de mulheres no estado do Ceará, aqui estou, antes no Orçamento Democrático e agora no Procace, no Sergipe Fredson Coordenador de Juventude em âmbito estadual no RN, Divaneide que também foi da PJMP, Secretária Estadual de Juventude, No Piauí, Deulino que também foi a rede meio tímido mas foi, coordenando junto com um grupo que foi da rede a secretaria, Tatiana lá no maranhão coordenando a secretaria de juventude em alagoas a gente tem Sérgio, sub secretário de juventude foi da PJMP, nós estamos em sete estados dos nove, tem uma representação da rede ocupando os espaços que pensa a política de juventude isso é que a gente vê no âmbito do governo tem um monte de gente ocupando as Ong's, tem um monte de gente dando aula, nas universidades, nas escolas públicas tem a galera formando gente de um jeito diferente. Resultados a gente vai ver daqui a vinte trinta anos coisas mais concretas

ainda. Mas tem muita gente fazendo coisa a partir do trabalho da rede a da PJMP, tem professora da UEPB , UFCG , gente que tá fazendo projetos, então é um olhar diferente com jeito de fazer as coisas, infelizmente a nossa geração ocupou um espaço numa situação econômica complicada , mais política que econômica que a política provoca a econômica , mas talvez a gente não seja capaz de mostrar aquilo que somos capazes mas que gostaríamos de fazer nessa conjuntura , mas acho que essa turma que tá aí vai deixar alguma coisa. (MILITANTE, I)

Todas essas pessoas, que ocupam os mais diversos espaços, não só de gestão, mas nos seus espaços como um todo, demonstram resultados mais que expressivos da contribuição da RJNE, na formação desses indivíduos, fomentando seu engajamento social, buscando a construção de uma nova sociedade, construída sob uma nova cultura de se fazer política.

Os limites estão presentes no cotidiano dos movimentos sociais de uma forma geral, porém no caso da RJNE, as dificuldades financeiras, pesam no seu processo de articulação e mobilização. Talvez pela cultura de financiamento a partir de organismos internacionais, ocorreu uma certa instabilidade a partir de sua ausência.

Outro elemento limitador é quebra no seu processo de continuidade, a RJNE, entende a juventude na faixa etária de 15 a 29 anos, seguindo o conceito oficial do governo federal. Desta forma, o processo de passagem ou de troca de seus membros é frágil, enfraquecendo a RJNE, causando um período de esfriamento de suas atividades.

Apreender a se reorganizar talvez seja hoje seu maior desafio, visto que, encontra-se nesse momento de refluxo, sendo necessário uma reoxigenação de modo a dar continuidade em suas ações. Talvez algo que foi constatado na pesquisa é preciso rever os processos de articulação, pois, a juventude mudou e é preciso acompanhar essas mudanças.

Outro elemento limitador é a relação que as entidades que formam a Redes, se percebem, a Rede é feita por elas, se elas dão importância a isso, a rede se fortalece, do contrário, ocorre o enfraquecimento. O que faz pensar que esse momento de latência é reflexo das entidades constituintes.

,

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As minhas considerações finais caminham num sentido que talvez a formalidade exigida em um trabalho acadêmico não permita, mas não posso calar diante do momento que vivemos. Principalmente quando durante todo tempo falamos de democracia, participação, estratégias de organização e novas formas de fazer política.

O Brasil vive um momento complicado, em que uma onda conservadora toma de assalto, direitos e garantias fundamentais inscritos em sua carta magna e que passam a figurar como alternativas a um processo de desenvolvimento baseado no sucateamento de serviços públicos e no sacrifício de trabalhadores (-as). As diversas manifestações têm representado um horizonte de esperança contra o forte ataque neoliberal no Brasil.

Sendo assim, na primeira seção meu objetivo foi de apresentar os possíveis debates, sobre os conceitos de “Juventudes”, insisto em retomar esse debate, pois acredito que não está esgotado e que o leitor precisa ter esse contato de modo a continuar a leitura do trabalho. Talvez seja acusado de não assumir uma posição específica sobre o que entendo por ser jovem, mas esse não é meu debate principal, e sim entender como os jovens da Rede definem e praticam a juventude como foi possível observar ao longo do trabalho e mais especificamente na **seção 4.7**.

Já na segunda seção a proposta foi apresentar algumas teorias sobre a Democracia, Participação, Cidadania e a Sociedade Civil. Estes conceitos ajudam a pensar a participação juvenil e suas configurações, fiz uma breve apresentação das políticas públicas no Brasil e na Paraíba, de forma não aprofundada, porém necessária para contextualizar a atuação da Rede de Jovens do Nordeste.

Na seção seguinte apresento a Rede de Jovens do Nordeste e tento analisar que sentidos seus membros atribuem as suas experiências vivenciadas durante sua atuação na RJNE.

Desta forma, pensar a Rede de Jovens do Nordeste a partir dos significados que seus membros atribuem as suas experiências serviu para perceber não só a riqueza, mas também os limites que uma organização, ou movimento social pode ter.

Dentre estes elementos que considero rico, está a ocupação dos espaços públicos, ou seja, de gestão de políticas públicas. Por mais que não tenha sido possível identificar que a RJNE tenha essa finalidade, de formar seus membros para este objetivo, as experiências

adquiridas servem como base para perceber o funcionamento da máquina burocrática, da dificuldade em fazer chegá-la aos mais pobres e excluídos, propondo alternativas para superar as desigualdades.

Outro elemento que destaco é a importância da formação na vida pessoal desses indivíduos, possibilitando o alargamento de seus horizontes, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, talvez esta seja a maior contribuição que a rede possa ter dado. Nesse alargamento a compreensão da política, das relações de poder, dentro e fora do campo de atuação, as disputas, divergências e práticas autoritárias também presentes no campo da esquerda.

Ainda sobre elementos que apresentam um caráter significativo está o processo de articulação em Rede, garantindo horizontalidade e maior participação de seus membros, contribuindo assim para a difusão de uma nova cultura política, baseada na participação democrática e na construção coletiva, todavia é um formato que apresenta dificuldades em sua construção, congregar diferentes concepções de organização, conter conflitos, divergências, distorções, tentativas de sobrepor o princípio democrático são elementos presentes em experiências que assumem esse caráter.

Por último, não menos importante que os demais, encontra-se o caráter educativo da Rede de Jovens do Nordeste, suas ações de cunho principalmente educativo, contribuem não só na formação política, mas na formação humana, criando laços de solidariedade e espaços de trocas de saberes, baseados em uma lógica da Educação Popular com forte inspiração no método Paulo Freire.

Quanto aos limites, acredito que os aspectos mais estruturantes em relação a sua organização, desde o aspecto da organicidade, ao fator financeiro e ao envolvimento das entidades que constituem a Rede. Esses aspectos têm representado não só empecilhos, eles têm se tornado características desestabilizadoras da ação da RJNE, sendo preciso rever estratégias de modo a contornar esses limites.

Um elemento que é fundamental que não abordei diretamente é a relação com aquilo que durante a pesquisa apareceu como entidades âncoras. Isto é, organismos que dão suporte as ações da RJNE. A Rede por não assumir uma personalidade jurídica e sim um caráter mais movimentalista, tem desde sua constituição entidades que garantem esse suporte.

Em algumas dessas experiências esse papel de suporte se confundia como entidade, vou usar o termo zeladora, cuidadora por falta de um mais adequado, que por muitas vezes ocasionou conflitos que podem ter sido sim, um ponto de limite no desenvolvimento de suas

atividades, o excesso de cuidado, o estabelecimento de diretrizes, caminhos a serem seguidos pelos jovens, acabam por muitas vezes provocando tensões nas relações. Todavia, deve-se ressaltar a importância que essas entidades tiveram e têm na construção da Rede, afinal nenhuma relação de parceria está livre de conflitos.

Lembrar que como expus durante o trajeto, há necessidade de compreender a participação política como um processo e não como algo estanque, a participação, ela exige uma continuidade (DEMO, 1993), que é cada vez mais fruto da conquista de cidadãos e cidadãs.

É importante destacar que de todas as concepções em torno do que se entende por juventude, ou juventudes, precisam levar consideração algumas questões: a primeira delas é que, seja ela compreendida ou não como fase da vida ela sempre será uma fase, momento, estágio. Não se vive a juventude pra sempre, assim como não se vive a velhice para sempre. O que é preciso ter em mente é que existem maneiras distintas de vivenciar a juventude, além dos estereótipos midiáticos e consumistas.

Não são suas atitudes que dizem que você é jovem ou não, a juvenilização da sociedade citada por (ESCUDEIRO, 2006), não te faz jovem, mas sim produto de uma política comercial, que vende uma imagem de aceitação a partir do ideal de juventude. Pensar que esse ideal está baseado em uma lógica de vitalidade = jovem = aceitação, não sendo nada mais, nada menos que resultado dessa lógica comercial desenfreada.

Ainda sobre a ideia de juventude uma coisa que precisa ser pensada é como essa noção de moratória ou de passagem a adultez como cita (MULLER, 2009) influencia na construção diária dos indivíduos, a moratória é um conceito que talvez não se aplique a todas as realidades, seria mais interessante, talvez pensar que elementos definam se você é adulto ou não.

Escrever sobre jovens, acho que não é um limite ser adulto hoje, não me deslegitima em escrever sobre as juventudes, afinal também fui jovem. Não diria que ser adulto complique, lógico que a leitura e a análise vão partir sempre do seu referencial, mesmo com auxílio de interlocutores.

Lembrar que como disse no início, os problemas dos jovens, não são apenas dos jovens, mas da sociedade. Afinal esses jovens estão inseridos em um contexto, em uma sociedade e isso é preciso ser levado em consideração. As políticas públicas de Juventude, não beneficiam os jovens apenas, mas a sociedade. A educação de qualidade e as

oportunidades de lazer, de acesso a bens culturais contribuem não só no aspecto individual, mas, no constituinte coletivo da sociedade.

No meu trabalho monográfico eu aponte para o fato de que as políticas públicas voltadas aos jovens, que se encontravam na pauta do dia em 2015, eram resultados de uma busca por reconhecimento dos jovens em relação ao Estado Brasileiro. Hoje, não sei se a institucionalização representa ainda garantia deste reconhecimento, afinal instrumentos importantes da política de juventude sofreram um enfraquecimento, devido ao processo de mudança em curso no Brasil.

A grande surpresa nesse momento, eu diria, é o retorno do ME – Movimento Estudantil secundarista como força política, uma feliz surpresa que, instiga a continuar pensando sobre a juventude, sobre as formas de participação, de reinvenção, de recriação, ressignificação.

Assim, a Rede de Jovens no Nordeste, assume o debate em que a juventude está compreendida entre 15 e 29 anos, marco oficial da juventude no Brasil. Mas, vai além do aspecto etário, entendendo a juventude como uma construção social, em que o jovem se encontra em um período de formação de sua identidade, com necessidades específicas e que precisam de atenção.

Quanto ao entendimento sobre o que os membros da RJNE, compreendem sobre a distinção entre a participação política e social, não fica claro em suas falas essa distinção, percebo que o discurso da participação política é mais presente, até mesmo o da participação no seu sentido amplo.

Considerando que o ato de participar é estar envolvido em movimentos sociais, em grupos, em espaços partidários, em espaços institucionais ou não, é dialogar sobre os problemas locais, com poder público, buscando influir na solução de problemas na sociedade.

Perceber a participação sobre diversos aspectos assim, compreendendo que a Participação pode ocorrer, enquanto mobilização, articulação, pressão, através da aprendizagem dos mecanismos de poder. Na Atuação contra os poderes instituídos, na valorização de uma democracia mais horizontal, sobre a distinção e hierarquização ou não de partidos e movimentos.

O exercício da participação ocorre também na tentativa de maior autonomia, nas relações entre os próprios jovens, entre os jovens e os adultos. A participação ocorre também nos espaços institucionais: local de aprendizagem da negociação, de exercitar a capacidade e as formas de liderança.

Participação presente também nas experiências de gestão pública: na aprendizagem dos mecanismos burocráticos; na percepção dos entraves aos mais excluídos; invenção de instrumentos mais viáveis de participação; na compreensão dos limites burocráticos.

A Participação para RJNE: diz respeito à formação de sujeitos políticos mais complexos e com capacidades de atuação em diversas instâncias; na aprendizagem do jogo político e das lógicas burocrática; percepção das dificuldades em construir organizações, Estado e Sociedade mais democráticas; percepção das dificuldades da gestão pública.

Lembrar também que não só de participação vive a RJNE, mas da formação de indivíduos que ao passar pela rede, exercitam suas capacidades reflexivas e essa trajetória ajuda na constituição, enquanto membros de uma determinada sociedade que exige novas práticas.

Assim avaliam que ao passar pela Rede, aprenderam a ser mais humanos, a respeitar as diferenças, a conviver com elas. A ser tolerante, entender que não importa o credo, a raça/etnia, seja negro, branco ou índio, a orientação sexual, o espaço em que vive, se é pescador, agricultor não os torna diferentes, muito menos superiores. Mas, sim os fazem mais ricos por conta de sua diversidade.

A necessidade de se registrar experiências como as da RJNE, contribui para pensar como a sociedade e seus organismos articulam sua vida política, neste caso foi possível expor como uma organização juvenil se organiza e pensa sua atuação política em vida social.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. **Crítica política das políticas de juventude**. In, Freitas, Maria Virginia de. & Papa, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

ABRAMO, Helena Wendell. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.

ABRAMO, Helena Wendell. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**, Rev. Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6.

ABRAMOVAY, Miriam. ANDRADE, Eliane Ribeiro. GIL ESTEVES, Luis Carlos. **Juventude: Outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e Diversidade – UNESCO 2007.

ARAUJO, Alexandre. **Política pública para juventude: analisando o processo de construção no Brasil**. Disponível

em://www.anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT3/GT3_Coimunicacao/AlexandreVianaAraujo_GT3_integral.pdf. 2012.

ARATO, Andrew. COHEN, Jean. **Sociedade civil e teoria social**. In, AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

AVRITZER, Leonardo. NAVARRO, Zander. **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo, Cortez 2003.

_____. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte, Del Rey, 1994.

_____. **Sociedade Civil, Instituições Participativas e representação: da autorização a legitimação da ação**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro. V. 50. N 3. 2007.

BRASIL, Ministério de Desenvolvimento Social e combate a Fome. 2006. Disponível em <http://www.mds.gov.br>

BRASIL, **Estatuto da juventude**, Disponível em <http://juventude.gov.br>, Brasília, 2013.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. BAQUERO, Marcelo. **Formação cidadã de jovens no contexto de um regime democrático híbrido**. In, Revista Debates, Porto Alegre, V. 6 n ° 2, p 59-82. Mai- agosto. 2014.

BARBOSA, Hélio Silva. **Articulação em rede e a construção do sujeito político**. In, RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Vivi e contei: Experiências da Rede de Jovens no Nordeste**, Recife- Pe, L&M gráfica , 2007.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**; uma defesa das regras do jogo. /Norberto Bobbio; tradução de Marco Aurélio Nogueira. — Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I** Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino; trad. Carmen C, Varriale et al.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 11a ed., 1998.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: Por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1987.

BOGHOSSIAN, Cynthia. MYNAIO, Maria Cecilia de Souza. **Revisão sistemática sobre juventude e participação nos últimos 10 anos**. Saúde Sociedade. 18, n. 3, 2009.

BOURDIEU, P. **A juventude é apenas uma palavra**. In: Questões de sociologia. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas. Sobre a teoria da ação**. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas SP, Papirus, 1996.

BRASIL, Secretaria geral da Presidência da República, **Marco regulatório das organizações da sociedade civil**, Brasília, 2014.

BORDNAVE. Juan E. Diaz. **O que é Participação**. Coleção primeiros passos, Nº95. Ed. São Paulo, Brasiliense, 1994m.

CHAUI, Marilena. **Contribuições sobre à Democracia e os obstáculos a sua contribuição**, In, TEIXEIRA, ANA CLAUDIA. (Org.) Os Sentidos da Democracia e da participação. São Paulo: Instituto, Pólis, 2005.

CARLOS, Euzeneia. **Contribuições da análise de redes sociais as teorias de movimentos sociais**. Rev. Sociologia & Política. V.19 n, 39, Junho 2011.

_____. **Movimentos Sociais, engajamento institucional e seus efeitos: estudos de caso comparados no Espírito Santo**. Rev. Democracia e Participação, v. 1, n. 1, Abr/Jun2014.

CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. Campinas, Papirus, 1988.

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança: Movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam. **Por Um Novo Paradigma Do Fazer Políticas – Políticas De/Para/Com Juventudes**-2a edição UNESCO, Brasília, 2003.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Mirian. LEON, Alessandro de. **Juventude tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de política de juventude.** GIFE Grupo de institutos fundações e empresas, São Paulo, 2007.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Mirian. **Quebrando mitos: Juventude Participação e Políticas públicas.** Brasília, RITLA, 2009.

CENTRAC, Centro de Ação Cultural. **II Festival da juventude paraibana,** Cabaceiras, 2009.

COSTA, Sergio. **Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas.** Rev. Brasileira de Ciências Sociais V. 12, n 35 1997.

DAGNINO, Evelina. **Cultura, cidadania e democracia: A transformação de práticas e discursos na esquerda latino-americana,** In, ALVAREZ, E. Sônia. DAGNINO, Evelina & ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino americanos,** Belo Horizonte, UFMG, 2000.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil , participação e cidadania: de que estamos falando?,** In, Políticas de cidadania e Sociedade civil em tempos de globalização. Universidade Central de Venezuela. pp. 95-110. 2004.

_____. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In, Política e cidadania em tempos de globalização, FACES, CARACAS, 2004.

DALLLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** São Paulo, Brasiliense, 1999.

DA MATTA, Roberto. **Ofício do etnólogo como ter um Antropolgical Blues,** Museu Nacional, Rio de Janeiro 1978.

DAYRELL, Juarez. **Escola e cultura juvenis.** In, Freitas, Maria Virginia de. & Papa, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta.** São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS, Solange Gonçalves, **Reflexões acerca da participação popular.** Rev. Integração Jan/Fev/Mar. 2007, nº 48.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista: noções de política social participativa.** São Paulo, Cortez, 1999).

ESCUDERO, Andreia Perroni. **Geração X: adultos infantilizados - uma análise do fenômeno.** In, DITO EFEITO - ISSN 1984-2376 ANO III, N.º 3, 2012 UTFPR-CAMPUS CURITIBA.

DOMINGUEZ, Maria Isabel. **Los Movimientos Sociales Y La Acción juvenil: apuntes para um debate.** Rev. Sociedade e Estado. Brasília, v. 21.n.21 Jan/Abril, 2006.

FARIA. Claudia Feres, SILVA. Viviane Petinelli, LINS. Isabella Lourenço **Conferências de políticas públicas: um sistema integrado de participação e deliberação?** Revista Brasileira de Ciência Política, nº7. Brasília, janeiro - abril de 2012, pp. 249-284.

FARIAS, Maria Salete Barbosa de. WEBER, Silke (Orgs). **Pesquisas Qualitativas nas Ciências Sociais e na Educação:** Propostas de análise do discurso. João Pessoa: Universitária da UFPB, 2008.

FEIXA, Carlos. NILAM, Pam. **Uma juventude global? Identidades híbridas, mundos plurais.** Rev. Política & Trabalho, nº31, 2009.

FERRETTI, Celso J. ZIBAS, Dagmar M. L. Tartuce, Gisela Lobo B. P. **Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio.** In, 412 Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 122, maio/ago. 2004.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa Qualitativa,** Pensar, 2005.

FREIRE FILHO, João. **Reinvenções da resistência juvenil: Os estudos culturais e as micropolíticas do cotidiano.** Rio de Janeiro, Maud, 2007.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** São Paulo , Cortez, 2009.

FREITAS, Maria V; PAPA, Fernanda C. (Orgs.) **Políticas Públicas: juventude em Pauta.** São Paulo, Cortez, 2003.

FORACCHI, Maria Alice. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira.** São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

GOHN, Maria da Glória. **O Protagonismo da Sociedade Civil,** Editora Cortez, São Paulo, 2008.

GOMES, Jerusa Vieira. **Jovens urbanos pobre: Anotações sobre escolaridade e emprego.** Rev. Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6.

GOMES, José Cleudo. **Entrelaçando Saberes: compartilhando experiências em educação.** João Pessoa: Ideia, 2014.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas no Brasil Contemporâneo.** Petrópolis: Vozes, 2010.

GONH, Maria da Glória. **Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONGs e Redes Solidárias.** 2. ed., 2008.

GONH, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Educação.** São Paulo: Cortez, 2009.

GROPPO, Luiz Antônio. **Juventude. Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes modernas.** Rio de Janeiro, Difel, 2001.

GROPPO, Luiz Antônio. **Condição Juvenil e modelos contemporâneos de análises sociológicas das juventudes.** In, Rev. Última década Nº33, CIDPA, Valparaíso, Dezembro, 2010. pp 11-26.

GROPPO, Luiz Antônio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. Rev. de educação. Revista de educação do cogeime , Ano 13 – Nº 25. Dez. 2004.

GROPPO, Luís Antonio. **O funcionalismo e a tese da moratória social na análise das rebeldias juvenis**. In, Estudos de Sociologia , Araraquara, v.14, n.26, p.37-50, 2009

HABERMAS, Jurgen. **Teoria de la accion comunicativa**. Tomo II Crítica da razão funcionalista. Madrid, Taurus, 1987.

IBGE, Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílio, 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS; INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas**. Relatório Final. Rio de Janeiro, IBASE, 2005.

INSTITUTO CIDADANIA. **Projeto juventude, Documento de Conclusão**, São Paulo, 2004.

JUNIOR, Pedro Souza . Rede de Jovens: uma experiência de protagonismo juvenil no nordeste. In, RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. Vivi e contei: Experiências da Rede de Jovens no Nordeste, Recife- Pe, L&M gráfica , 2007.

KAUCHAKHE, Samira. **Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade de movimentos sociais**. Ver. Sociedade e Estado. V. 23. n 3 Set/Dez, 2008

MACEDO, Hildevânia de Souza. MORAES, Renildo Lúcio de (orgs.), Conselhos Municipais de Juventude. Sal da Terra. João Pessoa, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Atlas. São Paulo, 2010.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. **O que é Cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MANNHEIM, Karl. **Funções das gerações novas**. In: FORACCINI, M. M. & PEREIRA, L. Educação e Sociedade-Leituras de Sociologia da Educação. São Paulo: Biblioteca Universitária, 1978, p. 1-97.

MARTELETO. Regina Maria. **Análise de redes sociais: Aplicação nos estudos de transferências de informação**. Rev. Ci. Inf. Brasília, v. 30 n.1 Jan/abr.2001.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: Movimentos sociais nas sociedades complexas**, Petrópolis, Vozes, 2001.

_____, **Juventude, tempo e movimentos sociais**. Rev. Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6.

MORAES, Renildo Lúcio de. **“O Fórum de Juventude: nova forma de participação política na cidade de Santa Rita/PB”** UFPB - João Pessoa, 2007.

_____, **Participação Juvenil na construção das políticas públicas de juventude em Santa Rita**, FJFT - Goiânia, 2009.

MORAES, Renildo Lúcio de. OLIVEIRA, Adailson Regis de. SILVA, Carmem Dolores da. GOMES, José Cleudo. **Avaliação da Implantação do Projovem Trabalhador/Juventude Cidadã: A experiência da Paraíba**. In, I Seminário Internacional & III Seminário de Modelos e Experiências de Avaliação de Políticas, Programas e Projetos. Disponível em <http://arcus-ufpe.com/files/semeap10/semeap1014.pdf>.

MÜLLER, Elaine. **Repensando a problemática da transição à adultez. Contribuições para uma Antropologia das Idades**. In, POLÍTICA & TRABALHO Revista de Ciências Sociais n. 31 Setembro de 2009 - p. 107-125. ISSN0104-8015

NOVAES, Regina. **Juventude: políticas públicas, conquistas e controvérsias**. Disponível em: juventude.gov.br/articles/participatorio/0005/7079/0_regina_novaes.doc

NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. (Orgs). **Juventude e Sociedade**, São Paulo Fundação Perseu Abramo. 2004.

NOVAES, Regina. **Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In, Freitas, Maria Virginia de. & Papa, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Adailson Regis de. **A democratização da escola através do Programa Escola Aberta**, Trabalho monográfico, Guarabira, 2009.

OLIVEIRA, Geziane Nascimento. **Participação e juventude: um estudo sobre o conselho municipal de juventude de João Pessoa**—PB, João Pessoa, 2013.

PJMP, Pastoral da Juventude do Meio Popular. **Plano político pastoral – 2005/2008**. Parnamirin – RN. 2005.

PAIS, Machado. **A construção sociológica da Juventude: alguns contributos**. In, Rev. Análise Social, vol. XXV(105-106), 1990 (1.º, 2.º), 139-165

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis*. Lisboa: Editora Casa da Moeda. 2003.

PAIS, Machado. **Jovens e cidadania**. In, Sociologia, problemas e práticas, n.º 49, 2005, pp. 53-70.

PAIS, Machado. *A Juventude como Fase de Vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse*. In, Saúde Soc. São Paulo, v.18, n.3, p.371-381, 2009 .

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1992

PERALVA, Angelina. **O jovem como modelo cultural**. Rev. Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997 nº6.

PONTUAL, Pedro. **Juventude e poder público: dialogo e participação**. In, Freitas, Maria Virginia de. & Papa, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas: Juventude em Pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.

Programa das Nações unidas para o desenvolvimento, PNUD. **Inovar para incluir: jovens e desenvolvimento humano**. Informe sobre desenvolvimento humano para Mercosul. Buenos Aires, 2009.

RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Vivi e contei: Experiências da Rede de Jovens no Nordeste**, Recife- Pe, L&M gráfica , 2007.

RJNE, Rede de Jovens do Nordeste. **Metodologia de Trabalho de , para e com a juventude**. Recife –PE, LM , gráfica, 2008.

RJNE, Rede de Jovens do Nordeste , **Carta de princípios**, 2010. Disponível em:file:///C:/Users/ClienteVIP/Downloads/Carta_de_Principio_RJNE%20(3).pdf.

RABAT, Mauricio Nuno. **A participação da juventude em movimentos sociais no Brasil**, Câmara Federal , Brasília , 2002.

RIBEIRO, Renato Janine. **O que fica da política**, In, Juventude e Sociedade, NOVAES, Regina e VANNUCHI, Paulo. (Orgs). São Paulo Fundação Perseu Abramo. 2004.

RICHARDOSN, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo, 1970-80**. Rio de Janeiro. Paz e terra, 1988.

SANTOS, Laurecy Dias dos. **Políticas públicas para a juventude: a formação cidadã no Programa Escola Aberta em Pernambuco**. Dissertação de mestrado. João Pessoa, 2007.

SANTOS, Agnaldo dos. SERAFIM, Lizandra; PONTUAL, Pedro. **Os movimentos sociais e sua relação com os canais institucionais**. Observatório dos Direitos do Cidadão/Equipe de Participação Cidadã Instituto Pólis Setembro de 2008. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/512/512.pdf>

SCHERRER-WARREN, Ilse. **Das Mobilizações as Redes de Movimentos Sociais**, Rev. Sociedade e Estado. Brasília, v. 21. n. 21 Jan/Abril, 2006.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**, São Paulo, Loyola, 1993.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução a sociologia política. Política e sociedade na modernidade tardia**. Petrópolis, Vozes, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na reforma do estado**. São Paulo, Cortez, 2003.

SILVA, Lucia de carvalho da.et al. **Movimentos sociais e redes: Reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer- Warren.** Rev. Serv. Social. n. 109 Jan/mar 2012.

Sociedade sul-americanas: o que dizem jovens e adultos sobre as juventudes. Ibase&Polys, 2009.

SPOSITO, Marilia Pontes. **Estudos sobre juventude em educação.** Rev. Brasileira de Educação. Mai/Jun/Jul/Ago nº5 Set/Out/Nov/Dez 1997, nº6.

SPOSITO, Marilia Pontes & CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** Rev. Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2003, nº24.

SOUZA , Regina Magalhães de. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. In, Revista Brasileira. Adolescência e conflitualidade, 1(1): 1-28. 2009.

SOUZA , Janice Tirelli Ponte de. Reinvenções da Utopia: a militância dos jovens dos anos 90. São Paulo, Fapesp, 1999.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: Movimentos sociais e o confronto político,** Petrópolis, Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. **Na fronteira dos movimentos sociais.** Rev. Sociedade e Estado. V. 21. n1Jan/Abril, 2006.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira – A Aventura Sociológica, Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

TATAGIBA , Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e Democracia participativa,** In, Rev. de Soc. E Pol. Nº25 , Curitiba , 2005. pp. 209-213.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O local e o global: Limites e desafios da participação cidadã.** São Paulo, Cortez: Recife;EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas públicas de/para/com as juventudes.** – Brasília: UNESCO, 2004.

APÊNDICE -



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA JUVENIL:
Uma análise das experiências vivenciadas na Rede de Jovens do
Nordeste/PB

Parte I

Identificação:

Nome, idade, Origem social.

Que grupos atuou e atua?

Descreva um pouco de sua trajetória militante

Parte II

1. Como conheceu e começou a participar da rede?
2. Como avalia os processos de formação de que participou?
3. Que dificuldades encontrou?
4. Como avalia a articulação e funcionamento da rede?
5. Que resultados a rede alcançou na fase inicial?
6. Como foi sua atuação nos conselhos?
7. Como foi sua atuação na gestão de políticas públicas? Como enfrentou questões de patrimonialismo ou clientelismo?
8. Como avalia a participação da rede na ampliação de espaços democráticos?
9. E na ampliação dos direitos dos jovens?
10. Que questões considera problemáticas e difíceis de realizar?

ANEXOS

1 – ORGANIZAÇÃO INTERNA DA RJNE/PB;

Em âmbito Regional são formados coletivos estaduais com diferentes formas organizacionais.

Para facilitar o processo de organização dos núcleos em nível regional e das ações, cada núcleo estadual é representado por um jovem, que compõem o coletivo regional por um período de dois anos, garantindo a rotatividade das representações estaduais.

Com objetivo de planejar, avaliar, organizar e articular as ações regionais, o coletivo regional se reúne a cada três meses, descentralizando os locais de reuniões pelos estados do Nordeste, valorizando assim também a cultura Nordestina.

Visando um melhor desenvolvimento das ações estratégicas definidas pelo regional, são criadas comissões deliberativas e organizativas de acordo com as demandas. São elas:

Tecelagem: Assembleia da Rede de Jovens do Nordeste. Instância máxima de deliberações da RJNE.

Coletivo Regional: Mobilizar a Rede, encaminhando e acompanhando as ações planejadas e deliberadas no coletivo, socializando relatórios para Coordenação Executiva sobre ações desenvolvidas nos Estados. Ser espaço de discussão; intercâmbio; orientações a partir das demandas estaduais.

.Estruturação específica do território

- * *Autonomia*
- * *Coordenação executiva estadual formada por 1 representante de cada coordenação dos núcleos territoriais.*
- * *Período do coletivo: bienal*
- * *Coordenação Executiva tem como finalidade a mobilização, formação, comunicação e sustentabilidade.*

ATRIBUIÇÕES

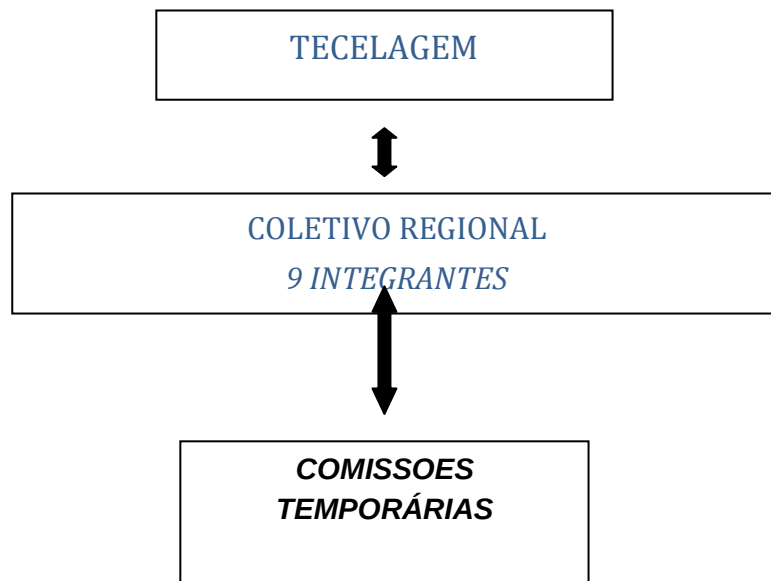
Coletivo Estadual

- * *Articular as organizações de juventude no estado a partir de suas demandas;*
- * *Mobilizar a juventude através das ações que a RJNE desenvolve;*
- * *Construir espaços formativos que permita uma intervenção qualificadora.*

Núcleo Territorial

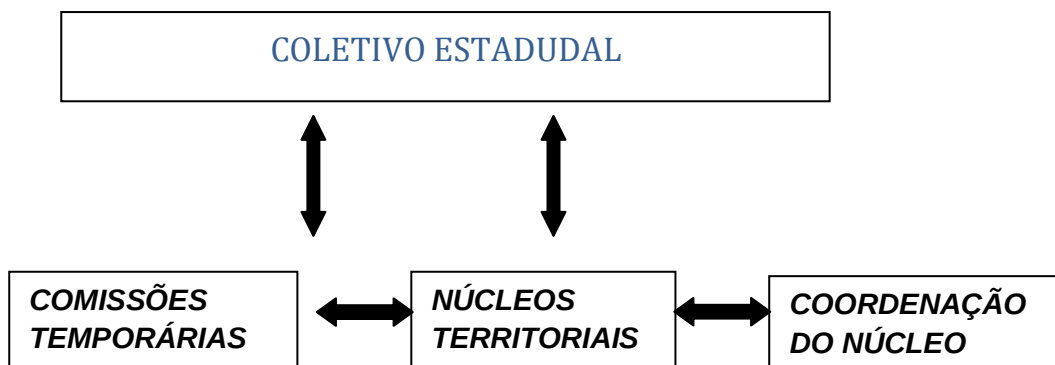
- * *Articular as organizações de juventude das regiões;*
- * *Dar visibilidade as ações da RJNE;*
- * *Mobilizar a juventude em torno de suas bandeiras de lutar.*

2- ORGANOGRAMA DA REDE DE JOVENS DO NORDESTE

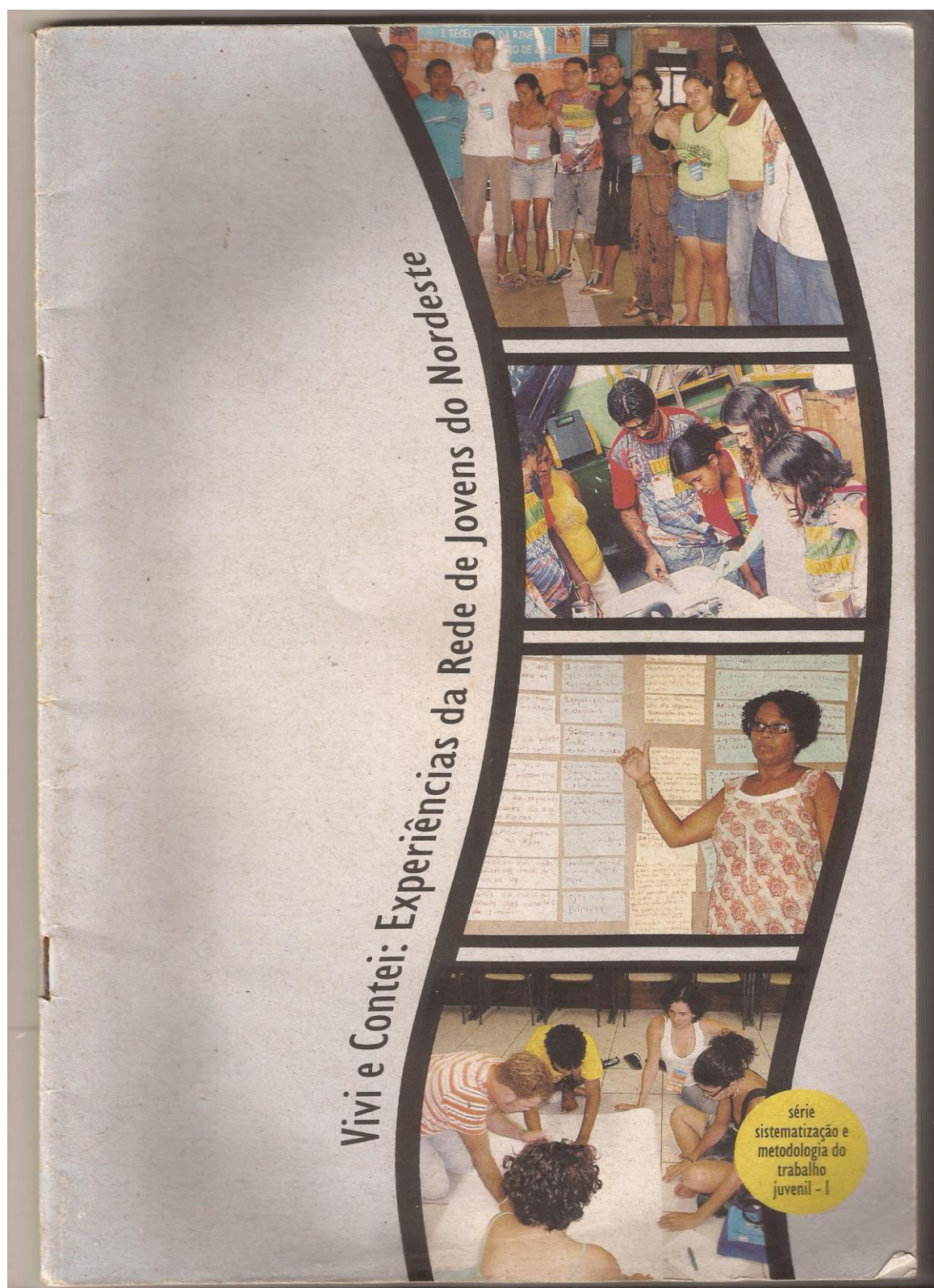


OBSERVAÇÃO:

- * Coletivo Regional ser espaço de discussão; intercâmbio; orientações a partir das demandas estaduais.



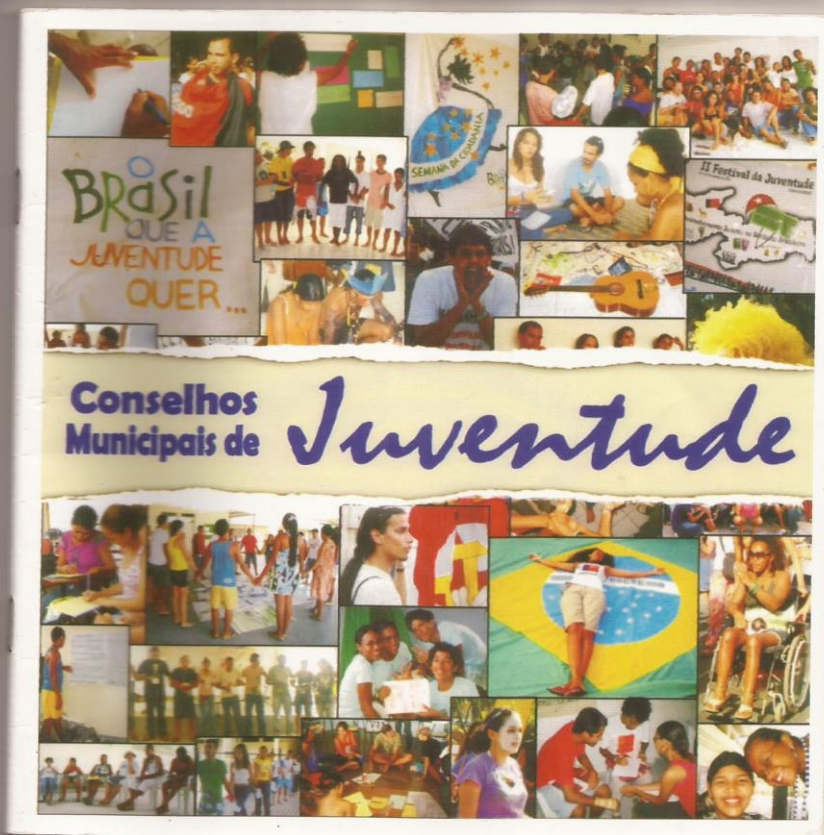
**3 – CARTILHA DE SISTEMATIZAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS DOS JOVENS DA
REDE DE JOVENS DO NORDESTE.**



4- CARTILHA DE METODOLOGIA DE TRABALHO COM A JUVENTUDE DA REDE DE JOVEM DO NORDESTE.



**5 -CARTILHA DE SISTEMATIZAÇÃO DO CURSO DE CONSELHOS MUNICIPAIS
DE JUVENTUDE – ASTEIAS /RJNE.**





ISBN 978-85-8043-042-4



Realização:



Associação de Trabalho em Educação,
Intervenção e Ações Solidárias



Apoio:



6- CARTA DE PRÍNCÍPIOS DA REDE DE JOVENS DO NORDESTE NA PARAIBA



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

Apresentação da RJNE

A Rede de Jovens do Nordeste, surgiu em 1998 ,a partir da articulação de entidades, ONG'S, e movimentos juvenis nos estados de PE, PB, RN.

Com a participação dos/das jovens em eventos formativos promovidos pela EQUIP- Escola de Formação Quilombo dos Palmares e da Escuela Latino-americana de Liderazgo, no México.

Entretanto também surgiu da necessidade da organizações das juventudes num espaço de troca de experiências, debates e proposições de políticas públicas para o este segmento, na construção e animação do fazer formativo que superasse as dimensões de casa, bairro, cidade, estado... Entendendo este como espaço de fortalecimento, ampliação, mobilização e qualificação da intervenção dos diversos segmentos e movimentos juvenis. Buscando a identidade juvenil Nordestina .

Foi no ano de 2000, que a juventude protagonizou o processo da estruturação dos núcleos nos nove estados do Nordeste, realizando diversos iniciativas como: seminários, festivais, encontros, acampamentos, intercâmbios, internúcleos e representando a rede em espaços, em nível Nacional e Internacional, debatendo com outros atores sociais.

A partir do nosso amadurecimento e de nossas ações formativas, definimos estratégias de intervenção, que garantiram e garantem a participação da juventude Nordestina em importantes espaços de discussão: PPA- plano Pluri- Anual, conselhos municipais e estaduais, conferências, seminários, fóruns e outros.

Hoje a RJNE é um espaço de articulação e protagonismo juvenil, na construção de um campo democrático popular e tem como eixos norteadores das ações: Articulação, Mobilização, Organização, Formação e Intervenção, reunindo os mais variados tipos de grupos juvenis oriundos de diferentes organizações sociais. Os jovens que tecem esta rede, encontra-se



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

em sua maioria, entre 15 e 29 anos e milita nas diferentes organizações sociais.

Acreditando no potencial das juventudes em trilhar novos caminhos, que a Rede de Jovens do Nordeste vem através desta carta animar e potencializar as nossas ações.

Missão

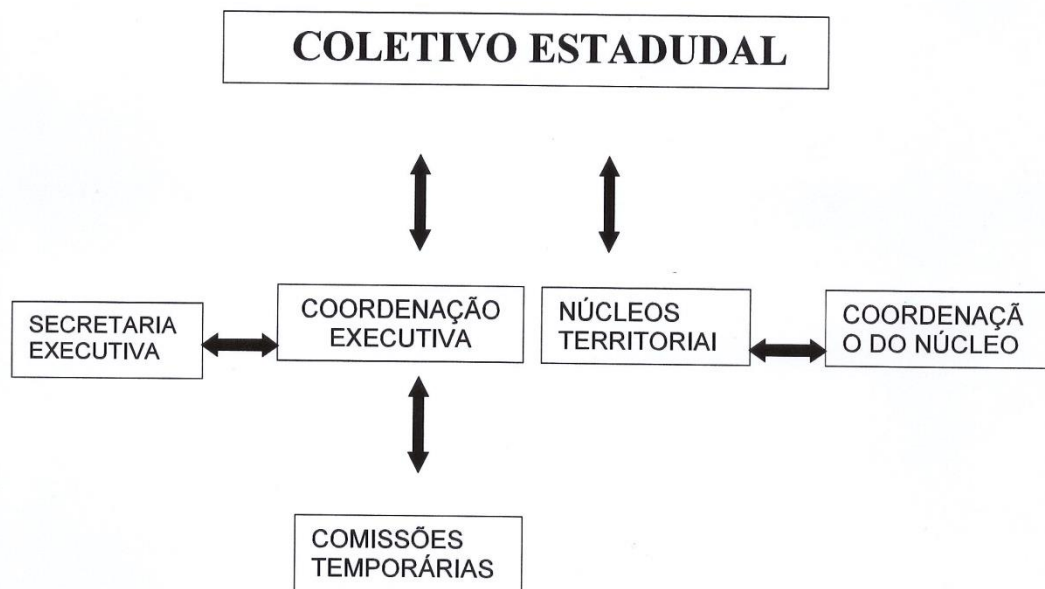
A RJNE é uma instância que busca articular organizações juvenis do Campo Democrático Popular de todos os estados da região. Tem atuação no meio rural e urbano e, pautando-se em princípios da educação popular, trabalha com jovens, visando o fortalecimento do protagonismo juvenil e a intervenção nas políticas públicas para juventude, colocando-se acima de qualquer distinção de gênero, orientação sexual, religião, etnia e/ou cor.

Objetivos

- * Fortalecer o movimento juvenil através das suas organizações na região Nordeste.
- * Contribuir para sua maior organização juvenil proporcionando espaços de formação e conscientização, dando ênfase ao protagonismo juvenil.
- * Proporcionar relações de parcerias entre as organizações e movimentos juvenis que possibilitem a intervenção qualificada no âmbito das "Políticas públicas de/para/com a juventude".
- * Sistematizar e socializar informações, conhecimentos e experiências a partir das práticas das organizações – membros.



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO



- * Estruturação específica do território
- * Autonomia
- * Coordenação executiva estadual formada por 1 representante de cada coordenação do núcleos territorial.
- * Período do coletivo: bienal
- * Coordenação Executiva tem como finalidade a mobilização, formação, comunicação e sustentabilidade.

ATRIBUIÇÕES

Coletivo Estadual

- * Articular as organizações de juventude no estado a partir de sua demandas;
- * Mobilizar a juventude através das ações que a RJNE desenvolve;
- * Construir espaços formativos que permita uma intervenção qualificação.



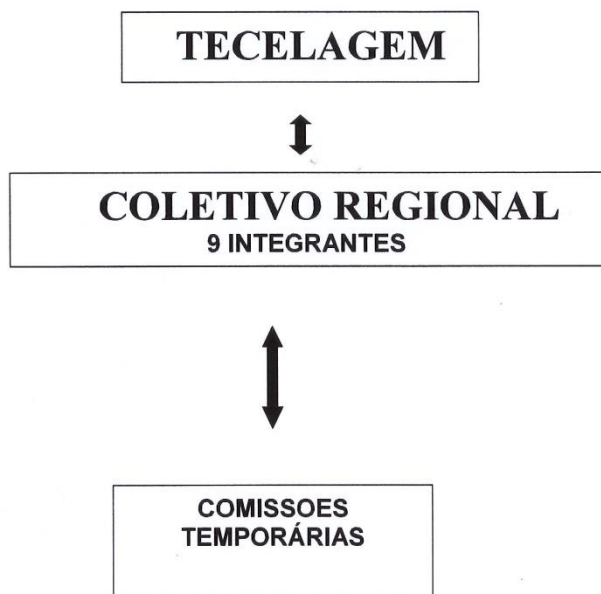
REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

Tecelagem: Assembléia da Rede de Jovens do Nordeste. Instância máxima de deliberações da RJNE.

Coletivo Regional: Mobilizar a Rede, encaminhando e acompanhando as ações planejadas e deliberadas no coletivo, socializando relatórios para Coordenação Executiva sobre ações desenvolvidas nos Estados.

Ser espaço de discussão; intercâmbio; orientações a partir das demandas estaduais.

.Organograma da Rede de Jovens do Nordeste



OBSERVAÇÃO:

- * Coletivo Regional ser espaço de discussão; intercâmbio; orientações a partir das demandas estaduais.



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

6. Os/As representantes das organizações deverão ser jovens de acordo com os princípios da RJNE.
7. Para se integrar a RJNE as organizações devem ser indicadas por uma organização integrante e ter a participação efetiva de quatro reuniões nas ações da mesma.
8. Entidades que não justificarem sua ausência em três reuniões consecutivas perderão direitos de representatividade na RJNE.
9. Não deverá participar as organizações e representações partidárias.

Como nos Organizamos

Em âmbito Regional são formados coletivos estaduais com diferentes formas organizacionais.

Para facilitar o processo de organização dos núcleos em nível regional e das ações, cada núcleo estadual é representando por um jovem, que compõem o coletivo regional por um período de dois anos, garantindo a rotatividade das representações estaduais.

Com objetivo de planejar, avaliar, organizar e articular as ações regionais, o coletivo regional se reúne a cada três meses, descentralizando os locais de reuniões pelos estados do Nordeste, valorizando assim também a cultura Nordestina.

Visando um melhor desenvolvimento das ações estratégicas definidas pelo regional, são criadas comissões deliberativas e organizativas de acordo com as demandas. São elas:



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

Princípios norteadores

As Atividades desenvolvidas pela RJNE serão pautadas nos seguintes princípios:

1. Compromisso com a construção de uma nova sociedade baseada na democracia e participação popular com o envolvimento efetivo dos jovens, buscando a implementação de políticas públicas integradas.
2. Ações voltadas para fortalecimento e potencialização de todos e todas os membros, proporcionando a equidade de homens e mulheres e a diversidade das juventudes.
3. Ações de caráter político e pedagógico no sentido da construção de nova cultura política e social.

Quem Integra

4. As organizações juvenis e entidades que trabalham com juventudes devem ter suas missões e objetivos relacionados à educação popular, ao protagonismo juvenil, às políticas de/para/com juventude firmando parcerias junto à Rede.
5. Os/as jovens das organizações juvenis deverão participar do processo de construção das atividades específicas da RJNE, garantindo assim, uma continuidade em seu processo de formação enquanto protagonista da sua história.



REDE DE JOVENS DO NORDESTE CARTA DE PRÍNCÍPIO

Núcleo Territorial

- * Articular as organizações de juventude das regiões;
- * Dar visibilidade as ações da RJNE;
- * Mobilizar a juventude em torno de suas bandeiras de lutar.

Secretaria Executiva

- * Operacionalizar as demandas e encaminhamentos do coletivo coordenação executiva da RJNE ;
- * É ligada a coordenação executiva

Considerações Finais

AS organizações interessadas em integrar-se a RJNE deverão ser indicadas por uma organização que já compõem a Rede e solicitar por escrito a sua vinculação, sendo analisada pelo o núcleo regional logo que haja um parecer favorável devera ser preenchida pela organização uma ficha de adesão com a indicação de um representante na representação do núcleo.

As organizações que compõem a Rede deve partilhar e respeitar a carta de Princípios da mesma.